

DM

**O Papel da Instituição Particular de Solidariedade Social
na Promoção da Inclusão Social da População Idosa**
Estudo de caso na Região Autónoma da Madeira

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Luana Maria Teixeira Sousa

MESTRADO EM EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO



UNIVERSIDADE da MADEIRA

A Nossa Universidade

www.uma.pt

janeiro | 2026

O Papel da Instituição Particular de Solidariedade Social na Promoção da Inclusão Social da População Idosa Estudo de caso na Região Autónoma da Madeira
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Luana Maria Teixeira Sousa

MESTRADO EM EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

ORIENTAÇÃO
Carla Patrícia Martins Gonçalves

Agradecimentos

Ao alcançar mais um término de mais uma etapa significativa do meu percurso, impõe-se-me, com humildade e profundo reconhecimento, o dever de expressar a minha, mais sincera gratidão. A todos aqueles que ao longo deste caminho exigente e, por vezes, conturbado me acompanharam com generosidade e firmeza, contribuindo de forma direta ou indireta, para a concretização dos objetivos a que me propus, deixo aqui o meu tributo de apreço e reconhecimento.

À Professora Doutora Carla Gonçalves, manifesto o meu elevado reconhecimento pela forma distinta como me acolheu desde o início desta jornada. A sua orientação, sempre marcada por rigor científico, disponibilidade irrestrita e uma humanidade rara, foi o pilar fundamental ao longo de todo o processo. Nos momentos de dúvida, foi uma voz de encorajamento, nos de êxito, partilhou comigo cada pequena conquista. Sei que não terá sido fácil acompanhar-me, mas também sei que nunca oscilou na sua confiança em mim e por isso o meu muito obrigada.

A todos quantos, com espírito de generosidade e hospitalidade aceitaram participar neste estudo, cedendo o seu tempo e abrindo-me as portas das suas casas, expresse o mais sincero agradecimento. O vosso contributo foi imprescindível para a concretização desta dissertação.

À minha família, alicerce da minha existência, agradeço o apoio constante, a fé incondicional e a força silenciosa com que sempre me sustentaram. Em cada passo, senti a presença do vosso amor inabalável.

À minha mãe, cuja ternura, a resiliência e a sabedoria me guiaram nos momentos de maior fragilidade, expresse o mais profundo agradecimento. As suas palavras de alento e o seu amor imensurável foram, em muitos momentos, o impulso necessário para seguir em frente.

Ao meu pai, homem de presença serena e paciência infinita, agradeço o apoio discreto, mas firme, e a compreensão constante mesmo nos silêncios. A sua capacidade de escutar mais do que falar, de apoiar mais do que exigir, deixou marcas profundas no meu percurso.

À minha avó, a minha melhor amiga, cuja ausência física jamais apagou a intensidade da sua presença espiritual, presto o mais sincero e emocionado agradecimento. Ao longo de toda esta caminhada senti a sua luz a guiar-me, a sua força a amparar-me e o seu amor a envolver-me com uma constância inexplicável.

À minha irmã, que mesmo longe, nunca se ausentou afetivamente expresso uma gratidão especial. A sua presença fez-se sentir nos momentos cruciais, através de palavras de incentivos, gestos de carinho e uma força moral que nunca me deixou esquecer que não estava só. O amor fraterno, constante e vigoroso, foi uma companhia fiel ao longo desta caminhada.

Aos meus amigos, cuja confiança em mim, por vezes, ultrapassou a minha própria, agradeço profundamente. As vossas palavras de motivação, a vossa escuta atenta e o vosso apoio incondicional foram essenciais para que eu permanecesse firme nos momentos de hesitação.

A todos os quantos, mesmo não sendo mencionados nominalmente, contribuíram de alguma forma para a concretização desta etapa da minha vida académica e pessoal, deixo aqui o testemunho do meu mais sincero e respeitoso agradecimento.

Resumo

O contexto atual da população idosa é caracterizado por um crescimento demográfico significativo, resultante do aumento da longevidade e da diminuição das taxas de natalidade. Este cenário gera diversos desafios sociais, como a necessidade de cuidados de saúde adequados, a adaptação das infraestruturas urbanas e a promoção da inclusão social desta faixa etária. Neste âmbito, as Instituições Particulares de Solidariedade Social assumem um papel cada vez mais relevante na resposta a esses desafios, oferecendo suporte e recursos específicos para a população idosa através de programas e iniciativas que visam a sua inclusão social. Entre esses programas destacam-se os centros recreativos e educativos, os serviços de apoio, bem como projetos intergeracionais que aproximam jovens e idosos, promovendo a partilha de vivências e o reforço das relações sociais e comunitárias. A valorização da inclusão social da população idosa pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social origina múltiplas vantagens, entre as quais se destaca a diminuição do isolamento e da carência afetiva, promovendo o equilíbrio mental e emocional. O presente trabalho de investigação teve como finalidade examinar a relevância da Instituição Particular de Solidariedade Social na promoção da inclusão social da população idosa. Para tal, adotou-se uma metodologia de natureza mista, centrada num estudo de caso como abordagem principal. Para a recolha de dados, foram utilizadas várias técnicas, incluindo entrevistas semiestruturadas, observação não participante, inquérito por questionário e conversas informais, com vista à obtenção de informações com maior rigor e profundidade. Os resultados obtidos permitem contribuir para a orientação de futuras práticas e políticas que reforcem a relevância das Instituições Particulares de Solidariedade Social na construção de uma sociedade inclusiva e no cuidado diário à população idosa. Em conclusão, esta investigação procura evidenciar percursos possíveis para a edificação de uma sociedade pautada pela equidade e solidariedade, onde os idosos possam viver com dignidade, usufruindo de uma participação ativa na comunidade.

Palavras-chave: Instituição Particular de Solidariedade Social, população idosa, serviços, envelhecimento, desafios, inclusão social

Abstract

The current context of the elderly population is characterised by significant demographic growth, resulting from increased longevity and declining birth rates. This scenario creates several social challenges, such as the need for adequate healthcare, the adaptation of urban infrastructure and the promotion of social inclusion for this age group. In this context, private social solidarity institutions are playing an increasingly important role in responding to these challenges, offering specific support and resources to the elderly population through programmes and initiatives aimed at their social inclusion. These programmes include recreational and educational centres, support services, and intergenerational projects that bring young people and older people together, promoting the sharing of experiences and strengthening social and community relationships. The promotion of social inclusion of the elderly by Private Social Solidarity Institutions has multiple advantages, among which the reduction of isolation and emotional deprivation stands out, promoting mental and emotional balance. The purpose of this research was to examine the relevance of private social solidarity institutions in promoting the social inclusion of the elderly population. To this end, a mixed methodology was adopted, centred on a case study as the main approach. Various techniques were used to collect data, including semi-structured interviews, non-participant observation, questionnaire surveys and informal conversations, with a view to obtaining more accurate and in-depth information. The results obtained contribute to guiding future practices and policies that reinforce the relevance of Private Social Solidarity Institutions in building an inclusive society and in the daily care of the elderly population. In conclusion, this research seeks to highlight possible paths for building a society based on equity and solidarity, where older people can live with dignity and enjoy active participation in the community.

Keywords: Private Social Solidarity Institution, Elderly Population, services, ageing, challenges, social inclusion

Résumé

Le contexte actuel de la population âgée se caractérise par une croissance démographique significative, résultant de l'augmentation de la longévité et de la baisse des taux de natalité. Ce scénario engendre divers défis sociaux, tels que la nécessité de soins de santé adéquats, l'adaptation des infrastructures urbaines et la promotion de l'inclusion sociale de cette tranche d'âge. Dans ce contexte, les institutions privées de solidarité sociale jouent un rôle de plus en plus important dans la réponse à ces défis, en offrant un soutien et des ressources spécifiques à la population âgée grâce à des programmes et des initiatives visant à favoriser son inclusion sociale. Parmi ces programmes, on peut citer les centres récréatifs et éducatifs, les services d'aide, ainsi que les projets intergénérationnels qui rapprochent les jeunes et les personnes âgées, favorisant le partage d'expériences et le renforcement des relations sociales et communautaires. La valorisation de l'inclusion sociale de la population âgée par les institutions privées de solidarité sociale présente de multiples avantages, parmi lesquels la réduction de l'isolement et du manque d'affection, favorisant l'équilibre mental et émotionnel. Le présent travail de recherche avait pour objectif d'examiner l'importance des institutions privées de solidarité sociale dans la promotion de l'inclusion sociale des personnes âgées. Pour ce faire, une méthodologie mixte a été adoptée, axée sur une étude de cas comme approche principale. Pour la collecte des données, plusieurs techniques ont été utilisées, notamment des entretiens semi-structurés, l'observation non participante, des questionnaires et des conversations informelles, afin d'obtenir des informations plus précises et plus approfondies. Les résultats obtenus permettent de contribuer à l'orientation des pratiques et politiques futures qui renforcent la pertinence des institutions privées de solidarité sociale dans la construction d'une société inclusive et dans les soins quotidiens aux personnes âgées. En conclusion, cette recherche vise à mettre en évidence les voies possibles pour la construction d'une société fondée sur l'équité et la solidarité, où les personnes âgées peuvent vivre dans la dignité et participer activement à la vie de la communauté.

Mots-clés: Institution privée de solidarité sociale, population âgée, services, vieillissement, défis, inclusion sociale

Resumen

El contexto actual de la población de edad avanzada se caracteriza por un crecimiento demográfico significativo, resultado del aumento de la longevidad y la disminución de las tasas de natalidad. Este escenario genera diversos retos sociales, como la necesidad de una atención sanitaria adecuada, la adaptación de las infraestructuras urbanas y la promoción de la inclusión social de este grupo de edad. En este ámbito, las instituciones privadas de solidaridad social asumen un papel cada vez más relevante en la respuesta a estos retos, ofreciendo apoyo y recursos específicos para la población de edad avanzada a través de programas e iniciativas que tienen como objetivo su inclusión social. Entre estos programas destacan los centros recreativos y educativos, los servicios de apoyo, así como los proyectos intergeneracionales que acercan a jóvenes y mayores, promoviendo el intercambio de experiencias y el fortalecimiento de las relaciones sociales y comunitarias. La valoración de la inclusión social de la población de edad avanzada por parte de las instituciones particulares de solidaridad social genera múltiples ventajas, entre las que destaca la disminución del aislamiento y la carencia afectiva, promoviendo el equilibrio mental y emocional. El presente trabajo de investigación tuvo como objetivo examinar la relevancia de las instituciones particulares de solidaridad social en la promoción de la inclusión social de la población de edad avanzada. Para ello, se adoptó una metodología de naturaleza mixta, centrada en un estudio de caso como enfoque principal. Para la recopilación de datos se utilizaron diversas técnicas, entre ellas entrevistas semiestructuradas, observación no participante, encuestas mediante cuestionarios y conversaciones informales, con el fin de obtener información más precisa y detallada. Los resultados obtenidos permiten contribuir a la orientación de futuras prácticas y políticas que refuercen la relevancia de las instituciones particulares de solidaridad social en la construcción de una sociedad inclusiva y en el cuidado diario de la población de edad avanzada. En conclusión, esta investigación pretende poner de relieve posibles vías para la construcción de una sociedad basada en la equidad y la solidaridad, en la que las personas mayores puedan vivir con dignidad y participar activamente en la comunidad.

Palabras clave: Institución Privada de Solidaridad Social, población de edad avanzada, servicios, envejecimiento, retos, inclusión social

Sumário

Resumo	V
Résumé	VII
Resumen	VIII
Sumário	IX
Índice de Figuras	XII
Índice de Tabelas	XIII
Índice de Apêndices	XIV
Índice de Anexos	XV
Lista de Siglas	XVI
Introdução	1
PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	5
Capítulo 1 - Envelhecimento	6
Capítulo 2 - Sociedade Envelhecida	15
2.1 Índice de Envelhecimento a Nível Europeu	15
2.2 Índice de Envelhecimento a Nível Nacional	17
2.3 Índice de Envelhecimento a Nível da Região Autónoma da Madeira	19
2.3.1 Índice de Envelhecimento por Município na Região Autónoma da Madeira	20
Capítulo 3 - Instituições Particulares de Solidariedade Social	22
3.1 Evolução Histórica das IPSS na Europa	22
3.2 Evolução Histórica das Formas de Assistência em Portugal	24
3.3 Evolução Histórica das IPSS na Região Autónoma da Madeira	28
3.4 Enquadramento das IPSS na Lei de Bases da Economia Social	30
3.4.1 Missão e Objetivos da IPSS	32
3.4.2 Constituição e Estrutura Das IPSS	33
3.4.3 Autonomia das IPSS	34
3.4.4 Regime de Acordos e Cooperação das IPSS	35

3.4.5 <i>Fiscalização das IPSS</i>	37
Capítulo 4 - Educação e Desenvolvimento Comunitário	39
4.1 Impacto das IPSS na Inclusão Social e Desenvolvimento Comunitário da População Idosa.....	43
PARTE II - CONSTRUÇÃO DO PERCURSO DE INVESTIGAÇÃO	49
Capítulo 5 - Contexto da Investigação	49
5.1 Enquadramento do Problema da Investigação	49
5.2 Delimitação do Campo de Estudo	51
5.3 Objetivo Geral.....	51
5.4 Objetivos Específicos	51
5.5 Questões de Investigação	52
Capítulo 6 – Metodologias de Investigação	53
6.1 Metodologia Mista.....	53
6.2 Tipo de estudo.....	54
6.2.1 <i>Estudo de Caso</i>	54
6.2.2 <i>Justificação da Escolha do Tipo de Estudo</i>	55
6.2.3 <i>Classificação do Estudo de Caso</i>	56
6.3 Técnicas e Instrumentos de recolha de dados	57
6.3.1 <i>Entrevistas</i>	58
6.3.2 <i>Observação Não Participante</i>	59
6.3.3 <i>Conversas Informais</i>	60
6.3.4 <i>Questionário</i>	60
6.4 Técnicas de Análise e Interpretação de Dados	62
6.4.1 <i>Análise de Conteúdo</i>	62
6.4.2 <i>Triangulação dos dados</i>	64
6.5 Dimensão ética na investigação.....	65
Capítulo 7 - Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados	68

7.1 Entrevista	68
7.1.1 Perfil Profissional/Pessoal	68
7.1.2 Serviços e Atividades	69
7.1.3 Profissionais na IPSS	70
7.1.4 Financiamentos e Desafios	72
7.1.5 Inclusão Social	73
7.1.6 Inovação e Resultados	74
7.1.7 Supervisão e Regulação	74
7.1.8 Reflexões Finais e Recomendações	75
7.2 Observação Não Participante e Conversas Informais	75
7.2.1 Serviços e Atividades Desenvolvidos na IPSS	81
7.2.2 Profissionais da IPSS	82
7.2.3 Desafios Identificados	83
7.2.4 Inclusão Social	84
7.2.5 Reflexões	85
7.3 Questionários	86
7.3.1 Apresentação dos Dados do Questionário ao Técnico Superior	86
7.3.2 Apresentação dos Dados do Questionário ao Assistente Técnico	90
7.3.3 Apresentação dos Dados dos Questionários aos Assistentes Operacionais	93
7.3.4 Triangulação dos dados	98
Considerações Finais	104
Referências	109
Apêndices	119
Anexos	161

Índice de Figuras

Figura 1: Áreas de ação para cidades amigas das pessoas idosas	8
Figura 2: Fórmula de Cálculo do Índice de Envelhecimento	15
Figura 3: Índice de Envelhecimento da União Europeia entre 2001-2021.....	16
Figura 4: Índice de Envelhecimento em Portugal entre 2010-2024	18
Figura 5: Índice de Envelhecimento na Região Autónoma da Madeira entre 2010-2024	19
Figura 6: Índice de Envelhecimento por Município na Região Autónoma da Madeira entre 2010-2024.....	20
Figura 7: Distribuição das entidades proprietárias de equipamentos sociais em Portugal Continental entre 2010-2023	27
Figura 8: Número de IPSS por concelhos da Região Autónoma da Madeira	30
Figura 9: Modelos de relação social	43
Figura 10: Modalidades de caso segundo Stake (2009)	56
Figura 11: Três fases da Análise de Conteúdo	63

Índice de Tabelas

Tabela 1: Componentes do Conceito de Desenvolvimento Comunitário.....	40
Tabela 2: Classificação de tipos de estudo de caso segundo Yin (2014)	57
Tabela 3: Notas de campo da Observação não participante e Conversas Informais	76
Tabela 4: Caracterização Pessoal e Profissional.....	87
Tabela 5: Estratégias de Inclusão Social na IPSS.....	88
Tabela 6: Serviços e Programas	89
Tabela 7: Desafios Enfrentados pela IPSS	89
Tabela 8: Impacto e Recomendações da IPSS.....	90
Tabela 9: Caracterização Pessoal e Profissional.....	90
Tabela 10: Gestão e Apoio Administrativo	91
Tabela 11: O Papel da IPSS na Inclusão Social dos Idosos	92
Tabela 12: Desafios e Áreas de Melhoria.....	93
Tabela 13: Caracterização Pessoal e Profissional.....	94
Tabela 14: Rotina e Cuidados Prestados aos Idosos.....	95
Tabela 15: Inclusão Social dos Idosos.....	96
Tabela 16: Desafios no Atendimento aos Idosos.....	96
Tabela 17: Áreas de Melhoria	97
Tabela 18: Análise de conteúdo da entrevista ao membro da direção da IPSS.....	152

Índice de Apêndices

Apêndice A: Pedido de autorização para estudo de caso em investigação científica...	119
Apêndice B: Consentimento informado, esclarecido e livre para participação em estudos de investigação	121
Apêndice C: Consentimento informado, esclarecido e livre dirigidos aos sujeitos participantes idosos	124
Apêndice D: Consentimento informado, esclarecido e livre dirigidos aos funcionários	127
Apêndice E: Declaração de consentimento informado (questionário <i>on-line</i>).....	130
Apêndice F: Guião de entrevista semiestruturada a um membro da direção da instituição particular de solidariedade social.....	131
Apêndice G: Inquérito por questionário dirigido aos assistentes operacionais	133
Apêndice H: Inquérito por questionário dirigido aos técnicos superiores.....	139
Apêndice I: Inquérito por questionário dirigido aos assistentes técnicos.....	146
Apêndice J: Análise de conteúdo da entrevista semiestruturada (membro da direção da IPSS).....	152

Índice de Anexos

Anexo A: Parecer Positivo do Encarregado de Proteção de Dados	161
Anexo B: Parecer Positivo da Comissão de Ética	162

Lista de Siglas

CRP: Constituição da República Portuguesa

DREM: Direção Regional de Estatística da Madeira

EES: Entidades da Economia Social

EstIPSS: Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social

INE: Instituto Nacional Estatística

IP-RAM: Instituto de Segurança Social da Madeira

IPSS: Instituições Particulares de Solidariedade Social

LBES: Lei de Bases da Economia Social

OMS: Organização Mundial de Saúde

ONU: Organização das Nações Unidas

RAM: Região Autónoma da Madeira

TdC: Tribunal de Contas

UE: União Europeia

UIPPS Madeira: União das Instituições Particulares de Solidariedade Social da Madeira

Introdução

Integrada no eixo da Igualdade e Inclusão, um dos eixos centrais do Mestrado em Educação e Desenvolvimento Comunitário da Universidade da Madeira, a presente investigação tem como objetivo analisar o papel desempenhado pela Instituição Particular de Solidariedade Social na promoção da inclusão social da população idosa, considerando as práticas, os recursos disponíveis e os desafios enfrentados pela instituição em estudo.

Neste sentido, o envelhecimento é um processo natural e inevitável na vida de todos os seres humanos, relacionado com mudanças “ligadas à passagem do tempo, influenciado por fatores genéticos, estilo de vida, educação e ambiente” (Silva, 2024, p. 24). No entanto, o envelhecimento populacional tem-se afirmado de maneira cada vez mais visível em diversas sociedades, especialmente nas ocidentais, simbolizando assim um dos maiores desafios do século XXI. Essa realidade decorre sobretudo, devido ao crescimento da esperança média de vida e a diminuição das taxas de natalidade, observa-se um número crescente de idosos na população, o que acarreta uma série de questões sociais, económicas e de saúde pública. Esta realidade confirma a perspetiva de que “o aumento do envelhecimento é transversal e as causas do mesmo são idênticas em todos os países. O que difere é essencialmente a variação dos valores que se traduz numa maior ou menor presença do mesmo nas sociedades” (Esteves, 2019, p. 10).

Neste seguimento, o envelhecimento populacional deve ser compreendido como uma oportunidade para repensar e reestruturar a sociedade, de modo a garantir o bem-estar e a inclusão de todas as faixas etárias. É crucial reconhecer o verdadeiro valor e a contribuição dos idosos para a sociedade, bem como promover programas e atividades que apoiem o seu papel ativo, pois como referem Wichmann et al. (2013, citado por Esteves, 2019, p. 31) “o resultado da inclusão do idoso nesse tipo de programas acarreta uma facilidade no desenvolvimento de relações interpessoais, intrapessoais e de solidariedade, aumentando a participação social, o exercício da cidadania, e o vínculo com a comunidade”.

O envelhecimento populacional não representa apenas um desafio demográfico, mas também um fenómeno multifacetado que impacta áreas como a economia, a saúde, a educação e a coesão social (Veloso, 2015). A sociedade atual depara-se com o desafio crescente de criar políticas públicas eficientes que favoreçam a inclusão social, a

autonomia e o bem-estar da população idosa. Por isso, torna-se fundamental analisar o papel das Instituições Particulares de Solidariedade Social, pois estas exercem um papel crucial na mitigação de questões relacionadas ao envelhecimento, como o isolamento social e a solidão.

Na Região Autónoma da Madeira, os indicadores demográficos revelam um expressivo envelhecimento populacional. Conforme os dados fornecidos pela Direção Regional de Estatística da Madeira (DREM), a proporção de idosos com 65 anos ou mais tem aumentado significativamente. Em 2022, a DREM revelou que a proporção de idosos atingiu 20,6% da população residente, em comparação com 20,2% em 2021 e 19,7% em 2020, refletindo um crescimento contínuo que exige uma resposta eficaz das políticas sociais e das instituições de apoio (DREM, 2023). A nível nacional, Portugal apresenta uma tendência clara de envelhecimento populacional. O Instituto Nacional de Estatística (INE), revela que o índice de envelhecimento nacional apresenta uma tendência crescente, pois passou de 175,6 em 2020 para 192,4 em 2024, evidenciando uma proporção cada vez maior de idosos em relação à população jovem. Este contexto reforça a necessidade urgente de desenvolver estratégias e políticas públicas adaptadas a uma sociedade progressivamente mais envelhecida (INE, 2024). Assim, “Portugal, à semelhança dos outros países da União Europeia, tem registado um aumento significativo no número de idosos, sendo o envelhecimento da população considerado “um dos fenómenos demográficos mais preocupantes das sociedades modernas” (INE, 2012, citado por Veloso, 2015, p. 3).

Neste contexto, as Instituições Particulares de Solidariedade Social destacam-se como agentes essenciais na promoção da inclusão social dos idosos. Essas instituições, sem fins lucrativos, atuam em múltiplas áreas, incluindo áreas da educação, saúde, assistência social e cultura, com o objetivo de promover o bem-estar e a qualidade de vida da população idosa. Estas instituições desenvolvem atividades específicas com o principal objetivo de mitigar os desafios do isolamento social e da solidão, promovendo uma vida ativa e saudável.

A inclusão social é um fator determinante para o bem-estar integral da população idosa, abrangendo dimensões físicas, psicológicas, emocionais e sociais. Esta colabora na melhoria da saúde mental, reduzindo a incidência de depressão e ansiedade, além de fortalecer os vínculos comunitários, promover a autoestima e o senso de pertença, e melhorar a saúde através da participação em atividades sociais e recreativas.

Assim sendo, o presente projeto de investigação tem como objetivo analisar o papel da IPSS na promoção da inclusão social da população idosa na Região Autónoma da Madeira. Neste sentido, a investigação encontra-se estruturada em duas partes complementares.

A primeira parte do estudo concentra-se no enquadramento teórico, organizado em quatro capítulos, nos quais são analisados temas como o envelhecimento populacional, os índices de envelhecimento de uma sociedade envelhecida em contextos europeus, nacionais e regionais, o papel das Instituições Particulares de Solidariedade (IPSS) e a sua contribuição para a inclusão social e o desenvolvimento comunitário. Esta fundamentação teórica proporciona uma compreensão aprofundada do contexto social e demográfico, evidenciando, simultaneamente, a importância das IPSS no apoio à população idosa e na promoção da inclusão social.

A segunda parte do estudo foca-se na construção do percurso de investigação, composta por dois capítulos que detalham o contexto da investigação e a metodologia adotada. A metodologia escolhida é de natureza mista, combinando métodos quantitativos e qualitativos, visando uma compreensão abrangente e profunda do fenómeno estudado. Esta opção metodológica justifica-se pela necessidade de recolher, simultaneamente, dados estatísticos que quantifiquem a realidade e a eficácia da IPSS, como também perceções e experiências dos idosos envolvidos.

Para a recolha de dados, recorreu-se a diferentes técnicas, cada uma contribuindo de forma específica para os objetivos do estudo. Assim, realizou-se uma entrevista semiestruturada com um membro da direção da Instituição Particular de Solidariedade Social em estudo, a observação não participante e conversas informais foram direcionadas aos idosos e os inquéritos por questionário foram aplicados aos técnicos superiores, assistentes técnicos e assistentes operacionais da instituição. Cada uma dessas técnicas foi escolhida cuidadosamente para assegurar uma abordagem abrangente e detalhada, permitindo que a investigação atingisse os seus objetivos de forma eficaz e fundamentada. A combinação de métodos quantitativos e qualitativos garante uma análise robusta e completa, proporcionando uma visão holística do objetivo do estudo.

Os dados recolhidos serão apresentados de forma organizada e detalhada, através da análise de conteúdo e da triangulação dos dados, permitindo uma compreensão mais

profunda dos resultados obtidos. A triangulação, que combina diferentes fontes e tipos de dados, assegura maior rigor e fiabilidade às conclusões da investigação.

Por fim, nas considerações finais, será apresentada uma reflexão sobre o trabalho realizado, abordando tanto os resultados obtidos quanto o processo de investigação. Serão discutidas as limitações da investigação, como metodologias aplicadas, restrições de tempo e recursos, fatores que podem ter influenciado os resultados e a interpretação dos dados. Além disso, serão sugeridas possíveis linhas de investigação futuras, como a realização de estudos comparativos entre as diversas IPSS na Madeira e, posteriormente, entre as regiões autónomas, com o intuito de avaliar, ao longo do tempo, o efeito das políticas de inclusão social destinadas à população idosa.

PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

O enquadramento teórico desta investigação tem por objetivo apresentar a fundamentação conceptual e a revisão da literatura que sustentam o objetivo principal da investigação, que consiste em analisar o papel das IPSS na inclusão social da população idosa. Desta forma, o enquadramento teórico encontra-se organizado em quatro capítulos subsequentes, que possibilitam compreender tanto o contexto demográfico e social do envelhecimento quanto a evolução histórica e funcional das Instituições Particulares de Solidariedade Social, estabelecendo um quadro conceptual sólido para a análise do seu impacto.

O primeiro capítulo, denominado Envelhecimento, centra-se nos conceitos fundamentais relacionados com envelhecimento ativo e qualidade de vida, entendendo-os como um processo multidimensional que “abarca vários aspetos biológicos, sociais, psicológicos e profissionais” (Rocha, 2013, p. 9). Destaca-se, ainda, a importância de valorizar a experiência e a contribuição dos idosos, promovendo políticas e iniciativas, como a Rede Global de Cidades Amigas das Pessoas Idosas e o Plano de Ação 2023-2026, que incentivam a saúde, a autonomia, a aprendizagem e a participação social, reforçando uma abordagem inclusiva.

O segundo capítulo, Sociedade Envelhecida, analisa a estrutura demográfica da população idosa, apresentando os índices de envelhecimento a nível europeu, nacional e regional, com ênfase especial na dimensão regional. Essa análise permite contextualizar a necessidade de estratégias de apoio à população idosa e evidencia a importância social das IPSS.

Finalmente, a análise apresentada no terceiro e último capítulo, centra-se nas Instituições Particulares de Solidariedade Social, abordando a sua evolução histórica na Europa, em Portugal e na Madeira, examinando a sua missão, objetivos, constituição, estrutura e mecanismos de fiscalização. Este capítulo sustenta a compreensão do papel institucional das IPSS na promoção da inclusão social da população idosa.

Capítulo 1 - Envelhecimento

O processo de envelhecimento é uma etapa inevitável da vida humana, uma jornada que todos partilhamos e que se insere no ciclo natural da vida humana. Desde o nascimento, o ser humano atravessa diversas fases, que incluem o crescimento, o desenvolvimento, o envelhecimento e, por fim, a morte, sendo estas etapas moldadas por fatores biológicos, sociais, culturais e psicológicos que interagem de maneira complexa ao longo da vida. A experiência de envelhecer, embora universal, manifesta-se de forma única em cada ser humano, refletindo não apenas o tempo cronológico, mas também o conjunto de vivências, escolhas de vida, estilos de vida e oportunidades sociais. No contexto contemporâneo, caracterizado pelo aumento da longevidade humano e pelas transformações sociais, o envelhecimento assume uma dimensão cada vez mais relevante, exigindo compreensão não apenas como um fenômeno biológico, mas também como uma realidade social, psicológica e cultural, que envolve múltiplas dimensões interligadas (Velo, 2015). Como destaca Sousa (2013) o “envelhecimento é uma realidade inevitável, fruto de uma maior longevidade humana e da alteração da própria realidade social” (p. 1), por isso torna-se imperativo compreender o seu significado de forma abrangente e integrada, reconhecendo a diversidade de perspectivas dos autores sobre o conceito.

Neste seguimento, diversos autores têm procurado definir o envelhecimento sob diferentes perspectivas, evidenciando a sua complexidade. Para Fonseca (2004, citado por Carvalho, 2016, p. 19), o envelhecimento é “um processo bio-psico-social de cariz individual (...), o envelhecimento nunca poderá ser explicado ou previsto sem termos em consideração as dimensões biológicas, psicológicas e sociais que lhe estão inerentes”. Esta abordagem multidimensional revela que envelhecer envolve não apenas mudanças físicas, mas também transformações cognitivas, emocionais e sociais, que se manifestam de maneira distinta em cada indivíduo, dependendo do seu contexto de vida, do ambiente familiar, das oportunidades de participação social da capacidade de adaptação às mudanças próprias do envelhecimento. No entender, de Jacob (2001, citado por Carvalho, 2016) o envelhecimento:

Não se assemelha de todo ao conceito de velhice, considerando que o primeiro tem início a partir da criação do indivíduo, e a velhice vai sendo adquirida, ao longo do tempo, manifestando-se através de sinais essencialmente físicos e mentais. (p. 20)

Esta distinção é fundamental, pois permite compreender que o envelhecimento não se reduz a um período de declínio, mas é um percurso que inclui aprendizagem,

desenvolvimento emocional e social, adaptação e aquisição de conhecimentos com o decorrer da vida.

Sob outro ponto de vista, o processo de envelhecimento encontra-se intimamente associado ao termo idoso, frequentemente utilizado para identificar uma pessoa que alcançou uma fase avançada da sua existência, geralmente definida a partir dos 65, como indica a Organização Mundial da Saúde (OMS), “é considerado idoso aquele que tem 60 ou mais anos de idade. Nos países desenvolvidos, essa etapa da vida começa oficialmente aos 65 anos” (Alves et al., 2006, p. 1). Contudo socialmente, por vezes considera-se o idoso “como um membro de um grupo que alberga, em si mesmo, características idênticas, distinguindo-se apenas na idade cronológica” (Carvalho, 2016, p. 20). Porém, é importante referir que apesar de socialmente haver essa categorização em relação ao idoso e a sua idade existem:

Muitas vezes indivíduos de idade bastante avançada que continuam jovens pelo seu estado físico e mental sadio e também pela jovialidade de espírito. Por outro lado, existem pessoas jovens que sofrem ou não de limitações físicas e perturbações mentais, que sentem mais o “peso” da idade”. (Carvalho, 2016, p. 20)

Por isso, este contraste evidencia que a experiência do envelhecer não é determinada exclusivamente pela idade, mas pela integração complexa entre fatores biológicos, psicológicos, sociais e culturais, sendo essencial adotar uma abordagem que valorize o potencial, a independência e a participação ativa das pessoas idosas.

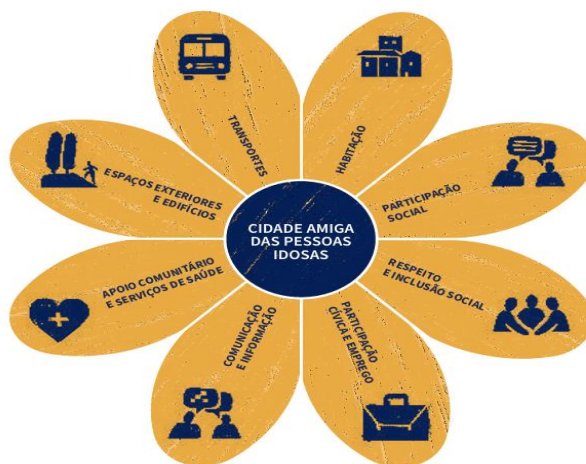
Neste sentido, adotar uma visão positiva do envelhecimento é primordial para enfrentar preconceitos relacionados à idade e construir uma compreensão geral dessa etapa da vida. Frequentemente, o envelhecimento é associado a limitações, a fragilidades e dependência, o que origina grandes obstáculos à inclusão social, limita a participação plena dos idosos na sociedade e contribui para a perpetuação de estereótipos negativos. No entanto, a população idosa é detentora de saberes, experiências e contribuições significativas, capazes de enriquecer as comunidades e fortalecer a coesão social. A promoção do envelhecimento ativo, conforme defendem Tavares et al. (2024), requer “iniciativas que atendam às suas necessidades físicas, mentais e sociais” (p. 9).

A nível global, em 2010, a Organização Mundial de Saúde ressaltou a relevância de criar e desenvolver ambientes favoráveis ao envelhecimento, por isso instituiu a Rede Global de Cidades e Comunidades Amigas das Pessoas Idosas, com o propósito de “conectar cidades, comunidades e organizações em todo o mundo com a visão comum de fazer das

comunidades um ótimo lugar para envelhecer. Esta rede atua ao nível local, promovendo a plena participação das pessoas idosas na vida comunitária” (Costa et al., 2017, p. 21). Neste sentido, esta iniciativa propõe oito áreas de ação fundamentais, representadas na Figura 1 em formato de pétalas de uma flor, que em conjunto configuram Cidades Amigas das Pessoas Idosas.

Figura 1

Áreas de ação para cidades amigas das pessoas idosas



Nota. Guia dos programas nacionais de cidades e comunidades amigas das pessoas idosas. Fonte: Organização Pan-Americana da Saúde, 2023.

A escolha da flor como símbolo não é aleatória, pois representa crescimento, vitalidade e renovação, aspetos que se relacionam diretamente com a ideia de envelhecimento ativo. Assim como cada pétala é indispensável para compor a totalidade da flor, cada uma das áreas de ação é essencial para que a cidade seja efetivamente inclusiva e acolhedora para os idosos. Além do mais, o núcleo da flor, em seu pleno significado simbólico, representa a interligação de diferentes áreas, todas atuando juntas de forma integrada com um único objetivo de promover o bem-estar e qualidade de vida de toda a população idosa.

A primeira pétala corresponde às áreas de transporte e mobilidade, que devem ser seguras, acessíveis e eficientes, permitindo que os idosos mantenham a sua mobilidade e independência. A habitação constitui outra dimensão essencial, pressupondo moradias adequadas, seguras e integradas em espaços que favoreçam a convivência comunitária e a acessibilidade, pois:

Ambientes amigos das pessoas idosas (como casas, comunidades ou cidades) são ambientes que promovem o envelhecimento saudável, desenvolvendo e mantendo a capacidade intrínseca durante todo o curso de vida e permitindo melhorar a habilidade funcional de uma pessoa com um determinado nível capacidade. (Organização Pan-Americana da Saúde, 2023, p. 2)

A participação social constitui um aspeto central, pois estimula a presença ativa da população idosa em atividades de vários tipos, nomeadamente, culturais, educativas, sociais e recreativas, com o objetivo de fortalecer os vínculos comunitários e prevenir o isolamento e a solidão. Nesse sentido, este eixo da participação social também destaca a importância do respeito e da inclusão social, cujos objetivos são combater preconceitos etários e promover uma visão positiva do envelhecimento. Neste contexto, outro eixo de ação diz respeito aos espaços exteriores e edifícios, que devem ser planeados de forma inclusiva, com calçadas seguras, áreas verdes acessíveis, iluminação adequada e locais que favoreçam a convivência. Seguidamente, o apoio comunitário e os serviços de saúde assumem um papel essencial ao assegurarem acesso equitativo a cuidados médicos, programas de acompanhamento e iniciativas de suporte social. Além disso, a comunicação e a informação também merecem destaque, visto que o acesso a conteúdos claros, acessíveis e em diferentes formatos constitui condição necessária para que os idosos se mantenham informados e integrados, sobretudo diante das desigualdades digitais. Por fim, a participação cívica e o emprego configuram-se como uma dimensão de valorização da experiência acumulada ao longo da vida, incentivando que as pessoas idosas continuem a contribuir socialmente (Organização Pan-Americana da Saúde, 2023).

Dessa forma, a metáfora da flor evidencia que apenas a articulação equilibrada e integrada dessas oito pétalas pode conferir forma e sentido a uma cidade verdadeiramente amiga das pessoas idosas. Ao investir nessas áreas, as cidades não apenas promovem a qualidade de vida dessa população, mas também se transformam em comunidades mais justas e inclusivas para todas as gerações.

Com base nessa iniciativa da Rede Global de Cidades e Comunidades Amigas das Pessoas Idosas, a Organização Mundial da Saúde propõe um modelo de etapas que orienta a implementação de ambientes amigos das pessoas idosas. O modelo organiza o processo em quatro dimensões interdependentes: “envolver e compreender, planejar estrategicamente, agir e implementar, avaliar” (Organização Pan-Americana da Saúde, 2023, p. 9). Essas dimensões não atuam isoladamente, mas compõem um ciclo contínuo de

melhoria, que deve ser retomado e ajustado de acordo com os resultados obtidos e as necessidades que surgem.

A primeira dimensão, envolver e compreender, é apresentada como essencial para o êxito de qualquer iniciativa relacionada com os idosos. Nesta etapa, importa criar condições para que as pessoas idosas participem ativamente no processo. De acordo com a Organização Pan-Americana da Saúde (2023), recomenda-se “criar um comité/grupo de trabalho, realizar uma avaliação participativa, criar um perfil de referência, divulgar achados e obter compromisso político” (p. 9). Não se trata apenas de incluir formalmente a população idosa, mas de reconhecer que esta detém saberes, experiências de vida e perspetivas únicas que enriquecem o planeamento dos ambientes. Deste modo, compreender significa igualmente mapear as barreiras existentes e superá-las com compromissos políticos e sociais.

A segunda dimensão, planear estrategicamente, visa transformar o conhecimento obtido na etapa anterior em ações estruturadas. A Organização Pan-Americana da Saúde (2023) indica como passos centrais “reunir parceiros em torno de uma visão partilhada, analisar pontos fortes e fracos, desenvolver uma estratégia abrangente, obter aprovação e definir responsabilidades” (p. 9). Este planeamento deve basear-se em diagnósticos sólidos, construídos a partir de dados concretos, estudos sociais e contributos fornecidos pelos próprios idosos. É igualmente importante que preveja intervenções de curto prazo, para responder a necessidades urgentes, e estratégias de longo alcance, como forma de assegurar a sustentabilidade.

A terceira dimensão, agir e implementar, corresponde à fase em que os planos são operacionalizados e se tornam realidade. A Organização Pan-Americana da Saúde (2023) recomenda “elaborar um plano de ação, consultar planos e envolver pessoas idosas, obter apoio e recursos, implementar um plano operacional e expandir ações bem-sucedidas” (p. 9). Trata-se, portanto, da etapa em que as políticas e projetos se materializam em mudanças concretas na sociedade, devendo a sua implementação ser acompanhada por estratégias de comunicação eficazes que assegurem que a população idosa tenha conhecimento e se aproprie das novas oportunidades criadas.

A quarta dimensão, avaliar, é a que garante a retroalimentação de todo o ciclo. Como refere a Organização Pan-Americana da Saúde (2023), é fundamental “criar parcerias, monitorizar o progresso, avaliar resultados intermédios e impactos, manter e melhorar ações e partilhar em âmbito internacional” (p. 9). A avaliação deve transcender o

controlo burocrático e afirmar-se como um processo dinâmico, participativo e transparente, que permita identificar desafios, corrigir rumos e disseminar boas práticas a nível local e global.

Assim, estas quatro dimensões, envolver e compreender, planear estrategicamente, agir e implementar e avaliar, constituem um ciclo contínuo, que abre novos espaços de escuta e reflexão para verificar se os objetivos foram atingidos e quais os desafios emergentes. Esse carácter cíclico revela-se particularmente relevante perante a dinâmica do envelhecimento populacional, uma vez que as necessidades das pessoas idosas são heterogéneas e transformam-se ao longo do tempo, influenciadas por avanços tecnológicos, mudanças socioeconómicas e transformações culturais.

No contexto nacional, Portugal colocou em prática o Plano de Ação para um Envelhecimento Ativo e Saudável 2023-2026, divulgado a 12 de janeiro de 2024. O plano assenta em seis pilares essenciais, destacando-se, logo no primeiro eixo, a prioridade dada à saúde e ao bem-estar, que abrange a promoção de estilos de vida saudáveis, a prevenção de doenças, os cuidados integrados e de longa duração, bem como o fortalecimento das competências dos cuidadores. O segundo pilar trata da autonomia e vida independente, privilegiando a redução do isolamento e a criação de ambientes seguros e acessíveis que garantam a autonomia. O terceiro pilar é o desenvolvimento e a aprendizagem ao longo da vida, que envolve a aquisição e atualização de competências, através da capacitação digital e do apoio a iniciativas como a universidade sénior. O quarto pilar refere-se à vida laboral saudável, que tem como intuito promover a conciliação entre trabalho e vida familiar, apoiar a transição para a reforma e adaptar os locais de trabalho às necessidades dos trabalhadores mais velhos. O quinto pilar aborda os rendimentos e a economia do envelhecimento, defendendo a valorização das pensões e o incentivo ao empreendedorismo sénior. Por fim, o sexto pilar trata da participação na sociedade, com o objetivo de fortalecer o empoderamento e a participação ativa dos cidadãos seniores em diferentes contextos sociais (Resolução do Conselho de Ministros n.º 14/2024).

Assim sendo, cada pilar anteriormente referido aborda dimensões cruciais da experiência do envelhecimento, refletindo a complexidade e diversidade das necessidades dos idosos. A promoção da saúde física e mental, não apenas prolonga a expectativa da vida, mas também melhora a qualidade dela, permitindo que os idosos desfrutem de maior independência e bem-estar. Já a valorização da participação social e económica reconhece que os idosos continuam a desempenhar papéis significativos na sociedade. Essa visão amplia o conceito de envelhecimento, afastando-o da ideia de mera vulnerabilidade para

um estágio ativo e produtivo. Além disso, os aspectos emocionais e culturais são igualmente considerados, pois a autonomia e a aprendizagem contínua promovem autoestima, identidade e pertencimento, elementos essenciais para o equilíbrio psicológico e social da população idosa. Assim, ao integrar essas dimensões, os pilares configuram uma abordagem holística e humanizada, que respeita a diversidade dos trajetos individuais e promove uma sociedade mais justa, inclusiva e preparada para enfrentar os desafios demográficos e sociais do envelhecimento populacional.

Além disso, também Organização Mundial de Saúde (OMS), refere a importância de quatro conceitos de levada importância relacionados com o envelhecimento ativo tais como:

Em primeiro lugar a autonomia, que é reputada como uma “habilidade de controlar, lidar e tomar decisões pessoais sobre como deve viver diariamente, de acordo com as suas próprias regras e preferências”. Em segundo lugar, considera a independência que “é, em geral, entendida como a habilidade de executar funções relacionadas à vida diária- isto é, a capacidade de viver de forma independente na comunidade com alguma ou nenhuma ajuda de outros” (OMS, 2005, p.14). Em terceiro lugar, a qualidade de vida é considerada “a percepção que o indivíduo tem de sua posição na vida dentro do contexto de sua cultura e do sistema de valores de onde vive, e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações” (OMS, 2005, p.14). E por fim, a expectativa de vida saudável que se traduz na “expectativa de vida sem incapacidades físicas (...) uma medida importante do envelhecimento da população, o tempo de vida que as pessoas podem esperar viver sem precisar de cuidados especiais”. (ONU, 2005, citado por Esteves, 2019, p. 19)

Deste modo, torna-se evidente que o envelhecimento não é apenas uma questão individual, mas um fenómeno coletivo que exige cooperação e responsabilidade partilhada. O envolvimento de diferentes setores da sociedade mostra-se essencial para garantir que a população idosa tenha acesso a condições dignas, oportunidades de participação ativa e proteção contra formas de isolamento social. Como referem Tavares et al. (2024), é primordial o comprometimento “de governos, instituições de ensino e pesquisa, organizações não governamentais, profissionais de saúde, comunidades e indivíduos para trabalharem em conjunto na implementação de políticas e práticas que promovam a inclusão das pessoas idosas” (p. 14).

O papel dos governos na formulação de políticas públicas inclusivas reveste-se de elevada importância, pois compete-lhes criar quadros legais e programas específicos que assegurem às pessoas idosas o direito a uma vida plena. Deste modo, a implementação de políticas de saúde direcionadas, sistemas de proteção social robustos e iniciativas amigas das pessoas idosas configuram-se como estratégias capazes de minimizar desigualdades. Neste sentido, é fundamental que, em países como Portugal, se desenvolvam políticas integradas de cuidados de longa duração, que articulem diversos serviços de apoio comunitário e incentivem a convivência intergeracional. Tais iniciativas demonstram que, quando existe vontade política e investimento público, é possível transformar o envelhecimento numa oportunidade de fortalecimento social (Silva, 2024). Como sublinham Bárrios e Fernandes (2014, citado por Maior, 2020), também é importante reforçar:

As políticas sobre o envelhecimento, principalmente no âmbito do poder local, tornam-se mais abrangentes no que diz respeito à participação e inclusão social para esta faixa etária, através de iniciativas culturais e de lazer, educativas, ambientais, sociais, e do desenvolvimento de projetos de intervenção comunitária. (p. 41)

Em paralelo, as instituições de ensino e investigação desempenham uma função estratégica. A descoberta de conhecimento científico sobre o envelhecimento possibilita compreender melhor as necessidades específicas desta população e desenvolver respostas inovadoras. Assim, as universidades e os centros de investigação têm-se afirmado como impulsionadores da promoção de programas de educação ao longo da vida, nomeadamente através das universidades seniores, que não só estimulam a aprendizagem contínua, como também fomentam “relações interpessoais, permitindo a interação, o convívio, a troca de experiências e conhecimentos, e favorecendo a comunicação entre os colegas” (Páscoa & Gil, 2019, p. 54). Por outro lado, a investigação aplicada apoia os decisores políticos na definição de estratégias baseadas em evidência, assegurando maior eficácia e eficiência na utilização dos recursos públicos.

Finalmente, diante de todos esses conceitos, políticas e iniciativas, torna-se evidente que o envelhecimento não deve ser percebido apenas como um processo biológico ou uma etapa limitada à velhice, mas como uma experiência integral que envolve saúde, participação, aprendizagem, autonomia e bem-estar. Envelhecer de forma ativa implica não apenas prolongar a vida, mas enriquecer a experiência de viver, valorizando o contributo das pessoas idosas para a sociedade e reconhecendo a diversidade de trajetórias individuais. Conforme destacam Marques et al. (2012, citados por Pinheiro, 2014), “o paradigma do

envelhecimento ativo convida a reformular a articulação entre a atividade e a reforma, entre o trabalho e a saúde, entre a participação e a exclusão, no sentido de caminhar para uma sociedade mais inclusiva e com menos discriminações em torno da idade” (p. 45).

Nesse sentido, é fundamental fomentar espaços inclusivos, democráticos e estimulantes, tanto no contexto comunitário quanto na formação de políticas públicas, de modo a construir uma sociedade mais justa e participativa, que reconheça a dignidade, a capacidade e o potencial contínuo das pessoas à medida que envelhecem. Esse novo paradigma não apenas valoriza a população idosa, mas também enriquece toda a comunidade, consolidando uma visão de envelhecimento como oportunidade de crescimento pessoal, coletivo e intergeracional, no qual o respeito e a solidariedade se tornam pilares para a convivência social.

Capítulo 2 - Sociedade Envelhecida

2.1 Índice de Envelhecimento a Nível Europeu

Apesar das diversas definições de envelhecimento e de idoso, a verdade é que atualmente as sociedades apresentam-se cada vez mais envelhecidas. Desta forma, o índice de envelhecimento é um importante indicador demográfico, que mostra a proporção de população idosa em relação à população jovem. Em termos práticos, ele é obtido dividindo o número de pessoas com 65 anos ou mais pelo número de indivíduos com menos de 15 anos e, posteriormente, multiplicando o resultado por 100, como se apresenta na Figura 2.

Figura 2

Fórmula de Cálculo do Índice de Envelhecimento

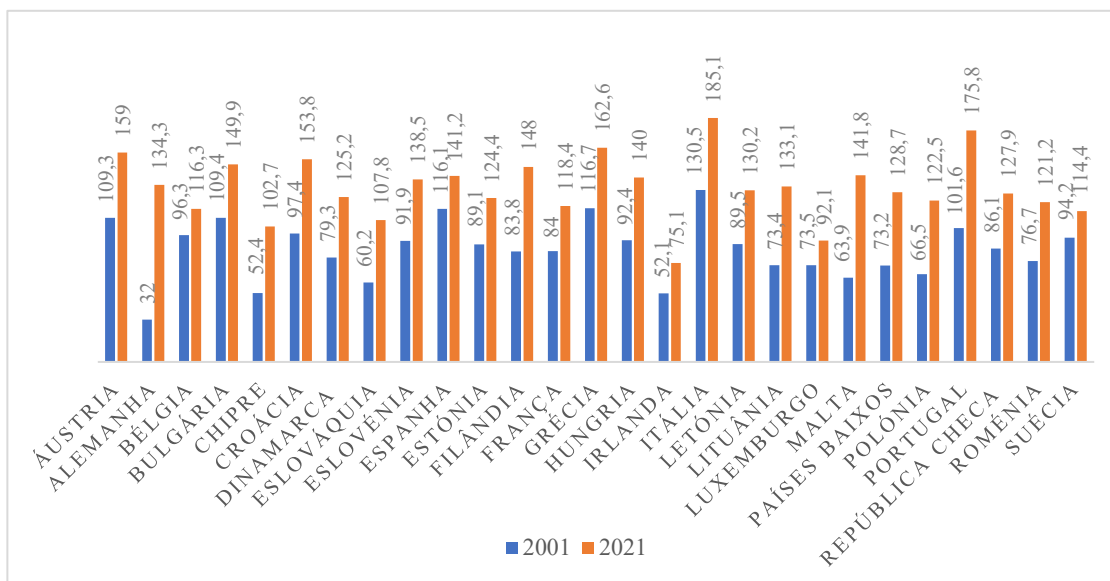
Fórmula	Fórmula matemática
((População média residente com 65 e mais anos / População média residente com menos de 15 anos) * 100	$\frac{[(P_{65+}(0) + P_{65+}(t)) / 2]}{[(P_{-15}(0) + P_{-15}(t)) / 2]} * 100$ <p>$n = 2$</p> <p>$P_{65+}(0)$ = População residente com 65 e mais anos no momento 0; $P_{65+}(t)$ = População residente com 65 e mais anos no momento t; $P_{-15}(0)$ = População residente com menos de 15 anos no momento 0; $P_{-15}(t)$ = População residente com menos de 15 anos no momento t;</p>

Fonte: PORDATA, 2024.

Assim sendo, é possível constatar um aumento progressivo do índice de envelhecimento em muitos países da União Europeia (UE27) entre 2001 e 2021, como é possível verificar na Figura 3.

Figura 3

Índice de Envelhecimento da União Europeia entre 2001-2021



Nota. Elaboração própria com dados. Fonte: PORDATA, 2024.

De acordo com a Figura 3, em 2001, os países com maiores índices de envelhecimento foram Itália, Grécia e Espanha, com valores de 131, 117 e 116, respetivamente. Em contrapartida, os índices mais baixos foram identificados em países como a Alemanha (32), o Chipre (52) e a Irlanda (52).

Já em 2021, os países que se destacaram com maiores índices de envelhecimento foram Itália, Portugal e Grécia, com índices de 185, 176 e 163, respetivamente. Em oposição, os países com os índices mais baixos foram a Irlanda (75) e o Luxemburgo (92).

No entanto, é importante realçar que, comparativamente entre 2001 e 2021, alguns países apresentaram um aumento significativo nos seus índices de envelhecimento. Desta forma, os países que registaram maior crescimento e uma transformação significativa na estrutura etária da população foram: Alemanha, Malta, Portugal, Finlândia e Polónia.

A Alemanha, que em 2001 apresentava um índice baixo de 32, revelou um aumento expressivo, atingindo 134 em 2021. Este acréscimo de 102 pontos percentuais é um dos mais significativos entre os países analisados, refletindo não só o impacto da diminuição da taxa de natalidade, mas também a crescente longevidade da população alemã.

Malta evidenciou igualmente um aumento acentuado: em 2001, o seu índice era de 64, mas em 2021 cresceu para 142, uma variação de 78 pontos percentuais. Apesar de ser

um país de pequena dimensão, Malta acompanha o padrão de envelhecimento populacional comum a muitos Estados-membros, resultado da melhoria nas condições de vida e saúde, somada à redução da natalidade.

Portugal constitui um dos casos mais notáveis. Já em 2001 apresentava um índice elevado (102), que aumentou para 176 em 2021, correspondendo a uma subida de 74 pontos percentuais. Este valor reflete a combinação de uma taxa de natalidade persistentemente baixa e de uma esperança de vida crescente.

A Finlândia, com um índice de 84 em 2001, registou também um aumento substancial, atingindo 148 em 2021, o que representa uma variação de 64 pontos percentuais. Por fim, a Polónia, embora com um índice relativamente baixo em 2001 (67), alcançou 123 em 2021, um acréscimo de 56 pontos percentuais, que igualmente evidencia as transformações demográficas ocorridas no país (PORDATA, 2024).

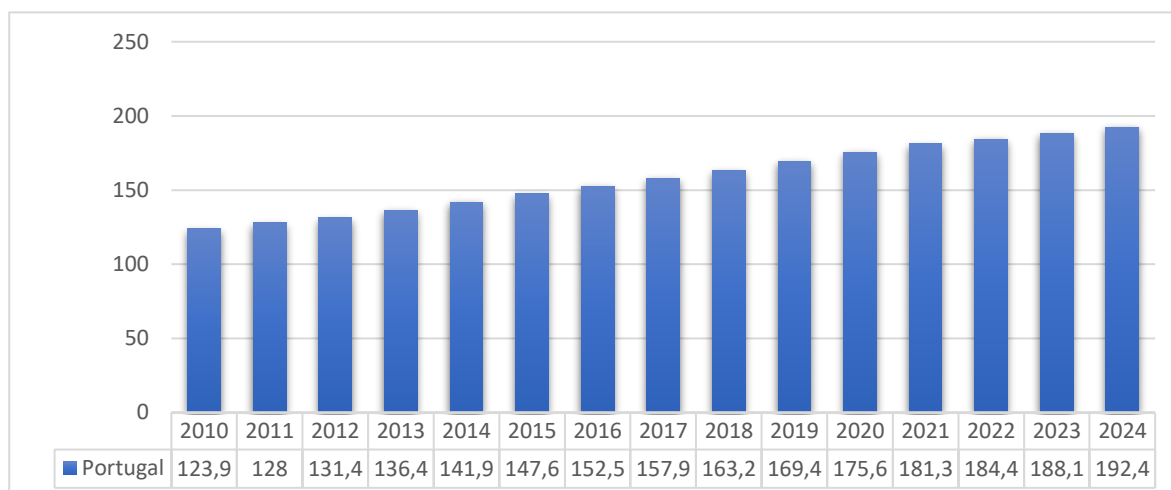
2.2 Índice de Envelhecimento a Nível Nacional

O índice de envelhecimento em Portugal tem sido uma preocupação crescente nos últimos tempos, refletindo uma mudança demográfica significativa com profundas implicações sociais, económicas e políticas. Neste sentido, este fenómeno assenta, segundo Oliveira (2005), em dois tipos de envelhecimento: “i) o envelhecimento da base da pirâmide etária – relacionado com a redução drástica de crianças e jovens; e ii) o envelhecimento do topo da pirâmide etária – relacionado com o aumento da esperança média de vida” (Sousa, 2009, p. 9).

Em Portugal, a evolução deste índice entre 2010 e 2024 revela um aumento significativo, destacando-se como uma preocupação crescente para a sociedade e para as políticas públicas. Assim, na Figura 4 apresenta-se a evolução detalhada deste índice ao longo dos anos.

Figura 4

Índice de Envelhecimento em Portugal entre 2010-2024



Nota. Elaboração própria. Fonte: PORDATA, 2024.

Em seguida, o crescimento do índice de envelhecimento tornou-se mais acentuado entre 2013 e 2017, passando de 136,4 para 157,9. Este crescimento pode ser relacionado com o envelhecimento das gerações nascidas durante os períodos de maior fecundidade do século XX e com a persistência de baixas taxas de natalidade. Este período evidencia um desafio crescente para as políticas públicas, sobretudo em termos de suporte social e de saúde para a população idosa.

Finalmente, a partir de 2020, o índice de envelhecimento continuou a aumentar, atingindo 192,4 em 2024. Este aumento constante reflete a continuidade das tendências demográficas anteriores. Assim, torna-se imperativo que as políticas públicas se adaptem a esta nova realidade demográfica, que exerce uma pressão significativa sobre os recursos públicos e privados (PORDATA, 2024).

Neste sentido, o aumento constante do índice de envelhecimento em Portugal tem várias implicações profundas, nomeadamente:

- na sustentabilidade da segurança social, uma vez que a crescente proporção de idosos em relação à população ativa pressiona o sistema, exigindo reformas para garantir a sustentabilidade das pensões e dos serviços de apoio social;
- no aumento das despesas de saúde, já que o envelhecimento populacional está associado a maiores necessidades de cuidados prolongados e especializados, aumentando a pressão sobre indivíduos e sobre o sistema público de saúde;

- na escassez de mão de obra jovem, devido à diminuição da população ativa, o que pode exigir políticas que incentivem a participação prolongada dos trabalhadores mais velhos no mercado de trabalho;
- na transformação das estruturas familiares, pois famílias mais pequenas e a migração dos jovens para áreas urbanas ou para o estrangeiro levam ao aumento da procura de serviços comunitários e de apoio social para idosos (Silva, 2018).

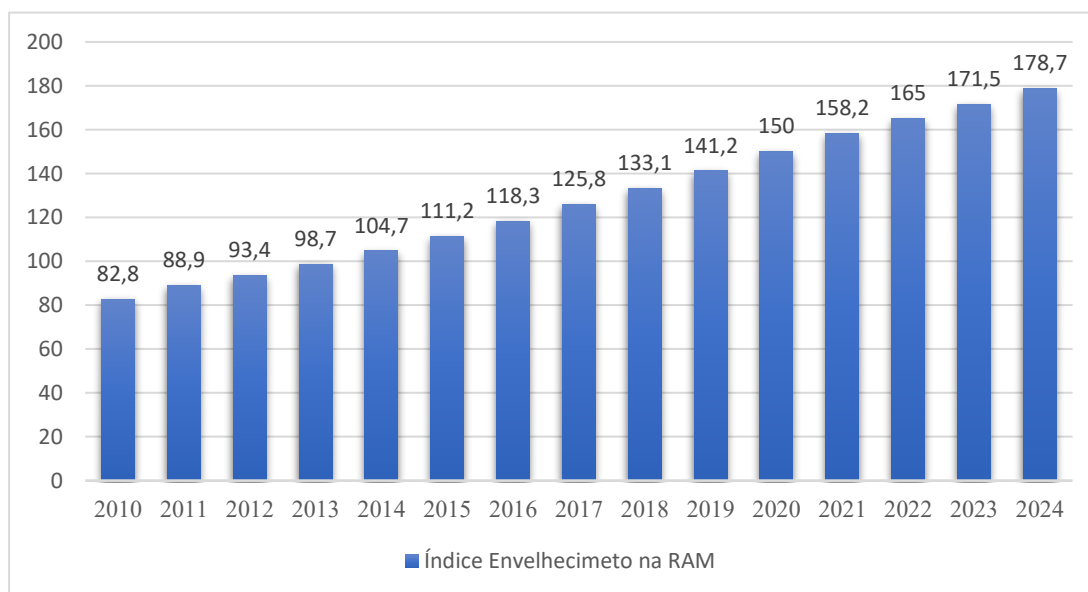
Em conclusão, a evolução do índice de envelhecimento em Portugal entre 2010 e 2024 destaca uma transformação demográfica significativa que requer uma resposta abrangente e integrada. A adaptação das políticas públicas é crucial para enfrentar os desafios associados ao envelhecimento populacional, garantindo que os idosos tenham acesso a cuidados adequados e que a sustentabilidade económica e social seja mantida.

2.3 Índice de Envelhecimento a Nível da Região Autónoma da Madeira

Relativamente à realidade regional, é de realçar que também merece destaque o facto de o índice de envelhecimento populacional ter vindo a aumentar de forma consistente, como é possível verificar na Figura 5.

Figura 5

Índice de Envelhecimento na Região Autónoma da Madeira entre 2010-2024



Nota. Elaboração Própria. Fonte: Instituto Nacional de Estatística, 2024.

Ao analisar a figura apresentada, verifica-se um aumento significativo no índice de envelhecimento populacional ao longo do período de 2010 a 2024. Em 2010, o índice situava-se em 82,8, o que indicava que existiam aproximadamente 83 pessoas idosas por cada 100 jovens. Este valor praticamente duplicou ao longo do período analisado, atingindo 178,7 em 2024, o que representa um acréscimo de 95,9 pontos percentuais.

Além disso, observa-se uma variação relevante entre 2023 e 2024: em 2023, o índice era de 171,5, e em 2024 registou-se novo aumento, atingindo 178,7, o que corresponde a um acréscimo de 7,2 pontos percentuais em apenas um ano.

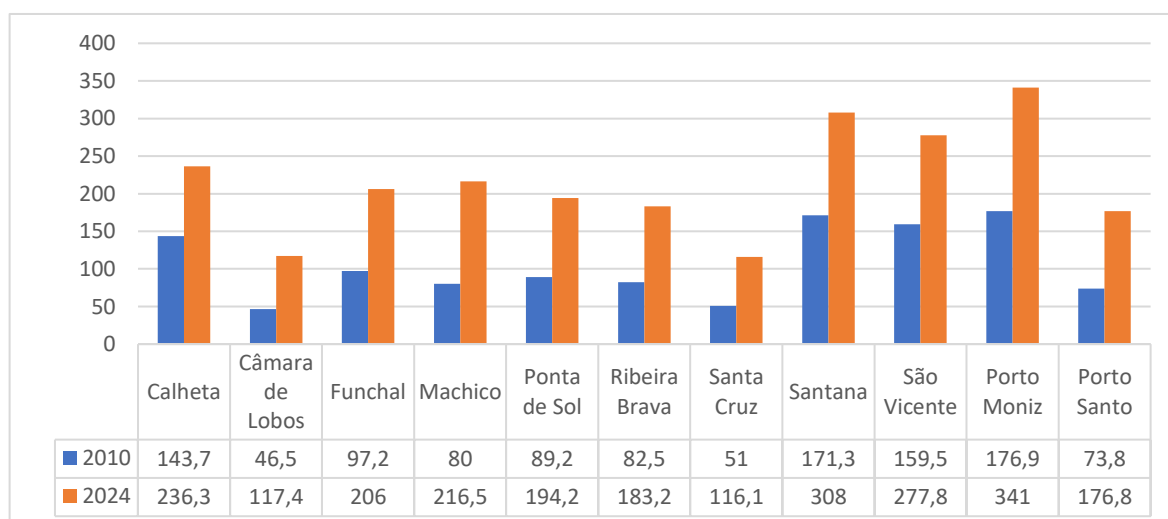
2.3.1 Índice de Envelhecimento por Município na Região Autónoma da Madeira

Ao realizar uma análise mais detalhada, constata-se na Figura 6 que, em 2010, os municípios da Região Autónoma da Madeira com os maiores índices de envelhecimento eram Porto Moniz (176,9) e Santana (171,3). Em contrapartida, os índices mais baixos foram registados em Câmara de Lobos (46,5) e Santa Cruz (51,0). Esta discrepância na distribuição etária entre pessoas idosas e jovens evidencia padrões distintos de envelhecimento populacional nos diferentes concelhos da Região Autónoma da Madeira.

Comparativamente a 2024, os dados da Figura 6 mostram que os municípios com os índices mais elevados de envelhecimento mantiveram-se Porto Moniz e Santana. Por outro lado, os municípios com os menores índices de envelhecimento em 2024 continuaram a ser Santa Cruz (116,1) e Câmara de Lobos (117,4).

Figura 6

Índice de Envelhecimento por Município na Região Autónoma da Madeira entre 2010-2024



Em suma, a análise dos dados por município revela que, embora a tendência de envelhecimento seja transversal a toda a Região Autónoma da Madeira, existem diferenças territoriais significativas, sendo mais acentuada em municípios rurais, como Porto Moniz e Santana, e mais atenuada em concelhos urbanos e litorais, como Câmara de Lobos e Santa Cruz. Este padrão indica que são necessárias políticas específicas para cada município, visando promover o envelhecimento ativo e a inclusão social da população idosa.

Capítulo 3 - Instituições Particulares de Solidariedade Social

3.1 Evolução Histórica das IPSS na Europa

As Instituições Particulares de Solidariedade Social na Europa registaram uma evolução significativa ao longo dos séculos, refletindo mudanças sociais, políticas e económicas por todo o continente europeu. Desde a sua origem na caridade medieval até a sua atual atuação como pilares do Estado, as IPSS desempenham um papel fundamental na promoção do bem comum e na assistência aos mais necessitados.

No período medieval europeu, as IPSS tiveram as suas raízes nas obras de caridade da Igreja Católica, com mosteiros e ordens religiosas a estabelecerem hospitais e instituições de caridade para cuidar dos pobres e doentes, como refere Araújo (2002):

As Misericórdias mantinham, de facto, uma estreita ligação com a Igreja, não sendo por isso de estranhar a colaboração assistencial entre elas e as autoridades diocesanas ou a presença de clérigos nos seus corpos gerentes. Nessa época, aliás, a caridade e a gestão da assistência por parte do clero foi bem mais frequente do que se supunha. (Araújo, 2002, citado por Moniz, 2014, p. 227)

Este período inicial foi fundamental para o estabelecimento dos princípios de solidariedade que caracterizam as IPSS até à atualidade. Em seguida, a Reforma Protestante no século XVI trouxe mudanças significativas, estimulando o surgimento de novas instituições sociais nos países protestantes. A Contra-Reforma Católica levou à criação de novas ordens religiosas dedicadas à educação e à assistência social, como os jesuítas (Moniz, 2014).

No século XVIII, o Iluminismo introduziu uma abordagem mais racional e secular à assistência social, com o surgimento de sociedades filantrópicas independentes da Igreja. Como refere Caeiro (2008, citado por Almeida, 2015), “é nesta altura que ocorre a Revolução Francesa e a luta por um grupo de ideais que dá origem a um conjunto de movimentos associativos geralmente ligados ao proletariado. Dá-se então origem à Economia Social moderna” (p. 9).

O século XIX foi marcado pelo impacto da industrialização e da urbanização na Europa, que aumentou a necessidade de assistência social. Desta forma, a encíclica *Rerum*

Novarum de 1891, emitida pelo Papa Leão XIII, incentivou o associativismo profissional e reforçou o papel das IPSS como agentes de solidariedade num contexto de mudanças sociais rápidas.

As duas guerras mundiais no século XX provocaram alterações profundas nas sociedades europeias, desafiando as IPSS a adaptarem-se para atender às necessidades urgentes de assistência aos mais carenciados. Após a Segunda Guerra Mundial, o surgimento do Estado de bem-estar social expandiu as redes de assistência à população, contando com parcerias essenciais para garantir acesso a serviços básicos como a saúde e a educação.

Na década de 1970, a Europa enfrentou uma crescente crise económica e profundas transformações no sistema de bem-estar. Este contexto aumentou a relevância da economia social e consolidou o papel das IPSS na oferta de serviços sociais à comunidade, promovendo, ao mesmo tempo, a inovação em modelos de solidariedade. Assim, países como França e Portugal destacaram-se na promoção e no apoio às IPSS, desenvolvendo políticas específicas e legislação que reconhecem o seu papel crucial na coesão social e no bem-estar dos cidadãos (Almeida, 2015).

Neste seguimento, a crise do Estado-providência, na década de 1970, constituiu um movimento decisivo para a afirmação da Economia Social. O enfraquecimento da capacidade estatal em responder às necessidades sociais crescentes abriu espaço para que o setor recuperasse relevância, destacando-se como alternativa complementar às funções públicas. Nesse período, verificou-se o fortalecimento dos movimentos cooperativo e associativo. Como destaca Lousada (2023):

A Economia Social volta a adquirir de novo dimensão e importância. São atribuídos apoios financeiros à Economia Social e às suas organizações, verifica-se um aumento do emprego e do desenvolvimento das associações locais e de cooperativas, assim como tentativas de inclusão social através da criação de associações de âmbito social. (p. 11)

O contexto europeu também foi determinante para a consolidação do setor, pois, em 1975, foi criado o Comité Nacional de Coordenação das Atividades Mutualistas, Cooperativas e Associativas, responsável por impulsionar, em 1978, em Bruxelas, um debate europeu sobre Economia Social. A década seguinte trouxe novos marcos, pois, em 1981, “foi reconhecido o seu poder político através da criação, pelo governo francês, de uma Delegação Interministerial para a Economia Social (DIES)” (Lousada, 2023, p. 11).

A institucionalização da Economia Social ao nível europeu foi reforçada durante a década de 1980, uma vez que, como sublinha Namorado (2004, citado por Lousada, 2023), “iniciaram as Conferências Europeias de Economia Social” (p. 11) e, em paralelo, ocorreu o desenvolvimento das cooperativas de trabalhadores, o que demonstra a expansão prática e territorial do movimento (Lousada, 2023).

Neste sentido, de acordo com Caeiro (2008, citado por Lousada, 2023), a Economia Social passou a ser definida como um:

Grupo de empresas e instituições que para além da sua diversificação jurídica e heterogeneidade de funções, está ligado através de uma ética comum assente na solidariedade e na prestação de serviços aos seus membros e no interesse geral, sendo as cooperativas a sua representação mais genuína. (p. 7)

Por outro lado, de acordo com o artigo 2.º da Lei de Bases da Economia Social (Lei n.º 30/2013, de 8 de maio), entende-se a Economia Social como:

Economia social o conjunto das atividades económico-sociais, livremente levadas a cabo por entidades referidas no artigo 4.º (...) atividades estas que «têm por finalidade prosseguir o interesse geral da sociedade, quer diretamente quer através da prossecução dos interesses dos seus membros, utilizadores e beneficiários, quando socialmente relevantes. (Lousada, 2023, p. 4)

Desde então, as IPSS têm-se afirmado como pilar essencial da Economia Social, articulando respostas solidárias e sustentáveis para complementar e suprir as lacunas existentes. De acordo com Lousada (2023), a Economia Social assenta em princípios “de solidariedade, inclusão e bem-estar social e desenvolvimento socioeconómico local, promovendo a inclusão daqueles que não são capazes de desenvolver uma atividade económica no mercado de trabalho” (p. 8).

Em conclusão, a história das IPSS na Europa é uma narrativa de continuidade e de mudança, em que os princípios de solidariedade e de cuidado mútuo se mantêm constantes, apesar das transformações que moldaram o continente europeu ao longo dos séculos.

3.2 Evolução Histórica das Formas de Assistência em Portugal

Desde há muitos séculos, tem sido primordial a preocupação constante de encontrar maneiras de ajudar aqueles que mais precisam, como a população economicamente

fragilizada, pessoas com necessidades especiais, crianças e idosos. Essa preocupação levou à criação de diversos projetos de assistência social ao longo dos séculos, conduzidos principalmente por instituições religiosas, membros da nobreza, autoridades locais e indivíduos privados. O principal objetivo desses projetos era proporcionar apoio material e emocional às pessoas em situação de vulnerabilidade (Mota, 2019).

Em Portugal, o sistema de assistência social e as formas de apoio aos mais necessitados constituem uma longa e complexa história. Um marco importante nessa trajetória é a fundação das primeiras Misericórdias há mais de 500 anos. “A primeira foi fundada em Lisboa por ação da Rainha D. Leonor e do Frei Miguel Contreiras, em 1498, com o intuito de prestar assistência aos mais carenciados” (Mota, 2019, p. 4). Durante a Idade Média e a Idade Moderna (séculos XII-XVIII), a assistência social era geralmente fornecida pela Igreja Católica e pelas ordens religiosas. Mosteiros, conventos e hospitais religiosos desempenhavam um papel fundamental no cuidado dos pobres, doentes, órfãos e pessoas com necessidades especiais.

A Reforma Pombalina, ocorrida durante o século XVIII, foi outro marco de grande importância nas políticas sociais do país. O Marquês de Pombal, figura incontornável da história portuguesa, promoveu não apenas medidas políticas e económicas, mas também mudanças de grande alcance no campo da assistência social. Uma das suas principais ações foi a centralização do sistema de assistência sob uma estrutura unificada e mais eficiente, criando instituições públicas destinadas a cuidar dos mais necessitados (Mota, 2019).

No século XIX, com o declínio do poder da Igreja, o Estado começou a assumir um papel mais ativo na prestação de assistência social, criando várias instituições públicas de caridade e apoio. Segundo Maia (1985, citado por Cardoso, 2013):

A criação do Conselho Geral da Beneficência, em 1835. A partir 1836 são criados diversos estabelecimentos públicos nas cidades e nas pequenas vilas: asilos de infância, asilos de mendicidade, asilos para velhos e inválidos, casas de correção, estabelecimentos para cegos, e também, creches, lactários e dispensários. (p. 126)

No período do regime autoritário do Estado Novo, liderado por António de Oliveira Salazar, a assistência social foi fortemente controlada pelo Estado, assim:

A assistência social deteve sempre um papel supletivo por parte do Estado, sendo as suas atividades asseguradas pelas entidades de fins assistenciais privadas e sob o primado da orientação para a família e não para o indivíduo em si. Entre estas entidades, as misericórdias assumem importância maior, tendo-lhes sido conferido

o papel coordenador da assistência a nível local, especialmente no âmbito da assistência materno-infantil e hospitalar. A sua acção era coordenada, tutelada e fiscalizada por vários organismos estatais, dispersos por diferentes ministérios, o que contribuiu para o seu limitado alcance e, também, para a constatação da necessidade de revisões do sistema organizativo da assistência social pública, a mais importante aprovada no período marcelista, em 1971, em que são criados, no âmbito da Direcção-geral da Assistência Social, o Instituto da Família e de Acção Social (IFAS) e a Inspeção Superior de Tutela Administrativa, organismo que passou a tutelar a actividade das instituições particulares de assistência. (Maia, 1995, citado por Cardoso, 2013, pp. 128-129)

Após a Revolução dos Cravos em 1974 e com a transição para a democracia, houve uma expansão significativa dos serviços sociais em Portugal. O Estado começou a desenvolver políticas de protecção social mais abrangentes, incluindo um sistema de Acção Social que teve efeitos positivos na vida das pessoas (Cardoso, 2013). Deste modo, o sistema de Acção Social “é realizado maioritariamente, por IPSS e outras organizações privadas apoiadas economicamente pelo Estado, mediante a celebração de protocolos de cooperação” (Neves, 1998, citado por Mota, 2019, p. 5).

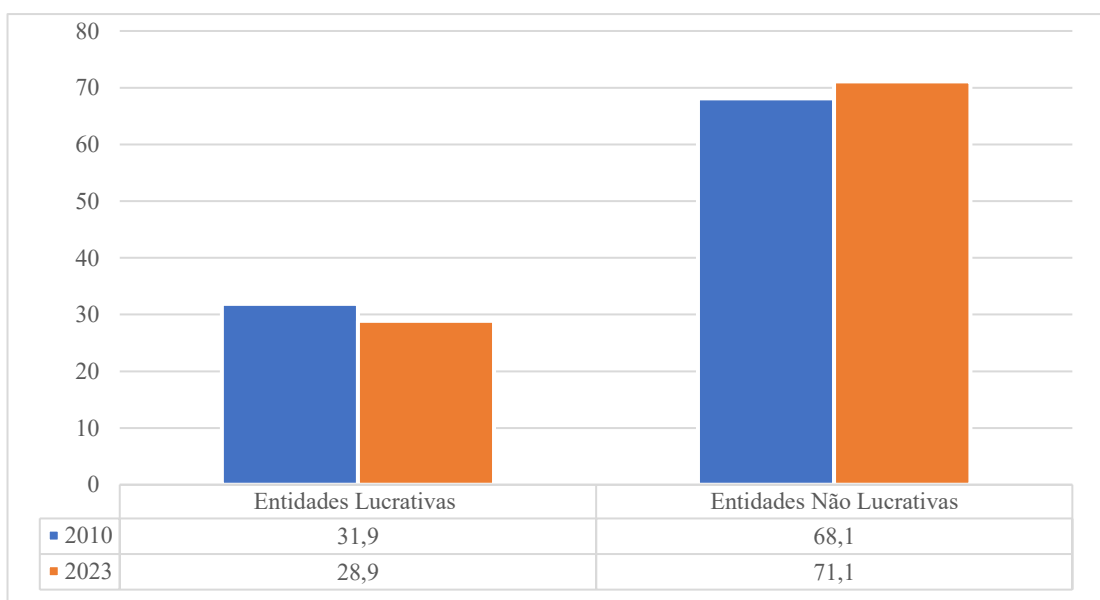
Durante os anos 80, houve um aumento notável das IPSS em Portugal no campo social, assim, o Estado passou a assumir responsabilidade central no sentido de ampliar o campo de atuação dessas instituições, delegando-lhes responsabilidades em áreas cruciais como a educação, formação profissional, saúde e habitação (Mota, 2019).

Já no século XX e início do século XXI, Portugal enfrentou desafios económicos, especialmente durante a crise financeira de 2008 que levou a alguns cortes nos gastos sociais e reformas nas políticas de assistência, com o objetivo de garantir a sustentabilidade financeira do sistema de segurança social. Deste modo, é de realçar que “a responsabilização do Estado ao nível social começa a enfraquecer, uma vez que este opta por relegar essa função às IPSS, incentivando à criação das mesmas” (Mota, 2019, p. 5).

De acordo com a Carta Social, “um instrumento de informação privilegiado de caracterização e análise, essencial para o processo de conceção e adequação das políticas sociais, para o apoio ao planeamento territorial e à preparação da tomada de decisão” (Gabinete de Estratégia e Planeamento, 2023, p. 11), é possível analisar a evolução das entidades proprietárias de equipamentos sociais em Portugal Continental. Estas entidades são classificadas como lucrativas e não lucrativas, como é o caso das IPSS. Em 2010, de um total de 5.800 entidades, 31,9% eram entidades lucrativas e 68,1% não lucrativas, conforme ilustrado na Figura 7. Em 2023, o número total de entidades aumentou para 7.022, sendo 28,9% lucrativas e 71,1% não lucrativas.

Figura 7

Distribuição das entidades proprietárias de equipamentos sociais em Portugal Continental entre 2010-2023



Nota. Elaboração própria. Fonte: Carta Social, 2010 & 2023.

Em conclusão, verifica-se uma tendência clara de crescimento no número de entidades proprietárias de equipamentos sociais, com destaque para a maior participação das entidades não lucrativas. Embora este aumento possa ser interpretado como um fortalecimento da capacidade do setor social em responder às necessidades da população, é fundamental proceder a uma análise crítica dos seus efeitos. O crescimento quantitativo das IPSS não garante necessariamente a melhoria da qualidade dos serviços prestados, podendo originar desigualdades no acesso e na eficiência das respostas sociais.

Além disso, evidencia-se a forte dependência destas instituições face ao financiamento público, o que, como refere Correia (2011), “pode colocar em causa a

própria autonomia das organizações e limitar a capacidade de planeamento a médio e longo prazo, uma vez que as regras de financiamento estão sujeitas a alterações” (p. 190). A sustentabilidade financeira das IPSS configura-se como um desafio constante, uma vez que o crescimento nem sempre se traduz em estabilidade estrutural ou capacidade de inovação.

Deste modo, apesar do papel central das IPSS no sistema de proteção social em Portugal, o seu crescimento traz consigo tensões e dilemas críticos relacionados com a excelência dos serviços, a autonomia organizacional e a viabilidade financeira, que devem ser reanalisados na conceção e avaliação das políticas sociais.

3.3 Evolução Histórica das IPSS na Região Autónoma da Madeira

Na Região Autónoma da Madeira, a trajetória das Instituições Particulares de Solidariedade Social reflete um desenvolvimento complexo e multifacetado, alinhado com o progresso histórico e social de Portugal.

Tal como no restante território nacional, as IPSS na Madeira começaram a surgir no final do século XIX e início do século XX, inicialmente sob a forma de instituições de caridade ligadas à Igreja Católica. Estas instituições focavam-se principalmente em áreas como educação, saúde e apoio aos pobres e desfavorecidos (Mota, 2019).

Nos anos 1960 e 1970, com a modernização e o crescimento económico em Portugal e na Madeira, registou-se um aumento na criação de IPSS, refletindo uma maior consciencialização social acerca da necessidade de um apoio estruturado. Após a Revolução dos Cravos e a democratização de Portugal, verificou-se novamente um aumento dos apoios sociais, acompanhado por reformas e pela descentralização administrativa, que permitiram maior autonomia regional.

A década de 1980 marcou uma fase de formalização e regulação das IPSS na Madeira, em paralelo com a realidade nacional. O governo regional começou a desempenhar um papel mais ativo na supervisão e apoio a estas instituições, garantindo que cumprissem normas específicas de funcionamento e transparência (Ornelas, 2018). Posteriormente, a Lei de Bases da Segurança Social (Lei n.º 17/2000) reforçou a importância das IPSS, reconhecendo oficialmente o seu papel no sistema de segurança social.

Nos últimos anos, as IPSS têm enfrentado novos desafios, como a crise financeira e o aumento das desigualdades sociais. Para responder, a União das IPSS da Madeira (UIPSS-Madeira) tem desempenhado um papel vital na representação e apoio às instituições da Região, promovendo a cooperação, a formação e o diálogo com entidades governamentais. Como refere a UIPSS-Madeira (2022):

Não são átomos isoladas ou ilhas fechadas sobre si mesmas. Encerradas sobre si próprias, sem articulação, sem cooperação, os nossos organismos sociais autodestroem-se. As intuições do sector social e solidário são, e terão de ser cada vez mais, por natureza e identidade, solidárias e amigas umas das outras, articuladas no seu pensar e no seu agir, dando as mãos na prossecução da sua missão. (para. 1)

Nesse seguimento, nos últimos anos, as IPSS da Região Autónoma da Madeira têm sido incentivadas a melhorar a transparência das suas atividades e gestão financeira, pois segundo Bandeira et al. (2020):

As IPSS necessitam de reforçar as exigências da transparência relativamente às atividades que realizam e aos recursos que utilizam, sobretudo através da obrigação de prestarem informação confiável sobre a gestão dos recursos que lhes são confiados, bem como sobre os resultados alcançados no desenvolvimento das suas atividades. (p. 29)

Assim, as diretrizes para as IPSS na Região Autónoma da Madeira estão alinhadas com a legislação nacional e regional. As IPSS são obrigadas a publicar os relatórios anuais de contas nos seus *websites* até 31 de maio do ano seguinte ao exercício a que se referem, conforme refere o artigo 14-A do Decreto-Lei n.º 172-A/2014. Além disso, devem adotar o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do setor não lucrativo, assegurando que as suas demonstrações financeiras sejam claras e compreensíveis (Bandeira et al., 2020). De forma a garantir uma gestão eficiente dos recursos, as IPSS precisam de investir na formação contínua dos seus quadros técnicos e adotar boas práticas. Neste sentido, a União das IPSS da Madeira oferece suporte técnico e formação para ajudar as instituições a melhorar a sua gestão e cumprir as exigências legais (UIPSS Madeira, 2022).

Desta forma, a Região Autónoma da Madeira conta com cerca de 85 entidades de estatuto de IPSS, como é possível constatar na Figura 8.

Figura 8

Número de IPSS por concelhos da Região Autónoma da Madeira



Fonte: Bandeira et al., 2020.

De acordo com esta figura, observa-se uma distribuição desigual das IPSS pelos concelhos. O Funchal, sendo a capital e o principal centro urbano, concentra 57 instituições, destacando-se como o polo central de serviços sociais na Região. Em contraste, concelhos como Porto Santo, Porto Moniz, Ponta do Sol e Calheta possuem apenas uma IPSS cada um. Esta assimetria territorial evidencia desigualdades na oferta de respostas sociais na Região Autónoma da Madeira, refletindo uma concentração acentuada na capital e uma presença reduzida nas áreas periféricas.

3.4 Enquadramento das IPSS na Lei de Bases da Economia Social

Nos termos do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro, as IPSS, “registadas nos termos regulamentados pelas respetivas portarias adquirem automaticamente a natureza de pessoas coletivas de utilidade pública” (Decreto-Lei n.º 119/83, art 8.º). Este reconhecimento implica um regime jurídico especial que estrutura o enquadramento legal destas instituições.

Neste contexto, a Lei de Bases da Economia Social (LBES), aprovada pela Lei n.º 30/2013, de 8 de maio, define as normas jurídicas aplicáveis ao setor da economia social em contexto nacional. Esta legislação aplica-se conforme os princípios da Constituição da República Portuguesa (CRP) e define os fundamentos legais e os instrumentos de apoio às atividades das entidades que integram este setor (Lei n.º 30/2013, art. 1.º).

O artigo 4.º da lei apresenta a economia social como o conjunto de atividades de carácter económico e social desenvolvidas por entidades com finalidades sociais, incluindo:

- a) As cooperativas;
- b) As associações mutualistas;
- c) As misericórdias;
- d) As fundações;
- e) As instituições particulares de solidariedade social não abrangidas pelas alíneas anteriores;
- f) As associações com fins altruísticos que atuem no âmbito cultural, recreativo, do desporto e do desenvolvimento local;
- g) As entidades abrangidas pelos subsectores comunitário e autogestionário, integrados nos termos da Constituição no sector cooperativo e social;
- h) Outras entidades dotadas de personalidade jurídica, que respeitem os princípios orientadores da economia social. (Lei n.º 30/2013, art. 4.º)

Conforme o artigo 5.º da Lei n.º 30/2013, todas as organizações da economia social, especialmente as IPSS, devem pautar-se por princípios essenciais como: a prioridade das pessoas e objetivos sociais, adesão voluntária, controlo democrático, conciliação entre interesses individuais e coletivos, solidariedade, igualdade, transparência, subsidiariedade e gestão autónoma (Lei n.º 30/2013, art. 5.º).

Além destes princípios legais, a literatura identifica outros princípios relevantes. Martins (2009) e Alves (2021) salientam: prossecução do interesse público, igualdade de tratamento, proporcionalidade, seletividade, tendencial gratuidade, prioridade aos grupos mais desfavorecidos, prevalência dos interesses dos beneficiários, imparcialidade, qualidade dos serviços e eficácia da gestão. Estes reforçam a missão social das IPSS e garantem que a sua atuação se mantenha alinhada com as políticas públicas.

Para assegurar a sustentabilidade e a visibilidade estatística do setor, o artigo 6.º da LBES estabelece a criação de uma conta satélite da economia social, integrada no sistema estatístico nacional, essencial para avaliar com rigor o impacto económico e social destas entidades (Lei n.º 30/2013, art. 6.º).

Como destaca Alves (2021), a atribuição de apoios exige responsabilidade e transparência na gestão dos recursos “os titulares dos seus órgãos ou agentes devem pautar a sua atuação com seriedade, não se corrompendo, nem desviando os dinheiros destinados aos apoios das IPSS para proveitos próprios e enriquecimento ilícito” (pp. 17-18).

3.4.1 Missão e Objetivos da IPSS

De acordo com o artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro, que aprovou o Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social (EstIPSS), as IPSS são:

Pessoas coletivas, sem finalidade lucrativa, constituídas exclusivamente por iniciativa de particulares, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de justiça e de solidariedade, contribuindo para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos, desde que não sejam administradas pelo Estado ou por outro organismo público. (Decreto-Lei n.º 119/83, art. 1.º)

Neste âmbito, o artigo 1.º-A do Decreto-Lei n.º 119/83 determina que as IPSS têm como finalidade principal fomentar o bem-estar e apoiar diferentes grupos sociais, intervindo assim em áreas como:

- a) Apoio à infância e juventude, incluindo as crianças e jovens em perigo;
- b) Apoio à família;
- c) Apoio às pessoas idosas;
- d) Apoio às pessoas com deficiência e incapacidade;
- e) Apoio à integração social e comunitária;
- f) Proteção social dos cidadãos nas eventualidades da doença, velhice, invalidez e morte, bem como em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho;
- g) Prevenção, promoção e proteção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação e assistência medicamentosa;
- h) Educação e formação profissional dos cidadãos;
- i) Resolução dos problemas habitacionais das populações;

j) Outras respostas sociais não incluídas nas alíneas anteriores, desde que contribuam para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos. (Decreto-Lei n.º 119/83, art 1.º- A)

No contexto social, a missão das IPSS pode ser compreendida a partir de três conceções identificadas por Parrinha (2018): estatizante, autorresponsabilização e cooperação.

- A conceção estatizante atribui às IPSS o papel de prestadoras de serviços em articulação com o Estado, funcionando como complemento às políticas públicas.
- A conceção de autorresponsabilização reconhece as IPSS como organizações da sociedade civil, assumindo de forma direta a resolução dos problemas sociais locais e reforçando a sua função enquanto agentes de mudança comunitária.
- Por fim, a conceção de cooperação representa uma síntese das duas anteriores, ao posicionar as IPSS como instituições que respondem às necessidades das populações mais vulneráveis através da articulação com o Estado, comunidades locais e demais parceiros.

Esse propósito é amparado pelo artigo 2.º, nº 2 da Lei de Bases da Economia Social (LBES), que determina que as instituições de economia social “têm por finalidade prosseguir o interesse geral da sociedade, quer diretamente quer através da prossecução dos interesses dos seus membros, utilizadores e beneficiários, quando socialmente relevantes” (Lei n.º 30/2013, art. 2.º).

3.4.2 Constituição e Estrutura Das IPSS

Conforme previsto no Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro, a constituição de uma IPSS deve incluir: a denominação (sem possibilidade de confusão com outras instituições), a forma jurídica adotada, a sede, o âmbito de ação, os fins e atividades, a composição e funcionamento dos órgãos sociais e o regime financeiro (art. 10.º).

Além disso, o artigo 52.º do EstIPSS determina que os estatutos especifiquem as contribuições dos associados (quotas, donativos ou serviços), a finalidade e sede da instituição, a forma de funcionamento e a sua duração. O artigo 53.º estabelece ainda que a validade da constituição depende de um número mínimo de associados, exigindo “uma associação cujo número de associados seja inferior ao dobro dos membros previstos para os respetivos órgãos” (Decreto-Lei n.º 119/83, art. 53.º).

Relativamente à estrutura, o artigo 12.º determina que as IPSS disponham obrigatoriamente de três órgãos principais: Assembleia Geral, órgão de administração e órgão de fiscalização. Os dois últimos devem ser compostos por número ímpar de titulares, sendo a presidência atribuída a um deles.

Compete ao órgão de administração: a responsabilidade de assegurar os direitos dos beneficiados, preparar o relatório e as demonstrações financeiras anuais, validar o orçamento e o plano de atividades, garantir o funcionamento adequado dos serviços e das infraestruturas, elaborar regulamentos internos, gerir o quadro de pessoal, representar a instituição e zelar pelo cumprimento da lei e dos estatutos (Decreto-Lei n.º 119/83, art. 13.º).

Por sua vez, ao órgão de fiscalização cabe: acompanhar e avaliar a atuação da direção, aceder à documentação necessária, emitir pareceres sobre relatórios e orçamentos, bem como assegurar o cumprimento da lei (Decreto-Lei n.º 119/83, art. 14.º).

3.4.3 Autonomia das IPSS

De acordo com o Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro, as IPSS atuam com base no princípio da autonomia institucional, consagrado no artigo 3.º, que define que:

1 - No âmbito da legislação aplicável, as instituições escolhem livremente as suas áreas de atividade e prosseguem autonomamente a sua acção.

2 - Com respeito pelas disposições estatutárias e pela legislação aplicável, as instituições estabelecem livremente a sua organização interna. (Decreto-Lei n.º 119/83, 1983, art. 3.º).

Apesar de poderem beneficiar de apoio financeiro do Estado, tal apoio não permite a ingerência pública nas decisões internas, desde que as instituições respeitem o quadro legal aplicável. Como refere Alves (2021), “muito embora possam ser apoiadas financeiramente pelo Estado, este jamais poderá influenciar o direito de livre atuação das instituições” (p. 25).

3.4.4 Regime de Acordos e Cooperação das IPSS

A nível nacional, nos termos do artigo 4.º-A do Decreto-Lei n.º 119/83, as IPSS que celebrem acordos de cooperação com o Estado ficam vinculadas ao cumprimento das cláusulas nelas previstas. Posteriormente, o artigo 4.º-B do mesmo diploma reforça o direito das IPSS cooperarem entre si, através do uso comum de “serviços ou equipamentos e o desenvolvimento de ações de solidariedade social, de responsabilidade igualmente comum ou em regime de complementaridade” (Decreto-Lei n.º 119/83, 1983, art. 4.º-B).

A nível regional, o regime específico de cooperação é assegurado entre a IPSS e a Segurança Social, regulado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 11/2015/M, de 18 de dezembro. Desta forma, esta cooperação traduz-se numa relação de parceria entre as IPSS e o Instituto de Segurança Social da Madeira (IP-RAM), tendo como principal objetivo a implementação de respostas sociais dirigidas a crianças, jovens, idosos, pessoas com deficiência, indivíduos e famílias. Estas respostas incluem o desenvolvimento de ações de prevenção e reparação de situações de carência, disfunção ou marginalização social, de desenvolvimento das comunidades e de integração e inclusão sociais (Decreto Legislativo Regional n.º 11/2015/M, 2015, art. 2.º).

A cooperação entre as IPSS e o Instituto de Segurança Social da Madeira pode assumir diferentes tipos de contratos, tais como “acordos de cooperação, acordos de gestão e protocolos” (Decreto Legislativo Regional n.º 11/2015/M, 2015, art. 3.º). Neste sentido, o acordo de cooperação caracteriza-se como um tipo de contrato que estabelece uma relação legal entre o Instituto de Segurança Social da Madeira e as IPSS, com o objetivo de desenvolver serviços ou respostas sociais que beneficiem a comunidade. Esse acordo pode assumir diferentes modalidades, de acordo com as necessidades específicas e o tipo de apoio a prestar. Entre elas, destacam-se:

- a) Acordo típico, que consiste num acordo cuja resposta social a contratualizar obedece a um valor de financiamento padronizado por utente ou família, face à despesa de funcionamento associada ao desenvolvimento da resposta social;
- b) Acordo de investimento, que visa estabelecer as obrigações recíprocas entre as partes relativas à construção, reparação, remodelação, ampliação ou aquisição de imóveis, bem como à aquisição de bens móveis indispensáveis à execução de atividades de apoio social;

c) Acordo de apoio eventual, que estabelece as obrigações recíprocas entre as partes relativamente à atribuição de apoio financeiro excecional ou pontual, destinado a cobrir necessidades específicas da atividade. Pela sua natureza, urgência dos problemas a resolver ou diminuto valor, este tipo de apoio não justifica a utilização de outras modalidades de acordo;

d) Acordo atípico, que consiste num acordo cuja resposta social a contratualizar implica, desde que devidamente justificada, uma alteração dos critérios padronizados, designadamente em função das características do território, da resposta social a implementar, da população a abranger, dos recursos humanos a afetar ou da introdução de serviços inovadores que não se enquadrem nas modalidades anteriores. (Decreto Legislativo Regional n.º 11/2015/M, 2015, art. 3.º).

Além dos acordos de cooperação, existe o acordo de gestão, contrato pelo qual o Instituto de Segurança Social da Madeira confia às IPSS a responsabilidade de gerir serviços. Este acordo pode prever uma parceria com partilha de responsabilidades e riscos, quando tal contribua para maior eficiência e qualidade dos serviços, incluindo a colocação de pessoal necessário ao seu funcionamento. Existe ainda o protocolo, contrato destinado à experimentação e desenvolvimento de projetos inovadores na área social na Região Autónoma da Madeira (Decreto Legislativo Regional n.º 11/2015/M, 2015, art. 3.º).

A celebração de acordos e protocolos entre ambas as partes devem respeitar princípios específicos. Em primeiro lugar, deve ser dada prioridade ao atendimento das famílias em situação de maior vulnerabilidade económica e social, através das diretrizes estabelecidas pelo IP-RAM, que determinam que, para assegurar que os apoios beneficiem as pessoas mais carenciadas, os acordos devem prever uma quota de utentes/camas “cuja admissão no equipamento, estabelecimento ou serviço é da responsabilidade do Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM, sendo sempre garantido a este Instituto que tal quota é, no mínimo, percentualmente proporcional ao montante da sua comparticipação financeira” (Decreto Legislativo Regional n.º 11/2015/M, 2015, art. 5.º). Além disso, as instituições devem fornecer atempadamente todas as informações necessárias para o acompanhamento e a avaliação dos acordos celebrados. A cooperação deve ainda garantir o compromisso da Região Autónoma da Madeira tanto no apoio técnico como no financeiro. Por fim, é essencial que haja uma articulação eficaz entre as partes envolvidas, com vista à otimização de recursos (Decreto Legislativo Regional n.º 11/2015/M, 2015, art. 5.º).

A duração destes acordos varia conforme o tipo de instrumento celebrado. Os acordos de investimento, de apoio eventual e os protocolos têm duração definida pelas partes, enquanto os acordos de cooperação têm uma duração de cinco anos, com renovação automática, exceto se houver denúncia prévia com 180 dias de antecedência (Decreto Legislativo Regional n.º 11/2015/M, 2015, art. 7.º).

3.4.5 Fiscalização das IPSS

As IPSS estão sujeitas à fiscalização, nos seguintes termos:

1 – O Estado, através dos seus órgãos e serviços competentes, nos termos da lei geral, exerce os poderes de inspeção, auditoria e fiscalização sobre as instituições incluídas no âmbito de aplicação do presente Estatuto, podendo, para o efeito, ordenar a realização de inquéritos, sindicâncias e inspeções.

2 – Os poderes de fiscalização são exercidos pelos serviços competentes do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, nos exatos termos definidos nos respetivos estatutos, garantindo o efetivo cumprimento dos seus objetivos no respeito pela lei. (Decreto-Lei n.º 119/83, 1983, art. 34.º).

Desta forma, as IPSS, por serem beneficiárias de dinheiros públicos provenientes do Orçamento do Estado, das autarquias locais ou de fundos comunitários, estão sujeitas também à fiscalização do Tribunal de Contas (TdC). Como refere Alves (2021):

As IPSS's sujeitam-se à fiscalização sucessiva e concomitante do TdC, no que respeita aos fundos públicos auferidos pelas mesmas, não havendo sujeição daquelas entidades ao sistema de fiscalização prévia (a lei não o estabelece). Sendo o TdC soberano, pode a qualquer altura, determinar a apresentação de contas às IPSS's (fiscalização sucessiva e concomitante). (p. 34)

Assim, as IPSS têm obrigação de zelar pelo cumprimento de critérios de segurança, integridade e rigor na prestação de serviços. Segundo Alves (2021), na sua relação com o Estado, compete a este:

Estimular e apoiar a criação e a atividade daquelas; salvaguardar o princípio da cooperação, tendo em conta, designadamente, no planeamento e desenvolvimento dos sistemas sociais públicos, a capacidade instalada material, económica e humana das EES assim como os seus níveis de competência técnica e de inserção no tecido

económico e social nacional; desenvolver, de modo articulado com as organizações representativas das EES os meios de supervisão que assegurem a transparência entre aquelas e os seus membros, visando a melhoria dos recursos, designadamente mediante a utilização das estruturas de supervisão, e garantir a estabilidade das relações vinculadas com as EES. (p. 29).

De forma geral, a análise realizada evidencia que as IPSS na Região Autónoma da Madeira têm registado um crescimento consistente ao longo dos anos, inserindo-se num enquadramento jurídico estruturado que não apenas regula a sua atuação, mas também define mecanismos de cooperação interinstitucional e de fiscalização que asseguram maior transparência e eficiência na prestação dos serviços. Tal desenvolvimento reflete a importância crescente das IPSS como agentes centrais na resposta às necessidades sociais, possibilitando uma rede mais ampla de serviços e um apoio mais próximo às populações, especialmente em áreas vulneráveis ou com menor acesso a recursos públicos.

Capítulo 4 - Educação e Desenvolvimento Comunitário

A educação desempenha um papel crucial no desenvolvimento comunitário, sendo um motor essencial que pode transformar não apenas indivíduos, mas também sociedades inteiras. Quando falamos da interseção entre a educação e o desenvolvimento comunitário, exploramos um círculo virtuoso em que o fortalecimento educacional não só eleva o nível de conhecimento, mas também impulsiona a coesão social, o crescimento económico e a sustentabilidade das comunidades.

Deste modo, no cerne do desenvolvimento comunitário está a transformação e o empoderamento das pessoas. Isto significa capacitar os membros da comunidade para que se tornem agentes ativos na transformação do seu próprio ambiente social, pois, como refere Aujoulat (1971), “o progresso social das comunidades se atingirá com a participação activa da população nos diferentes factores de melhoria que se lhes propõem” (Caramelo, 2009, p. 170).

Neste sentido, foi durante a década de 1950 que o desenvolvimento comunitário se destacou principalmente nos programas de ajuda ao desenvolvimento financiados pelos países do Norte, concentrando-se sobretudo na Ásia e África. Estes programas focaram-se na transferência de tecnologia e na assistência técnica, especialmente em áreas rurais, e visavam educar e capacitar as comunidades locais. Essa dimensão educativa era fundamental para o desenvolvimento comunitário, pois procurava não apenas resolver problemas imediatos, mas também educar os membros da comunidade para liderar as suas próprias iniciativas de desenvolvimento a longo prazo (Caramelo, 2009). Neste seguimento, Sousa (1963) expõe, tal como é apresentado pela Organização das Nações Unidas, um conjunto de componentes do conceito de desenvolvimento comunitário, que engloba tanto a vertente lógica como a vertente operacional, como é possível constatar na Tabela 1.

Tabela 1

Componentes do Conceito de Desenvolvimento Comunitário

Componentes lógicos da definição	Componentes operacionais da definição
O fim principal: o melhoramento da vida comunitária e a sua participação no conjunto mais vasto da nação	Participação das populações na elaboração e na execução dos programas
O conteúdo específico: a capacidade de integração (interna e externa) e de autodirecção da comunidade	Os estudos prévios para se conhecer a comunidade, as suas necessidades, os seus recursos e programar os meios e os fins, e ainda classificar as «regiões tipo»
O processo: auto-esforço coerentemente organizado	A colaboração entre os poderes públicos e a população, como condição indispensável
Os meios: organização do esforço de autodesenvolvimento através da auto-ajuda e trabalho cooperativo	A disponibilidade de auxílio externo por parte dos poderes públicos (meios financeiros, técnicos e materiais)
Os actores: são os membros das colectividades, verdadeiros agentes do seu desenvolvimento	A organização e coordenação dos esforços dos serviços técnicos entre si e destes com os esforços da população
	A competência técnica dos administradores e agentes de programas

Fonte: Retirado de Sousa, 1963, citado por Caramelo 2009.

Posteriormente, em 1963, foi desenvolvido outro documento intitulado Desenvolvimento da Comunidade e Desenvolvimento Nacional, que destaca a importância das comunidades locais no contexto do desenvolvimento nacional. Esse documento sinalizou uma mudança de perspectiva, reconhecendo os territórios locais como áreas que também necessitam de iniciativas e programas específicos para fomentar o desenvolvimento. Além disso, foi enfatizada a necessidade de capacitar a população local, incentivando o seu envolvimento nas decisões que impactam tanto a esfera nacional quanto a local. Uma inovação significativa introduzida por esse documento foi a ênfase na “capacitação de trabalhadores sociais, responsáveis por induzir e orientar os processos dinâmicos da comunidade” (Gómez et al., 2007, p. 107), pois estes profissionais, com os seus conhecimentos, poderiam ajudar as populações, melhorando assim a qualidade de vida local.

De acordo com Aujoulat (1971, citado por Gómez et al., 2007), no final da década de 1960, as iniciativas de desenvolvimento comunitário começaram a integrar-se mais profundamente no desenvolvimento nacional:

Os fatores comuns à diversidade de fórmulas de programas de Desenvolvimento Comunitário assentam em três elementos comuns: continua a aplicar-se com prioridade em zonas rurais, concerne a colectividades limitadas que têm por marco

a aldeia ou agrupamento de aldeias; e finalmente; o progresso social das comunidades alcança-se com a participação ativa da população nos diferentes factores de melhoria a que se lhes propõem. (p. 110)

Nos anos de 1970, os programas de desenvolvimento comunitário adotaram um carácter mais político-social, transformando-se em processos abrangentes de mudanças sociais, culturais e económicas. Esses programas visavam mobilizar a população e fomentar a participação ativa, com o objetivo de satisfazer plenamente as necessidades da população. Durante este período, houve uma atenção crescente à inclusão social e à redução das desigualdades, procurando que todas as vozes dentro das comunidades fossem ouvidas e consideradas nas tomadas de decisão (Félix, 2015).

Durante a década de 1980, verificou-se uma intensa mobilização popular em torno da educação e da criação de condições que permitissem a participação ativa da população, tanto na sociedade como no seu próprio processo educativo. Assim, segundo Nogueiras (1996), “a educação de adultos tornou-se no principal processo educativo, desenvolvido por redes e programas de ação local e regional” (Nogueiras, 1996, citado por Gómez et al., 2007, p. 112).

Na década de 1990, o Relatório do Desenvolvimento Humano das Nações Unidas trouxe novas perspectivas às teorias de desenvolvimento comunitário, enfatizando a “importância da liberdade política e a garantia de outros (mais) direitos das comunidades locais de participar no processo de desenvolvimento” (Félix, 2015, p. 8). Em 1997, o relatório subsequente da Organização Nações Unidas (ONU) conferiu a “possibilidade de tomarem decisões (que lhes dizem respeito e afetam), tornando-as desta forma protagonistas no seu próprio desenvolvimento” (Félix, 2015, p. 8).

Atualmente, o desenvolvimento comunitário representa um elemento-chave na promoção do bem-estar coletivo, visto que “ao nível da informação e da educação as comunidades têm permitido o desenvolvimento e preparação de regiões e comunidades para participar no desenvolvimento nacional e global” (Gómez et al., 2007, p. 113). Por isso, são várias as perspectivas conceptuais dos autores acerca da sua importância. Segundo Nogueiras (1996), o conceito de desenvolvimento comunitário:

- é um processo educativo que pretende alcançar mudanças qualitativas nas atitudes e comportamentos da população;
- é uma técnica de ação social, necessitando da intervenção ou colaboração de agentes especializados;

- dirige-se às comunidades em situações de subdesenvolvimento (sociocultural ou económico) ou de insuficiente utilização dos recursos disponíveis;
- tem como objetivo primordial a promoção do bem-estar social e a melhoria da qualidade de vida da população-alvo;
- requer a participação voluntária, consciente e responsável dos indivíduos na resolução dos seus próprios problemas. (Nogueiras, 1996, citado por Gómez et al., 2007, p. 120)

De acordo com Marchioni (1999), o desenvolvimento comunitário define-se como “um processo de melhoria de condições de vida de uma determinada comunidade, ou seja, não dirigido apenas a solucionar ou melhorar uma situação patológica ou negativa” (idem, p. 121). Noutra visão, Gómez et al. (2007) entendem-no como um “processo educativo e formativo no qual a população local implicada aprende a ser responsável participando na resolução dos problemas comuns” (pp. 124-125).

Neste sentido, todos os autores mencionados referem que existe uma relação indissociável entre a educação e o desenvolvimento comunitário, essencial para alcançar uma melhor qualidade de vida. Assim, Caride (2006) propõe duas vertentes para essa relação: “a) educação como consequência, efeito ou benefício do desenvolvimento; b) a educação como factor decisivo para o desenvolvimento” (Gómez et al., 2007, p. 178). Na primeira vertente, a educação é vista como um benefício ou resultado do processo de desenvolvimento comunitário, na segunda, como um catalisador do desenvolvimento das comunidades. Assim sendo, a representação do desenvolvimento comunitário deve:

Encontrar sentido em práticas educativas se se deseja caminhar na direção de uma sociedade mais humana e habitável, mais cívica e dialogante, dando oportunidade a mudanças que supõem o envolvimento participativo da população, reforçando a capacidade de conhecimento e análise crítica do que está ao seu redor. (Gómez et al., 2007, p. 145)

Em conclusão, a interligação entre a educação e o desenvolvimento comunitário é profunda e multifacetada. Uma comunidade bem-educada não apenas prospera economicamente, mas também se fortalece socialmente e se torna mais resiliente às mudanças globais. Por isso, investir na educação não é apenas uma escolha acertada, mas uma necessidade imperativa para construir um futuro sustentável e equitativo, em que cada indivíduo tenha a oportunidade de contribuir para o crescimento e o bem-estar da comunidade local e global.

4.1 Impacto das IPSS na Inclusão Social e Desenvolvimento Comunitário da População Idosa

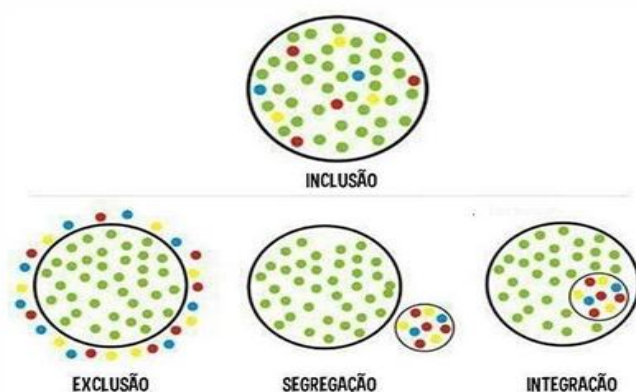
O conceito de inclusão social apresenta múltiplas dimensões, pois tem sido objeto de extensos debates em diferentes esferas académicas e políticas. No âmbito político, a União Europeia (UE) refere a inclusão social como: “uma situação na qual todo o membro de uma sociedade consegue participar na vida social e que ninguém é impedido de participar socialmente em resultado de falta de direitos sociais, rendimentos insuficientes, saúde ou educação” (Robinson, 2000, citado por Freitas, 2023, p. 9). Essa definição realça a necessidade de garantir condições que permitam a cada cidadão exercer integralmente os seus direitos e deveres, bem como participar de forma ativa na comunidade. De acordo com Sasaki (1997, citado por Maciel, 2015), objetivo da inclusão social é:

A construção de uma sociedade justa e digna para todas as pessoas, seus princípios se baseiam nos seguintes pressupostos: celebração das diferenças; o direito de pertencer; a valorização da diversidade humana; a solidariedade humana; a igual importância das minorias e a cidadania com qualidade de vida. (p. 37)

Neste seguimento, Curioni (2019 citado por Maciel, 2015) reforça essa perspetiva ao afirmar que “a inclusão social se fundamenta em princípios éticos de reconhecer e respeitar o preceito de oportunidades iguais perante a diversidade humana, diversidade esta que exige peculiaridade de tratamentos, para não se transformar em desigualdade social” (p. 38). Dessa forma, ao procurar definir o conceito de inclusão social, torna-se primordial observar a Figura 9, que clarifica as diferenças entre os modelos de relação social.

Figura 9

Modelos de relação social



Fonte: Silva, 2015.

A exclusão caracteriza-se pela ausência total de participação. É representada por um conjunto de pontos coloridos totalmente fora do círculo, simbolizando a não pertença ao espaço social comum. No contexto das IPSS, este modelo reflete situações em que os idosos não são envolvidos nas atividades da instituição, nem mantêm vínculos significativos com a comunidade. Esta forma de organização contribui para o agravamento do isolamento social e para a perda progressiva da autonomia, comprometendo o bem-estar geral das pessoas idosas.

A segregação, por sua vez, define-se pela separação dos grupos em círculos isolados. Nas IPSS, a segregação ocorre quando os idosos convivem exclusivamente entre si, com pouca integração com outros grupos etários. Embora estejam fisicamente presentes no espaço institucional, permanece o isolamento social, o que limita o seu desenvolvimento social e emocional.

A integração representa um avanço relativamente aos modelos anteriores, mas ainda apresenta limitações significativas. O grupo colorido encontra-se dentro do círculo, mas em núcleo isolado. No contexto institucional, a integração verifica-se quando os idosos participam em atividades da IPSS, mas sem que estas sejam verdadeiramente adaptadas às suas necessidades, interesses ou capacidades.

Por fim, a inclusão corresponde ao modelo ideal, razão pela qual está em destaque na figura. Na inclusão plena, todos os indivíduos estão inseridos no interior do círculo, simbolizando uma convivência harmoniosa e equitativa. Nas IPSS, a inclusão efetiva verifica-se quando os idosos assumem o papel de participantes ativos da vida institucional e comunitária, tendo voz, reconhecimento e oportunidades reais de participação.

De acordo com essa linha de pensamento, o conceito de inclusão social dos idosos constitui um tema de relevância essencial na sociedade atual, pois com o avanço crescente do envelhecimento demográfico, torna-se indispensável assegurar que os idosos disponham de meios e oportunidades efetivos para participar e integrar plenamente a vida comunitária. Neste sentido, é importante reconhecer que a promoção da inclusão social vai além de um esforço estrutural, sendo uma responsabilidade partilhada por todos, exigindo abordagens abrangentes e coordenadas. Para tal, é necessário envolver parcerias eficazes com o Estado, organizações da economia social e outros atores da comunidade.

As instituições da economia social, como as IPSS e Misericórdias, desempenham um papel fundamental nesse processo, pois estão presentes em todas as regiões e

respondem a muitos desafios sociais enfrentados pela comunidade. Como referem Costa et al. (2017):

A economia social tem vindo, nas últimas décadas, a afirmar a sua capacidade de colaborar de uma forma eficaz para a resolução dos novos desafios e problemas sociais, reforçando a sua posição no desenvolvimento económico sustentável e estável. neste contexto que o Governo português subscreveu com diversos parceiros sociais o Compromisso de Cooperação para o Sector Social e Solidário. (p. 13)

Nesse seguimento, Lacerda (2012, citado por Félix, 2015) afirma que uma das formas de melhorar a eficiência das IPSS é estabelecer parcerias com outras instituições, pois isso pode gerar “maior oferta de serviços, aumento das parcerias/colaboração com as instituições locais, aumento do número de funcionários, aumento do número de voluntários, reorganizar o espaço da organização, procurar apoios externos e outras” (p. 35).

De outro ponto de vista, o aumento de parcerias entre instituições proporciona múltiplas vantagens, entre as quais:

- Desenvolver capital humano, por meio de novas oportunidades de formação e desenvolvimento.
- Melhorar a eficiência operacional, reduzindo custos e otimizando os processos de atuação social.
- Alcançar a inovação organizacional, operando em ambientes com desafios e oportunidades complexas, que exigem soluções criativas.
- Aumentar o acesso a recursos financeiros, materiais, técnicos e administrativos, destacando-se a ampliação da rede de relacionamentos.
- Melhorar o acesso à informação, incluindo a aprendizagem sobre as pessoas e comunidades, o que pode resultar no aperfeiçoamento dos serviços.
- Ampliar a capacidade de entrega de produtos e serviços mais efetivos, tanto na perspectiva das organizações parceiras quanto das populações e comunidades atendidas.
- Aumentar a reputação e a credibilidade junto aos principais stakeholders e organizações direta ou indiretamente relacionadas com a atuação social.

- Fortalecer a sociedade civil e os princípios democráticos, um dos objetivos principais do governo e de muitas organizações do setor não lucrativo, mas que também se torna crítico para os interesses de longo prazo das empresas que partilham as alianças intersectoriais. (Nelson & Zadek, 2000, citado por Novais, 2021, p. 38).

É fundamental reconhecer os benefícios das práticas e respostas associados a inclusão social de pessoas idosas, promovida pelas IPSS, uma vez que estas instituições, ao criarem oportunidades de participação em iniciativas de carácter social e cultural, possibilitam que os idosos reforcem o seu bem-estar emocional e fortaleçam a sua saúde mental. Pois, segundo Nunes e Santos (2009, citado por Sousa, 2018):

Praticar e desenvolver atividades de lazer têm um impacto importantíssimo na vida dos idosos, pois a atividade física regular, como por exemplo, acarreta vários benefícios para os mesmos, tais como, maior independência, melhor qualidade de vida e capacidade funcional ao longo do processo de envelhecimento. (p. 22)

Neste sentido, Costa et al. (2017) referiu sobre a importância de práticas alinhadas com o conceito de cidade amiga das pessoas idosas, onde:

As políticas, serviços, configurações e estruturas de apoio permitem o envelhecimento ativo, uma vez que reconhecem as capacidades e recursos das pessoas mais velhas, antecipam e respondem com flexibilidade às necessidades e preferências relacionadas com o envelhecimento, respeitam as suas decisões e escolhas de estilo de vida, protegem os que são mais vulneráveis e promovem a sua inclusão e contribuição em todos os aspetos da vida da comunidade. (p. 29)

Neste sentido, por um lado, as IPSS desempenham um papel fundamental no desenvolvimento comunitário, que segundo Gómez et al. (2007) é entendido como:

Um processo educativo no qual a população local implicada aprende a ser responsável participando na resolução de problemas comuns. Mais do que uma prática quotidiana, o Desenvolvimento Comunitário conduz a ações cooperativas e organizadas num território cuja especificidade é caracterizada pelo nível de desenvolvimento de todos os seus setores (económico, político, social, educativo, cultural, administrativo) e que cada um desempenha o seu papel. (pp. 124-125)

Por outro lado, as IPSS demonstram uma notável capacidade de articular serviços que vão além do cuidado tradicional, promovendo uma lógica de inclusão mais ampla no

seio da comunidade local. De acordo com Soares (2012, citado por Mota, 2019) as IPSS são parceiras essenciais do Estado, na medida em que:

Ajudam o Estado a conseguir chegar a um maior grupo de pessoas, uma vez que ele, enquanto agente único, não o consegue fazer sozinho. As IPSS [...] conseguem ajudar a população local na criação de emprego, continuando assim a contribuir para a economia do país. (p. 7)

Deste modo, é de realçar que as IPSS desempenham um papel benéfico no que diz respeito à educação e ao desenvolvimento comunitário dos idosos, impactando as suas vidas de várias formas. Em primeiro lugar, assumem um papel ativo no desenvolvimento comunitário ao criar espaços e oportunidades para a participação ativa dos idosos na vida em comunidade. Isso inclui planos de atividades diversas nas mais variadas áreas, pois, tudo isto visa:

A alteração do comportamento das pessoas, implicando uma participação ativa dos membros da comunidade local, de forma a tornar o processo de desenvolvimento o mais equitativo e sustentável possível, aproveitando os meios existentes e potenciando a sua utilização, visando sempre uma maximização dos recursos disponíveis a nível local. (Gouveia, 2009, citado por Almeida, 2015, p. 21)

Seguidamente, as IPSS oferecem programas educacionais e de formação destinados aos idosos, proporcionam oportunidades para aprendizagem contínua e desenvolvimento pessoal, ao mesmo tempo que estabelecem uma relação recíproca entre educação e desenvolvimento comunitário, pois como refere Malassis (1975, citado por Félix, 2015) “a educação e o desenvolvimento são realidades indissociáveis, ou seja, a educação é simultaneamente causa e consequência do desenvolvimento, assim como também se pode dizer o desenvolvimento é causa e consequência da educação” (p. 16).

Finalmente, as IPSS assumem um papel fundamental na promoção da qualidade de vida dos idosos, uma vez que estas estão intimamente ligadas ao contributo para a educação contínua e para o desenvolvimento na sociedade. Ao disponibilizarem experiências através de atividades que fomentam a aprendizagem ao longo da vida, ao estimularem a participação social e ao valorizarem o envelhecimento ativo, estas instituições criam condições essenciais para que a inclusão seja plena, assegurando o equilíbrio emocional e social da população idosa. Neste contexto, torna-se evidente a necessidade de reconhecer a importância mais ampla da economia social, dentro da qual se inserem as IPSS. Este reconhecimento tem vindo a fortalecer-se, refletindo-se na valorização do papel que estas

entidades desempenham não só na prestação de serviços sociais, mas também no desenvolvimento das comunidades. Como destaca Costa et al. (2017):

O reconhecimento da importância da economia social tem vindo a reforçar-se por razões diversas, entre as quais se destaca o relevante contributo para a criação de emprego estável e duradouro, bem como o seu forte contributo para o desenvolvimento sustentável, a inovação social, ambiental, tecnológica e o reforço da coesão social, económica e regional. (p. 13)

PARTE II - CONSTRUÇÃO DO PERCURSO DE INVESTIGAÇÃO

Capítulo 5 - Contexto da Investigação

5.1 Enquadramento do Problema da Investigação

O envelhecimento da população é, atualmente, uma realidade incontestável, dado que em inúmeras sociedades, a proporção de pessoas idosas continua em ascensão, evidenciando a relevância de debater políticas de inclusão social e bem-estar pleno desta faixa etária, pois, com:

As transformações sociodemográficas das últimas décadas, evidencia-se a importância de garantir aos idosos não apenas uma maior sobrevivência, mas também uma maior qualidade de vida. Isso porque, em Portugal, a sobrevivência esperada de um idoso aos 65 anos é de mais 20 anos. Porém, 15 destes anos são vividos sem qualidade de vida. (INE, 2015, citado por Silveira, 2020, p.1)

O envelhecimento populacional é uma realidade inescapável na Europa. As previsões indicam que, até 2050, cerca de 30% da população europeia terá mais de 65 anos. Este cenário demográfico impõe desafios significativos aos sistemas de saúde, à segurança social e às políticas de inclusão social. Os governos europeus têm investido em programas que visam não apenas garantir cuidados de saúde de qualidade, mas também a inclusão social dos idosos. É fundamental que eles não sejam apenas meramente cuidados, mas também possam participar ativamente na sociedade, no sentido de viver com autonomia, dignidade e qualidade de vida (European Commission, 2023).

O contexto nacional acompanha essas tendências demográficas globais e enfrenta o desafio do envelhecimento populacional, evidenciado pelo aumento contínuo na proporção de idosos. As IPSS desempenham um papel crucial na oferta de serviços que promovem a inclusão social desta faixa etária, fornecendo desde cuidados de saúde domiciliários a atividades de lazer e programas educacionais. Todavia, estas instituições enfrentam desafios expressivos, como a sustentabilidade financeira, a capacitação dos recursos humanos e a adaptação das práticas às necessidades específicas dos idosos (Sousa, 2012).

Na Região Autónoma da Madeira, o envelhecimento da população é ainda mais acentuado devido às características geográficas e socioeconómicas específicas. A dispersão

das comunidades e a existência de áreas remotas constituem desafios adicionais às IPSS. Estas instituições precisam adaptar-se às especificidades culturais e sociais locais, superando barreiras de acesso e garantindo que os serviços cheguem a todos os idosos, independentemente da sua localização. Assim, na Região Autónoma da Madeira, a inclusão dos idosos é fundamental para ajudar a promover a coesão social e o bem-estar desta população.

Embora as IPSS tenham um papel importante nesse processo, ainda existem algumas lacunas sobre como funcionam e qual é verdadeiramente o seu impacto na inclusão social dos idosos na Madeira. Faltam dados sistemáticos sobre as práticas desenvolvidas, a variação entre instituições e os recursos disponíveis (financiamento, infraestrutura e pessoal qualificado). Além disso, são escassos os estudos que abordem os desafios específicos da Região, como a dispersão geográfica e as barreiras culturais e sociais que dificultam a implementação de programas de inclusão social (Ornelas, 2018).

A compreensão aprofundada do papel das IPSS na promoção da inclusão social dos idosos na Madeira é de extrema relevância por várias razões. Em primeiro lugar, uma população idosa socialmente integrada tende a apresentar melhor qualidade de vida, menor incidência de problemas de saúde e maior participação comunitária. Em segundo lugar, as práticas bem-sucedidas das IPSS podem servir de modelo para outras regiões com características semelhantes. Por fim, identificar os desafios enfrentados permite orientar políticas públicas e otimizar a afetação de recursos.

Diante deste contexto, surge a seguinte questão-problema central da investigação:

- De que forma as Instituições Particulares de Solidariedade Social na Região Autónoma da Madeira contribuem para a promoção da inclusão social da população idosa, considerando as práticas, os recursos disponíveis e os desafios enfrentados?

Esta questão procura explorar não apenas o impacto geral das IPSS na inclusão social dos idosos, mas também analisar em profundidade as práticas específicas, os recursos de que dispõem e os obstáculos que enfrentam. A resposta fornecerá contributos relevantes para o aperfeiçoamento das estratégias de inclusão social, garantindo aos idosos uma vida digna e integrada na sociedade.

Em conclusão, a inclusão social dos idosos é um tema de extrema importância não apenas a nível europeu e nacional, mas também, de maneira particular, na Região Autónoma da Madeira. Neste sentido, as IPSS são protagonistas fundamentais nesse processo, embora enfrentem diversos desafios que precisam de ser rapidamente

identificados e enfrentados. Assim, esta investigação que procura responder à pergunta sobre como as IPSS contribuem para a inclusão social dos idosos na Região Autónoma da Madeira, analisando as práticas, os recursos e os desafios, é fundamental para fortalecer a coesão social e criar estratégias que promovam uma vida mais digna para esta faixa etária.

5.2 Delimitação do Campo de Estudo

Na investigação sobre a contribuição das IPSS na promoção da inclusão social dos idosos, a delimitação do campo de estudo foi crucial para uma compreensão abrangente e aprofundada do tema.

Neste sentido, a presente investigação foi realizada numa Instituição Particular de Solidariedade Social localizada no concelho do Funchal, na Região Autónoma da Madeira. A escolha desta instituição deveu-se à especificidade dos serviços que oferecia à população idosa, visando promover a sua inclusão social através do trabalho comunitário.

Assim sendo, com esta delimitação, foi possível obter conhecimentos valiosos que contribuíram para o aprimoramento das políticas e práticas voltadas para a inclusão social dos idosos, bem como para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes de apoio a esta crescente parcela da população.

Importa ainda referir que esta delimitação não restringiu a relevância da investigação. Pelo contrário, permitiu uma análise aprofundada e contextualizada, cujos resultados poderão servir de referência para outras instituições da Região Autónoma da Madeira com características semelhantes.

5.3 Objetivo Geral

A presente investigação apresenta como objetivo geral:

- Analisar o papel da IPSS na promoção da inclusão social dos idosos.

5.4 Objetivos Específicos

Para cumprir o objetivo geral foram delineados os seguintes objetivos específicos:

- a) Enumerar os tipos de serviços disponibilizados pela IPSS, incluindo serviços de saúde, assistência social, atividades de lazer, apoio psicológico.
- b) Identificar os tipos de atividades oferecidas pela IPSS à população idosa, incluindo atividades educacionais, terapêuticas, culturais e de integração social.
- c) Identificar o perfil dos profissionais que trabalham na IPSS, incluindo qualificações, formação e experiência.
- d) Analisar as tarefas dos profissionais relativamente às necessidades dos idosos.
- e) Identificar as principais fontes de financiamento da IPSS.
- f) Identificar os principais recursos materiais disponíveis na IPSS, como infraestruturas, equipamentos e tecnologias.
- g) Indicar cinco principais desafios enfrentados pela IPSS na promoção da inclusão social da população idosa.

5.5 Questões de Investigação

Para assegurar uma análise robusta e abrangente, foram definidos objetivos específicos que orientaram a formulação de questões de investigação correspondentes. Cada questão refletiu diretamente os objetivos específicos estabelecidos, garantindo uma exploração minuciosa e alinhada com os aspetos essenciais desta investigação. Neste sentido, as questões que orientaram a investigação foram:

- a) Quais foram os serviços específicos disponibilizados pela IPSS à população idosa?
- b) Quais foram as atividades promovidas pela IPSS para atender à população idosa?
- c) Qual foi o perfil dos profissionais que trabalharam na IPSS?
- d) Quais foram as tarefas desempenhadas pelos profissionais da IPSS e de que forma corresponderam às necessidades específicas dos idosos?
- e) Quais foram as principais fontes de financiamento que sustentaram as atividades da IPSS?
- f) Quais foram os principais recursos materiais disponíveis na IPSS, como infraestruturas, equipamentos e tecnologias?
- g) Quais foram os cinco principais desafios que a IPSS enfrentou na promoção da inclusão social da população idosa?

Capítulo 6 – Metodologias de Investigação

Neste tópico, será abordado minuciosamente a metodologia a ser aplicada no trabalho, com atenção especial aos métodos de pesquisa, técnicas de recolha e análise de dados, no sentido de alcançar os objetivos traçados. Assim, como refere Coutinho (2018) a metodologia “analisa e descreve os métodos, distanciando-se da prática para tecer considerações teóricas sobre seu potencial na produção do conhecimento científico” (Dias, 2022, p. 27).

6.1 Metodologia Mista

No presente trabalho sobre o papel da IPSS na promoção da inclusão social da população idosa, foi adotada uma abordagem metodológica mista, que permitiu uma compreensão aprofundada do fenómeno em questão. Neste seguimento, a investigação englobou duas formas diferentes de analisar o papel da IPSS na inclusão social da população idosa, cada uma com técnicas, características e vantagens próprias, sendo que a combinação de ambas possibilitou uma compreensão mais completa do estudo.

Neste sentido, foram utilizados dois grandes métodos na investigação, que “combinam os métodos de pesquisa qualitativos e quantitativos que têm por objetivo generalizar os resultados qualitativos, aprofundar a compreensão dos resultados quantitativos ou corroborar os resultados (qualitativos ou quantitativos)” (Galvão et al., 2017, p. 8).

Desta forma, o método qualitativo revelou-se uma mais-valia, pois assentou numa descrição minuciosa dos dados observados e na sua interpretação. De acordo com Bento (2012), o objetivo do método qualitativo “é compreender e encontrar significados através de narrativas verbais e de observações” (Bento, 2012, citado por Dias, 2022, p. 27). Por outro lado, a utilização do método quantitativo permitiu recolher e avaliar os dados em números ou percentagens, possibilitando comparar, correlacionar ou explicar variáveis.

Desta maneira, é importante referir que o uso de metodologias mistas trouxe ainda mais benefícios para a investigação. Primeiramente, porque possibilitou uma triangulação de dados, aumentando a validade e a confiabilidade dos resultados. Seguidamente, porque ofereceu uma maior diversidade de perspetivas, o que permitiu revelar aspetos do fenómeno que não seriam identificados por um único método. Além disso, explorou

diferentes dimensões do problema, proporcionando uma análise mais rica e detalhada. E, por fim, viabilizou uma adaptação mais flexível às necessidades específicas do estudo, possibilitando ajustes metodológicos conforme surgiam novos dados durante o processo de investigação.

Assim sendo, a utilização de métodos mistos caracterizou-se por proporcionar uma visão completa e holística dos fenômenos em estudo, permitindo a integração e complementaridade de dados, o enriquecimento da investigação e o aumento da sua aplicabilidade na área em questão.

6.2 Tipo de estudo

6.2.1 Estudo de Caso

Em conformidade com a natureza e os objetivos desta investigação, o estudo de caso revelou-se o mais adequado. Neste sentido, a abordagem do estudo de caso, no contexto do papel da IPSS na promoção da inclusão social da população idosa, constituiu uma metodologia que permitiu uma análise detalhada e contextualizada de um fenômeno específico no seu ambiente natural.

De acordo com Creswell (2013), o método de estudo de caso “explora um sistema limitado contemporâneo da vida real (acaso) ou múltiplos sistemas limitados (casos) ao longo do tempo, por meio de detalhes, recolha de dados extensa, envolvendo múltiplas fontes de informação e relatórios” (Creswell, 2013, citado por Brito, 2021, p. 22). O estudo de caso implicou uma investigação baseada em observações empíricas, desencadeadas por perguntas sobre os mecanismos e razões subjacentes a um fenômeno específico. Como refere Yin (2018), o estudo de caso “é uma pesquisa empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes” (Yin, 2018, citado por Lima, 2019, p. 112).

Assim, as questões de pesquisa que mais se beneficiaram do uso do estudo de caso foram aquelas que procuraram responder a perguntas do tipo “como?” e “porquê?”. Desta forma, o estudo permitiu examinar “um fenômeno complexo com diversas dimensões ou quando analisa práticas reais de maneira detalhada e, também, em situações em que o contexto é de extrema importância para a compreensão do fenômeno” (Lima, 2019, p. 111).

Neste seguimento, importa referir que as características que definem um estudo de caso, segundo Chaves (2002, citado por Barbosa, 2012) são:

É um sistema limitado, e tem fronteiras em termos de tempo, eventos ou processos e que nem sempre são claras e precisas; É um caso sobre “algo”, que necessita ser identificado para conferir foco e direção à investigação; A investigação decorre em ambiente natural; O investigador recorre a fontes múltiplas de dados e a métodos de recolha diversificados: observações diretas e indiretas, entrevistas, questionários, narrativas, registos de áudio e vídeo, diários, cartas, documentos, entre outros. (p. 77)

Portanto, é justificável afirmar que o estudo de caso partilhou traços comuns com a investigação mista, ao adotar uma abordagem semelhante de recolha, análise e interpretação dos dados, embora se tenha concentrado num número limitado de casos.

6.2.2 Justificação da Escolha do Tipo de Estudo

A escolha do estudo de caso para investigar o papel da IPSS na promoção da inclusão social da população idosa como tema foi justificada por múltiplos fatores, em consonância com a natureza do problema e os objetivos da investigação.

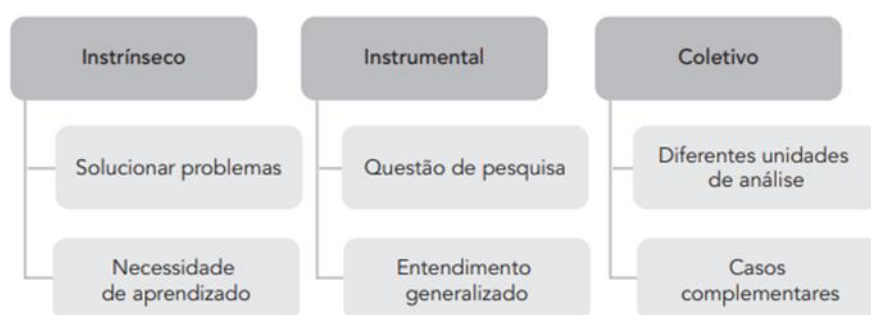
O estudo de caso mostrou-se especialmente apropriado, pois permitiu analisar fenómenos complexos e multifacetados, como a inclusão social dos idosos, envolvendo diferentes dimensões individuais, sociais e institucionais. Conforme mencionado, a IPSS desempenhou um papel central nesse contexto, oferecendo serviços e apoio que influenciaram significativamente a qualidade de vida e a inclusão dos idosos. Dessa forma, o estudo de caso possibilitou a análise aprofundada dessas interações e dinâmicas, permitindo uma compreensão holística do fenómeno.

6.2.3 Classificação do Estudo de Caso

No quadro da problemática abordada, o estudo de caso foi assinalado como um estudo de caso instrumental, pois, em conformidade com Stake (2009), “um estudo de caso instrumental parte de uma questão de pesquisa e da necessidade de um entendimento mais generalizado que pode ser gerado a partir de um insight de um único caso” (Stake, 2009, citado por, Lima, 2019, p. 113). Assim, é de referir que esta modalidade de estudo de caso instrumental contrastou com os tipos de caso intrínseco e coletivo, como é possível constatar na Figura 10.

Figura 10

Modalidades de caso segundo Stake (2009)



Fonte: Lima, 2019.

Neste seguimento, o estudo de caso foi classificado como descritivo, explicativo (ou causal) e exploratório, como se constatou na Tabela 2. Deste modo, considerando a natureza da investigação realizada, a opção recaiu naturalmente sobre um estudo de caso explicativo e descritivo. Assim, segundo Oliveira et al. (2006), as “pesquisas explicativas procuram aprofundar o conhecimento da realidade, porque explicam a razão e o porquê das coisas. Têm como objetivo principal a identificação dos motivos que contribuíram ou determinaram a ocorrência de um fenômeno” (p. 6). Por outro lado, a pesquisa descritiva “tem como principal objetivo a descrição de algo” (Malhotra, 2001, citado em Oliveira, 2006, p. 6).

Tabela 2

Classificação de tipos de estudo de caso segundo Yin (2014)

Tipo de caso	Definição
Explanatório ou causal	Este estudo de caso visa não só descrever ou explorar determinado assunto, mas explicá-lo. A sua finalidade é encontrar resultados generalizáveis a outras realidades.
Descritivo e exploratório	Essas modalidades do estudo de caso visam descrever, de maneira detalhada, determinado fenómeno. A principal diferença entre as modalidades consiste no quanto já se sabe sobre aquele fenómeno na literatura existente.

Fonte: Lima, 2019.

6.3 Técnicas e Instrumentos de recolha de dados

A investigação foi realizada mediante um estudo de caso, que integrou diferentes técnicas de recolha de dados, como entrevistas, observação não participante, conversas informais e questionários. Esta abordagem permitiu compreender melhor as dinâmicas e práticas que influenciaram a promoção da inclusão social dos idosos dentro da IPSS, garantindo uma visão holística e integrada do funcionamento e da eficácia da instituição.

A utilização dessas técnicas revelou-se essencial para recolher, de forma completa, todas as informações inerentes ao fenómeno estudado. Como refere Morgado (2012), estas “devem ser elaborados e utilizados de modo a captar, da forma o mais completa possível, todas as informações inerentes ao(s) fenómeno(s) em estudo (...) não podendo deixar de ter em conta os objetivos visados” (Morgado, 2012, citado por Agostinho, 2015, p. 14).

Assim, a combinação destas técnicas forneceu uma base sólida de dados, possibilitando uma análise rica e detalhada, no sentido de obter uma melhor compreensão das práticas institucionais e das estratégias de promoção da inclusão social dos idosos na IPSS.

6.3.1 Entrevistas

Atendendo aos objetivos delineados para o presente estudo, foi adotada a entrevista semiestruturada como uma das técnicas de recolha de dados. Inicialmente, estava prevista a realização de duas entrevistas: uma com um elemento responsável pela área da IPSS na Segurança Social e outra com um elemento da direção da IPSS em estudo. Contudo, apesar das sucessivas tentativas de contacto efetuadas, por correio eletrónico e via telefónica desde o mês de dezembro de 2024, não foi possível obter qualquer resposta por parte da responsável da Segurança Social, o que impossibilitou a realização da referida entrevista.

Este tipo de entrevista foi escolhido pela sua finalidade de permitir maior flexibilidade, possibilitando que o entrevistador explorasse tópicos em profundidade e obtivesse informações detalhadas e contextuais. Deste modo, os participantes foram incentivados a partilhar livremente as suas opiniões, perceções e experiências, de acordo com as questões formuladas. Assim, esta abordagem permitiu não apenas obter informações relevantes, mas também estabelecer um contacto mais direto e pessoal com os entrevistados. Como refere Estrela (1994, citado por Vilarinho, 2019):

A entrevista, sendo uma forma de comunicação verbal entre entrevistador e entrevistado, numa relação direta e pessoal, permite que o entrevistador obtenha a informação sobre o tema através da recolha de dados de opinião do entrevistado, que favoreçam a caracterização sobre alguns aspetos considerados pertinentes. Isto é, se por um lado se procura uma informação sobre o real, por outro, pretende-se conhecer algo sobre os quadros conceptuais dos entrevistados, enquanto elementos constituintes desse processo. (p. 53)

O guião da entrevista (Apêndice F) foi construído com base em oito categorias principais, cada uma delas articulada com os objetivos e questões da investigação:

- Perfil profissional/pessoal (ex.: tempo de experiência na área social e motivação para integrar a direção da IPSS);
- Serviços e atividades (ex.: serviços prestados, recursos disponíveis e tecnologias implementadas);
- Profissionais na IPSS (ex.: critérios de seleção, participação em estratégias de inclusão e formação contínua);
- Financiamento e desafios (ex.: fontes de financiamento e dificuldades estruturais);

- Inclusão social (ex.: definição de inclusão, projetos desenvolvidos e colaboração com a Segurança Social);
- Inovação e resultados (ex.: iniciativas educativas, culturais e resultados obtidos);
- Supervisão e regulação (ex.: critérios de avaliação da eficácia dos serviços e mecanismos de supervisão);
- Reflexões finais e recomendações (ex.: propostas para reforçar o impacto e a qualidade das ações da IPSS).

De forma a garantir a máxima eficácia das entrevistas realizadas, foram utilizados instrumentos variados, nomeadamente gravador de áudio, caderno e caneta, que permitiram captar os entendimentos e narrativas dos participantes de maneira abrangente e detalhada.

6.3.2 Observação Não Participante

No contexto específico deste estudo, que se propôs a investigar o papel da IPSS na promoção da inclusão social da população idosa, a observação não participante direcionada aos idosos da IPSS emergiu como uma técnica de recolha de dados particularmente relevante e eficaz. Ao observar as interações e dinâmicas ocorridas dentro da IPSS, sem interferir diretamente nelas, procurou-se recolher a essência das práticas e estratégias adotadas por essa instituição para promover a inclusão social dos idosos.

Deste modo, a observação não participante representou um método essencial da recolha de dados em contextos de pesquisa que visam compreender e descrever fenómenos sociais no seu ambiente natural. Assim, este tipo de observação restringiu-se a uma postura de observador passivo, procurando captar a complexidade das interações e dinâmicas entre os sujeitos e os processos em estudo, oferecendo uma perspetiva detalhada sobre o fenómeno em análise. Neste sentido, através da observação o investigador posicionou-se como um observador externo, abstendo-se de intervir e influenciar diretamente nas situações observadas, o que permitiu maior fidedignidade dos dados obtidos (Dias, 2009).

Para viabilizar a condução da observação não participante, foram utilizados instrumentos de pesquisa, tais como guiões de observação e diários de campo. Os guiões de observação consistiram em roteiros pré-estabelecidos que orientaram o processo, indicando aspetos a observar, comportamentos a registar e eventos a documentar. Por outro lado, o diário de campo permitiu registos detalhados e sistemáticos de “descrições de

sujeitos, visões do mundo dos sujeitos, falas dos sujeitos, descrição do espaço físico, descrição das atividades dos sujeitos, relatos dos acontecimentos e comportamento do próprio observador” (Guerra, 2014, pp. 34-35). Assim, como destacado por Bogdan e Biklen (2013), esses registros consistem em “relatos escritos daquilo que o investigador ouve, vê, experiência e pensa no decurso da recolha e refletindo sobre os dados de um estudo qualitativo” (Bogdan & Biklen, 2013, citado por Camilo, 2020, p. 37).

De forma complementar, a observação não participante foi realizada em diferentes momentos da semana e em períodos distintos do dia, o que permitiu acompanhar rotinas, atividades e interações variadas no seio da instituição. Esta estratégia possibilitou uma visão mais ampla e consistente das dinâmicas da IPSS e das práticas de inclusão social dirigidas à população idosa, assegurando maior diversidade e riqueza na recolha dos dados.

6.3.3 Conversas Informais

Ao longo deste estudo foram também realizadas conversas informais direcionadas aos idosos da IPSS, com a finalidade de recolher informações genuínas sobre as necessidades, experiências e opiniões deste público-alvo sobre a instituição. Esta técnica permitiu que os idosos se sentissem valorizados e ouvidos, pois, de acordo com Patton (2002), as conversas informais “baseiam-se em questões que surgem, naturalmente, da interação entre as pessoas, muitas vezes no decurso da recolha de dados, durante a observação” (Patton, 2002, citado por Agostinho, 2015, p. 15).

Complementarmente, as conversas informais trouxeram contributos relevantes ao permitir captar aspetos subjetivos da experiência dos idosos, muitas vezes não acessíveis através de instrumentos formais. Esta técnica revelou-se particularmente útil para compreender nuances das relações interpessoais e da perceção dos próprios idosos sobre as práticas de inclusão, criando um quadro mais humano e autêntico do quotidiano vivido na instituição.

6.3.4 Questionário

O inquérito por questionário consiste, segundo Carmo e Ferreira (1998), num “conjunto de atos e diligências destinados a apurar alguma coisa. Em Ciências da Educação e, segundo os mesmos autores, é um processo de recolha sistematizada, no terreno, de

dados suscetíveis de poderem ser comparados” (Carmo & Ferreira, 1998, citado por Agostinho, 2015, p. 16). Por outro lado, de acordo com Henriques (2012), o inquérito por questionário é “por norma aplicado a um conjunto de indivíduos (inquiridos), sobre os quais se pretende recolher informações (dados) para analisar, interpretar e retirar conclusões, tendo em vista responder aos objetivos da investigação” (Henriques, 2012, citado por Santos & Henriques, 2021, p. 11).

De acordo com a tipologia de HiL e Hil (2008), o inquérito por questionário pode assumir três tipos:

- (i) aberto;
- (ii) fechado;
- (iii) misto (Henriques, 2012, citado por Santos & Henriques, 2021, p. 14).

Neste estudo foram aplicados questionários com perguntas mistas a diferentes grupos de colaboradores da IPSS, nomeadamente técnicos superiores, assistentes técnicos e assistentes operacionais. A opção pelo questionário, em detrimento da entrevista, mostrou-se mais adequada devido ao reduzido número de funcionários e à necessidade de obter respostas comparáveis entre categorias profissionais distintas, permitindo uma visão abrangente e equilibrada. Enquanto a entrevista poderia limitar a recolha a experiências individuais mais extensas, o questionário garantiu maior sistematização das respostas e possibilitou captar simultaneamente dimensões quantitativas e qualitativas, assegurando a confidencialidade e reduzindo eventuais constrangimentos dos participantes.

Os guiões dos questionários, apresentados nos Apêndices 7 a 9, foram organizados em categorias que abrangeram aspetos como a caracterização pessoal e profissional, rotinas e cuidados prestados aos idosos, estratégias de inclusão social, desafios enfrentados e propostas de melhoria. Esta estrutura permitiu recolher dados diretamente relacionados com os objetivos da investigação, enquanto deu voz a diferentes perfis de colaboradores, valorizando as perceções de quem está no terreno a executar as práticas quotidianas.

Assim, os questionários representaram uma mais-valia metodológica nesta investigação, não apenas pela eficiência na recolha de dados, mas sobretudo por possibilitarem a triangulação com as restantes técnicas (entrevistas, observação e conversas informais), fortalecendo a robustez e a credibilidade dos resultados obtidos.

6.4 Técnicas de Análise e Interpretação de Dados

Após a recolha dos dados da pesquisa, a etapa seguinte foi a análise e interpretação, uma vez que é por meio deste processo que se pode compreender de forma aprofundada as informações obtidas. Assim, de acordo com Gil (2009, citado por Lopes, 2019):

A análise tem como objetivo organizar e resumir os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos. (p. 6)

Na investigação qualitativa, é essencial recorrer a técnicas de análise adequadas para extrair conhecimento significativo a partir dos dados. Neste sentido, existem diferentes possibilidades, nomeadamente “análise etnográfica, análise narrativa, análise fenomenológica, método comparativo constante, análise de conteúdo e indução analítica” (Merriam, 1998, citado por Yazan, 2016, p. 177).

No contexto desta investigação, foram utilizadas duas técnicas principais: a análise de conteúdo e a triangulação dos dados. A análise de conteúdo permitiu organizar e categorizar a informação recolhida, identificando padrões, temas e significados relevantes. Já a triangulação consistiu no cruzamento de diferentes fontes de dados e técnicas de recolha, o que fortaleceu a validade e a fiabilidade dos resultados, oferecendo uma compreensão mais abrangente do fenómeno estudado.

6.4.1 Análise de Conteúdo

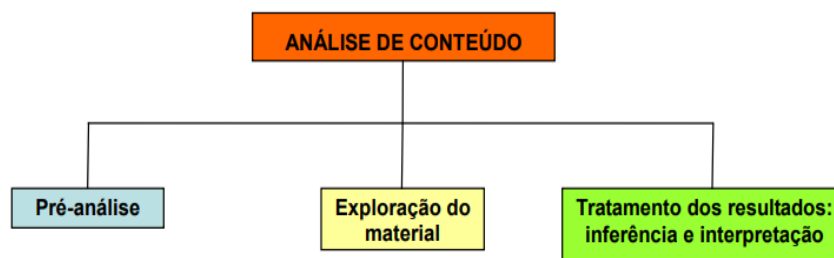
A análise de conteúdo, refere-se:

A um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (Bardin, 2011, citado por Câmara, 2013, p. 182)

Neste seguimento, Bardin (2011, citado por Câmara, 2013) indica três fases essenciais na aplicação da análise de conteúdo a dados qualitativos, como se observa na Figura 11.

Figura 11

Três fases da Análise de Conteúdo



Fonte: Câmara, 2013.

Na primeira fase, a pré-análise, é essencial estabelecer uma organização sólida. Isso implica criar um esquema de trabalho com procedimentos bem definidos. Conforme, destacado por Bardin (2011), essa fase geralmente inclui a leitura inicial dos documentos de forma fluente, isto é, um primeiro contacto para a “análise, a escolha deles, a formulação das hipóteses e objetivos, a elaboração dos indicadores que orientarão a interpretação e a preparação formal do material” (Câmara, 2013, p. 183). No caso das entrevistas, estas devem ser transcritas, e a sua compilação constituirá o corpus da pesquisa, para isso, é crucial seguir algumas regras fundamentais, como:

Exaustividade (deve-se esgotar a totalidade da comunicação, não omitir nada); representatividade (a amostra deve representar o universo); homogeneidade (os dados devem referir-se ao mesmo tema, serem obtidos por técnicas iguais e colhidos por indivíduos semelhantes); pertinência (os documentos precisam adaptar-se ao conteúdo e objetivo da pesquisa) e exclusividade (um elemento não deve ser classificado em mais de uma categoria). (Câmara, 2013, p. 183)

A segunda fase, exploração do material, Bardin (2009) ressalta que a “análise do material exige sua codificação, ou seja, sua transformação de dados brutos dos textos por recortes, agregação ou enumeração, até que sua codificação atinja a representação do conteúdo ou sua expressão. Para codificação, pode-se usar palavras, temas, contextos, relações, personagens, etc., até se chegar à categorização dos mesmos” (Guerra, 2014, p. 39). Assim, importa referir que de acordo com Bardin (2009) a categorização é um processo de classificar e agrupar elementos de um conjunto com base em critérios específicos, como

a semântica, sintaxe, léxico e expressão. Esses elementos são reunidos em categorias ou classes, facilitando a compreensão de padrões e temas comuns. Este processo envolve diferenciação inicial dos elementos seguida de reagrupamento por similaridade, permitindo assim uma análise mais organizada e compreensiva do conteúdo (Guerra, 2014).

Na terceira fase da análise de conteúdo, os investigadores examinam os dados codificados, identificam padrões e tendências, fazem inferências sobre o significado dos resultados, interpretam as suas descobertas à luz das questões de pesquisa e do contexto mais amplo e finalmente comunicam as suas conclusões de maneira clara e coerente, destacando as relevâncias da sua descoberta para a área em estudo (Câmara, 2013).

Neste estudo, a aplicação das três fases da análise de conteúdo de Bardin revelou-se fundamental para organizar, codificar e interpretar os dados recolhidos, permitindo uma compreensão sistemática das perceções dos participantes e assegurando a coerência entre os resultados obtidos e os objetivos da investigação.

6.4.2 Triangulação dos dados

A triangulação de dados consiste no confronto e comparação de informações provenientes de diferentes técnicas de recolha junto de diversos participantes. Assim, esta abordagem constitui uma estratégia robusta para alcançar uma visão mais abrangente e fíavel do fenómeno em estudo, pois o objetivo da triangulação é “enriquecer a compreensão, assim, permitindo emergir novas ou mais profundas perceções de forma a estimular a criação de métodos inventivos e novas maneiras de capturar um problema de forma equacionada com os métodos convencionais de coleta de dados” (Azevedo et al., 2013, citado por Cárdenas, 2018, p. 250).

Neste sentido, a triangulação pode manifestar-se em quatro formas distintas: (i) triangulação de dados, que comporta três aspetos: tempo, espaço e pessoa, representando diferentes níveis de análise (agregação, interatividade e comunidade); (ii) triangulação de investigadores; (iii) triangulação de teorias; e (iv) triangulação de métodos, compreendendo a triangulação intramétodos e intermétodos (Fotin, 2003, citado por Bento, 2013, p. 6).

No caso desta investigação, a triangulação foi concretizada pela análise conjunta das entrevistas, inquéritos por questionários, observações não participantes e conversas informais. Esta combinação de técnicas permitiu validar resultados, reduzir possíveis

enviesamentos e aprofundar a interpretação do papel da IPSS na inclusão social da população idosa, assegurando maior consistência e credibilidade às conclusões apresentadas.

6.5 Dimensão ética na investigação

A investigação científica nas Ciências Sociais ocupa uma posição central na compreensão das dinâmicas humanas, culturais e sociais. Ao procurar respostas para questões complexas que envolvem subjetividade, relações interpessoais e estruturas sociais, os investigadores recorrem frequentemente a métodos de pesquisa qualitativos, quantitativos ou mistos. Estas abordagens, embora ampliem o entendimento sobre a sociedade, exigem uma atenção ética rigorosa, sem a qual todo o processo pode ser comprometido. Nesse contexto, a ausência de um direcionamento ético pode levar a consequências negativas para a investigação, pois, como afirma Siquelli (2011, citado por Nosella, 2008), “a pesquisa sem um direcionamento ético pode ser comparada a uma roda que gira cada vez mais veloz, sem rumo, sem direção” (p. 22).

A dimensão ética transcende a simples obediência a normas e regulamentações, constituindo um compromisso fundamental com a integridade científica e o respeito à dignidade e aos direitos de todos os envolvidos no processo de investigação. Assim, a ética pode ser entendida como um conjunto de valores, princípios e normas que orientam a conduta do investigador (Ilhéu, 2016). Por outro lado, de acordo com Rodrigues (2023), a ética na investigação:

É a bússola que nos orienta nos limites da responsabilidade que temos pelos e com os outros. Tem a ver com os valores e com os princípios não apenas do indivíduo, enquanto investigador, mas com toda a forma de processo e desenvolvimento da Ciência. Esta visão significa, também, dar sentido e identidade a uma comunidade científica. (p. 127)

Neste âmbito, o Relatório de Belmont (1978) estabelece três princípios universais que servem de base sólida para a condução ética das investigações. O primeiro é o respeito pelas pessoas, que implica reconhecer a autonomia de cada indivíduo e proteger aqueles cuja autonomia se encontra diminuída. Este princípio assegura o consentimento informado dos participantes e, como explica Ilhéu (2016), envolve dois aspetos fundamentais: “os

sujeitos devem ser tratados como agentes autónomos” e “as pessoas com capacidade de autonomia diminuída devem ser protegidas” (p. 12). O segundo princípio é o da beneficência, que traduz o compromisso de maximizar os benefícios da investigação e, simultaneamente, minimizar os riscos para os participantes. Por fim, surge o princípio da justiça, que se traduz num tratamento justo e imparcial, garantindo a proteção da privacidade e assegurando que a seleção dos participantes não se baseie em vulnerabilidades ou facilidades de acesso, mas sim na pertinência para os objetivos da investigação (Ilhéu, 2016).

Além disso, é importante referir que um aspeto ético essencial é a validade e a integridade dos dados recolhidos e analisados. A manipulação ou omissão dos dados compromete não apenas a credibilidade do estudo, mas também a confiança do público na ciência. A transparência nos métodos utilizados e a divulgação honesta de limitações do estudo também são aspetos cruciais de uma prática ética. Outro aspeto relevante é a consideração das implicações sociais e culturais dos resultados da pesquisa. Os investigadores devem evitar reforçar estereótipos ou perpetuar desigualdades através das suas conclusões, adotando uma abordagem crítica e reflexiva sobre o impacto do trabalho de investigação na sociedade. Isso também implica na necessidade de garantir que os benefícios da pesquisa sejam amplamente compartilhados e acessíveis, especialmente em contextos em que envolvam comunidades vulneráveis, pois como refere Bueno (2016) citado por Rodrigues (2023):

A pesquisa científica é uma atividade socialmente construída, e a confiança do público na sua integridade é fundamental para seu sucesso. Aqueles que se envolvem em pesquisa devem sempre ter em mente que suas ações têm consequências não apenas para a comunidade científica, mas para a sociedade como um todo. (p. 129)

Por fim, é importante destacar que a formação ética dos investigadores deve ser um processo contínuo. A instituição académica tem um papel crucial na promoção de uma cultura de responsabilidade ética, por meio da implementação de comissões de ética e mecanismos de supervisão que assegurem a conformidade com os mais altos padrões de conduta científica. Dessa maneira, é possível garantir que a investigação nas ciências sociais contribua para um avanço significativo do conhecimento, sem comprometer os princípios fundamentais de justiça, respeito e responsabilidade.

No âmbito da presente investigação, os princípios éticos descritos assumiram particular relevância em diversas etapas. Desde o início, o princípio do respeito pelas pessoas orientou o desenho do estudo, assegurando que todos os participantes forneceram o seu consentimento livre, sendo informados dos objetivos e potenciais implicações da investigação. Durante a recolha de dados, a beneficência e a justiça guiaram a implementação de métodos que minimizaram os riscos para os participantes e garantiram que a seleção dos mesmos fosse justa e isenta de qualquer tipo de discriminação. Além disso, a integridade e a validade dos dados constituíram eixos centrais na análise e interpretação dos resultados. A transparência quanto às limitações do estudo e a reflexão crítica sobre os impactos sociais das conclusões foram práticas implementadas com rigor, promovendo não apenas o avanço científico, mas também a confiança pública no trabalho desenvolvido. Assim, a ética não se revelou apenas um complemento à metodologia científica, mas um alicerce essencial que conferiu sentido e legitimidade a todo o processo de investigação.

Deste modo, importa referir que no sentido de salvaguardar a proteção de dados e a ética, a presente investigação obteve parecer positivo do Encarregado de Proteção de Dados da Universidade da Madeira (Anexo A), bem como da respetiva Comissão de Ética (Anexo B).

Capítulo 7 - Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados

Este capítulo apresenta os dados recolhidos ao longo da investigação. Numa fase inicial, foi submetido um pedido formal de autorização para a recolha de dados na instituição (Apêndice A). No momento da recolha, os participantes assinaram o termo de consentimento informado, onde se encontravam descritos os objetivos e procedimentos do estudo (Apêndices B a E). A recolha de dados ocorreu entre o segundo e o terceiro trimestre de 2025, recorrendo a diferentes técnicas: uma entrevista semiestruturada a um elemento da direção da IPSS (Apêndice F); a aplicação de questionários a assistentes operacionais (Apêndice G), a um técnico superior (Apêndice H) e a um assistente técnico (Apêndice I); bem como a realização de observação não participante, complementada por conversas informais com os utentes, registadas conforme apresentado nas notas de campo (Tabela 3). Todos estes dados constituem alicerces para a análise e discussão que serão desenvolvidas nas próximas secções.

7.1 Entrevista

Visando analisar o papel da IPSS na promoção da inclusão social dos idosos, foi conduzida uma entrevista semiestruturada com uma dirigente da IPSS, licenciada em Educação Social. A entrevista ocorreu presencialmente nas instalações da instituição, com a duração aproximada de trinta e quatro minutos, sendo posteriormente transcrita, conforme apresentado no Apêndice J. A sua estrutura foi organizada em oito categorias temáticas, construídas a partir do referencial teórico e em consonância com os objetivos e questões de investigação: (1) Perfil Profissional/Pessoal, (2) Serviços e Atividades, (3) Profissionais na IPSS, (4) Financiamento e Desafios, (5) Inclusão Social, (6) Inovação e Resultados, (7) Supervisão e Regulação e (8) Reflexões Finais e Recomendações. A análise que se segue adota uma abordagem interpretativa, articulando o discurso da entrevistada com contributos de autores da área da intervenção social e do envelhecimento.

7.1.1 *Perfil Profissional/Pessoal*

A entrevistada, licenciada em Educação Social e com cerca de 15 anos de experiência no setor social, possui um conhecimento consolidado sobre as práticas de

intervenção junto da população. Quando questionada sobre os motivos que a levaram a escolher esta área, afirmou que “é um trabalho nobre, que se faz pela população da freguesia”. Esta resposta revela uma motivação intrinsecamente ligada a um sentido de missão e compromisso ético com o bem-estar coletivo, traços frequentemente associados à dimensão vocacional da intervenção e do desenvolvimento comunitário. Neste sentido, Pinto (2009) reflete que “o trabalho é uma atividade social, realizada com e para outros, subordinada a um fim coletivo, contribuindo não apenas para a satisfação profissional, mas também para o reconhecimento social” (p. 10).

7.1.2 Serviços e Atividades

A IPSS em análise apresenta uma oferta diversificada de serviços à comunidade, com especial destaque para o Centro de Dia, identificado pela entrevistada como o “nosso grande serviço”, que recebe diariamente pessoas idosas da freguesia, constituindo o seu principal eixo de atuação. A relevância do Centro de Dia está em consonância com a perspetiva de Fonseca (2021, citado por Silva, 2023), que afirma que:

Estes centros garantem não apenas a satisfação das necessidades básicas, mas também a promoção da interação social, a manutenção das relações e a estimulação sensorial, cognitiva e emocional, contribuindo para a permanência da pessoa idosa no seu meio habitacional, junto da sua família, sempre que este suporte ainda exista. (p. 16)

Assim, esta valência assume um papel essencial na promoção do envelhecimento ativo e da permanência no contexto comunitário. Complementarmente, a IPSS desenvolve formações modulares dirigidas à população, em colaboração com entidades parceiras como a Secretaria da Agricultura. Estas formações, em áreas práticas como “cozinha, doces, arranjos florais”, são abertas a todas as faixas etárias, promovendo uma lógica de participação e inclusão comunitária. A existência de um Pólo de Emprego associado a estas iniciativas reforça ainda mais esta abordagem integradora e evidencia a aposta na capacitação da população local.

Esta atuação integrada reflete o que Silva (2023) considera fundamental no trabalho com a população idosa, ao afirmar que o ser humano:

É um ser social e esse aspeto não muda com a chegada do envelhecimento, sendo por isso muito importante manter as redes sociais de apoio, uma vez que a

integração social e o sentimento de pertença evitam que surjam casos de isolamento e solidão. (p. 17)

Ao fomentar o trabalho em rede e criar espaços de convívio, a atuação da Instituição Particular de Solidariedade Social assume um papel determinante na prevenção de situações de exclusão e isolamento social. Este ambiente proporciona oportunidades de interação e integração, fortalecendo os laços comunitários e promovendo um espaço verdadeiramente inclusivo. Nesse sentido, o trabalho em rede entre instituições configura-se como um instrumento estratégico capaz de potenciar resultados sociais significativos.

De acordo com Adulis (2002, citado por Rodrigues, 2024), trabalhar em rede permite “alcançar diversos objetivos, tais como fortalecer e ampliar a capacidade de ação, realizar projetos e ações conjuntas, compartilhar recursos e trocar conhecimentos e aprendizagens” (p. 18).

Esta abordagem colaborativa possibilita que as instituições unam esforços e potenciem as suas competências, resultando em ações mais eficazes e abrangentes. Já de acordo com Valente (2012, citado por Rodrigues, 2024), o trabalho em rede requer “esforços intencionais para gerar influência social, acelerar a mudança de comportamento, melhorar o desempenho e/ou alcançar resultados desejáveis entre indivíduos, comunidades, organizações ou populações” (p. 18).

Assim, ao unir esforços, partilhar conhecimentos e desenvolver projetos conjuntos, a IPSS contribui de forma significativa para a promoção do bem-estar coletivo.

No que se refere às infraestruturas e equipamentos, a IPSS evidencia um compromisso claro com a qualidade dos serviços, tendo o edifício sido recentemente requalificado em duas fases, abrangendo áreas como cozinha, salas de convívio, casas de banho, ginásio, balneários, sala de informática e escritórios. A entrevistada destaca que “em termos de infraestruturas está muito bem equipado” e que “as acessibilidades também são boas”, o que revela uma preocupação com o conforto, a acessibilidade e a funcionalidade dos espaços.

7.1.3 Profissionais na IPSS

A seleção de profissionais é feita de acordo com a legislação definida para as IPSS. A entrevistada explicou que o recrutamento obedece a regras específicas, assegurando que os profissionais possuem as formações adequadas ao desempenho das suas funções. O Decreto Legislativo Regional n.º 11/2015/M, de 18 de dezembro, estabelece que os prestadores afetos às respostas sociais devem ter as qualificações, títulos e formação

exigida, sendo que os trabalhadores em regime de emprego público podem exercer funções com base em acordos de transferência de interesse público, nos quais a responsabilidade da gestão recai sobre o Instituto de Segurança Social e os trabalhadores contratados estão sujeitos às disposições previstas no Código do Trabalho.

Assim, observa-se que as IPSS têm a obrigação legal de garantir que os seus profissionais estejam devidamente qualificados, promovendo uma prática profissional de qualidade no âmbito das respostas sociais. A IPSS analisada adota uma abordagem participativa centrada na realidade dos utentes. Uma das práticas destacadas é a elaboração anual do plano de atividades, que, embora definido com antecedência, mantém flexibilidade para se adaptar às necessidades emergentes. A entrevistada sublinhou que ninguém melhor do que os profissionais que trabalham diariamente com os utentes sabe o que estes necessitam, o que evidencia a importância da escuta ativa e da experiência prática no terreno. Esta visão demonstra uma estratégia centrada no utente, em que a personalização das respostas constitui prioridade.

A inclusão social é uma das dimensões fundamentais da atuação da IPSS, sendo promovida, sobretudo, pela participação ativa dos utentes nas atividades do Centro de Dia. A entrevistada considerou que o simples facto de retirar os idosos de casa e levá-los a passar o dia na instituição já constitui uma forma de inclusão social. Essa participação proporciona momentos de socialização, reduz o isolamento e promove o bem-estar. Silva (2023) refere que esta dinâmica contribui para o desenvolvimento da autoestima, da funcionalidade e da independência pessoal e social, uma vez que o sentimento de utilidade, reconhecimento e valorização tem efeitos muito positivos na vida das pessoas idosas.

A formação contínua dos profissionais é igualmente valorizada pela instituição, sendo promovida através de ações mensais realizadas no próprio espaço da IPSS. Estas formações abordam diversas temáticas relacionadas com o trabalho com a população sénior e refletem a preocupação em manter as equipas atualizadas e capacitadas. Lopes (1994, citado por Silva, 2023) lembra que, além dos conhecimentos teórico-práticos, é essencial considerar o “saber ser” e o “saber estar”, isto é, investir em competências relacionais e comunicacionais, bem como na capacidade de reagir de forma assertiva ao imprevisível. Esta perspetiva reforça que a qualificação dos profissionais vai além da dimensão técnica, integrando também aspetos emocionais e interpessoais.

7.1.4 Financiamentos e Desafios

Conforme descrito pela responsável da IPSS, a principal fonte de financiamento é a Segurança Social através de um contrato-programa. Este contrato baseia-se no plano de atividades anual da instituição e no envio mensal de um mapa de presenças dos utentes, que determina o montante do apoio financeiro a atribuir. Este modelo de apoio encontra-se legalmente enquadrado nos instrumentos de cooperação entre a Segurança Social e as IPSS, conforme previsto no artigo 3.º do Decreto Legislativo Regional n.º 11/2015/M, de 18 de dezembro. O diploma estabelece que a intervenção das IPSS pode ser formalizada através de acordos de cooperação, acordos de gestão ou protocolos. No caso em análise, a IPSS funciona com base num acordo de cooperação típico, ou seja, um contrato cujo financiamento é padronizado por utente ou família, em função das despesas e do funcionamento associado ao desenvolvimento da resposta social.

O principal desafio identificado é de natureza estrutural e financeira. A entrevistada salientou que os recursos financeiros constituem a maior dificuldade, um problema transversal às IPSS. Sousa (2012) lembra que a escassez de recursos não é uma realidade recente, mas sim um traço histórico destas instituições, visível sobretudo na quantidade de situações não atendidas de forma adequada. O financiamento público, embora essencial, limita em muitas ocasiões a capacidade de expansão e investimento, mesmo quando existe vontade institucional de crescer. A entrevistada acrescentou que aumentar o número de utentes é uma ambição, mas também um desafio constante.

Outro desafio importante, frequentemente subestimado, é a resistência da população idosa à participação nas atividades e, por vezes, à própria adesão à IPSS. Alguns idosos experimentam os serviços e não se adaptam, enquanto outros, inicialmente resistentes, acabam por se integrar e valorizar a experiência. Este tipo de resistência é comum em populações envelhecidas, que podem apresentar dificuldade em adaptar-se a novos contextos. Carvalho (2016) sublinha que muitas vezes a pessoa idosa não aceita facilmente ser cuidada por terceiros ou reconhecer a sua condição de maior vulnerabilidade e dependência. A resposta institucional a este desafio tem sido baseada numa lógica de trabalho em equipa e adaptação contínua, sendo regularmente discutida entre os profissionais, o que revela uma prática de reflexão e construção coletiva de soluções orientadas para as necessidades reais dos utentes.

7.1.5 Inclusão Social

A entrevistada define inclusão social como o acesso igualitário às oportunidades, independentemente das condições pessoais, sociais ou económicas dos indivíduos, salientando que “para mim, a palavra de ordem para inclusão é a igualdade de oportunidades”. Neste entendimento, a ênfase recai não apenas na oferta de serviços, mas sobretudo na possibilidade concreta de escolha e participação ativa por parte dos beneficiários. Esta visão encontra respaldo em Robinson (2000, citado por Freitas, 2023), que defende a inclusão de todos os membros da sociedade, e em Sasaki (1997, citado por Mota, 2019), para quem “a sociedade deve diminuir ou, de preferência, eliminar todas as barreiras que dificultem ou impeçam as pessoas de participar plenamente nos sistemas sociais comuns” (p. 22). Assim, a igualdade de oportunidades, aliada à eliminação de barreiras, constitui um princípio estruturante da inclusão social dos idosos, permitindo a sua participação plena na vida comunitária.

As práticas de inclusão social dirigidas à população idosa evidenciam-se em atividades de socialização e participação cultural. As ações destacadas pela entrevistada, como “dança sénior [...] os passeios”, visam combater o isolamento social e fomentar o sentimento de pertença. A liberdade de escolha é, igualmente, valorizada, permitindo que os idosos optem pelas atividades com que mais se identificam.

As políticas públicas orientadas para a inclusão de idosos materializam-se sobretudo através do Centro de Dia. Contudo, a entrevistada reconhece limitações estruturais, como o número de vagas e a capacidade da equipa técnica, que impactam diretamente na abrangência das ações inclusivas: “não vou dizer que todas as pessoas que queiram estar integradas no centro de dia podem estar porque não, têm número limite, porque equipa técnica tem uma capacidade”. Apesar destes constrangimentos, a equipa procura adaptar continuamente as atividades às preferências e necessidades dos utentes, evidenciando uma postura crítica e reflexiva sustentada na escuta ativa e na observação constante, pois “melhorar é sempre possível”.

A eficácia dos programas de inclusão social encontra-se profundamente associada à cooperação com a Segurança Social, em especial através do contrato-programa, uma vez que, como refere a entrevistada, “sem esse valor nós não conseguíamos [...] manter a equipa técnica e sem equipa técnica não haveria nada”. Esta dependência estrutural revela a relevância da interdependência entre a Segurança Social e a IPSS na garantia da inclusão social da população idosa.

7.1.6 Inovação e Resultados

A IPSS demonstra a implementação de ações consistentes para promover o envolvimento dos idosos em atividades educativas, culturais e de desenvolvimento pessoal. Entre essas iniciativas, destacam-se as atividades intergeracionais e as ações que procuram envolver todos os utentes. Como explica a entrevistada, “estamos a tentar que sejam mais, mas nem sempre também é assim tão simples, porque são pessoas com alguma dificuldade [...] mas a ideia é que vão todos”.

Os resultados observados manifestam-se tanto a nível individual como comunitário. No contexto familiar, evidencia-se a tranquilidade das famílias por poderem contar com um espaço seguro para os seus idosos: “as famílias saberem que podem deixar em segurança o idoso é muito importante”. Para os idosos, observa-se o reforço do sentido de rotina, a atribuição de um objetivo diário e a valorização da autoestima. A entrevistada destaca que “o saber que nesse dia têm de se levantar àquela hora, porque o senhor da carrinha vai buscá-los” contribui para estruturar o quotidiano dos utentes. Além disso, o orgulho demonstrado na partilha dos seus desenhos reforça a importância do reconhecimento e da valorização pessoal no processo de inclusão.

7.1.7 Supervisão e Regulação

A entrevistada revelou que a IPSS em análise mantém um sistema de supervisão coerente com os princípios legais previstos no Decreto Legislativo Regional n.º 11/2015/M, de 18 de dezembro, Artigo 8.º, que regula o acompanhamento e controlo dos acordos firmados entre a Segurança Social e as IPSS. Este enquadramento normativo atribui à Segurança Social da Madeira, IP-RAM, a responsabilidade de avaliar de forma sistemática a qualidade e acessibilidade das respostas sociais, zelar pelo cumprimento dos acordos e efetuar fiscalizações, sem prejuízo das competências de outras entidades (Decreto Legislativo Regional n.º 11/2015/M, 2015, Artigo 8.º).

Este quadro legal encontra correspondência direta no depoimento da entrevistada, que destacou que a avaliação periódica dos utentes é realizada através de “grelhas” e acompanhada por profissionais especializados, garantindo um padrão de qualidade contínua. A entrevistada sublinhou ainda que as “colegas responsáveis por esta área fazem uma avaliação periódica ao desenvolvimento [...], anotando tanto para bom como para o mau”. Para além disso, referiu que a Segurança Social da Madeira realiza visitas regulares,

durante as quais “são vistos os dossiês dos utentes [...] ver se está tudo em ordem, se há alguma não conformidade”.

7.1.8 Reflexões Finais e Recomendações

As reflexões finais da entrevistada revelaram uma perceção globalmente positiva quanto ao funcionamento atual da IPSS, ao mesmo tempo que evidenciaram uma postura de abertura à inovação e ao crescimento institucional. Embora a nova direção ainda se encontrasse em processo de adaptação, “chegamos em dezembro e, portanto, ainda estamos também a tentar ficar por dentro dos assuntos”. Já foram identificadas propostas concretas que apontam para um alargamento estratégico das áreas de intervenção da instituição.

A recomendação considerada mais relevante prende-se com a expansão de projetos em parceria com a comunidade educativa, designadamente com a Escola Doutor Eduardo Brazão de Castro. A prioridade inicial incide na criação de formações modulares na área da informática, aproveitando a infraestrutura já existente, uma vez que “temos sala de informática”. Esta proposta revela-se particularmente pertinente no atual contexto de envelhecimento digital, no qual a inclusão tecnológica das pessoas idosas é cada vez mais reconhecida como uma dimensão essencial do envelhecimento ativo, uma vez que, segundo Sales et al. (2014):

“Novas” tecnologias têm o poder de aumentar a qualidade de vida de pessoas idosas por meio do acesso à informação relacionada com a comunidade, prestação de serviços, promoção de aprendizagem ao longo da vida e como um meio de se conectar com a comunidade, família e amigos. (p. 67)

Outra linha de recomendação mencionada foi o aproveitamento do espaço físico disponível, com vista a ampliar o número de utentes atendidos. Como a entrevistada sublinhou, “temos aqui muito espaço que pode ser rentabilizado para os utentes”, apontando para a necessidade de uma gestão otimizada dos recursos existentes e de uma visão estratégica que permita responder à crescente procura.

7.2 Observação Não Participante e Conversas Informais

A observação não participante e as conversas informais decorreram entre o segundo e o terceiro trimestre de 2025, tal como anteriormente referido. Estas abordagens

metodológicas permitiram recolher dados relevantes sobre as rotinas diárias, as interações, os comportamentos, as necessidades e as perceções dos idosos que frequentam a IPSS. Através da observação não participante foi possível acompanhar o funcionamento de diferentes atividades nas salas de convívio, no espaço de ginástica e na sala de jogos, permitindo identificar padrões de participação, estratégias de adaptação às limitações físicas dos idosos, bem como a organização do espaço e a atuação da equipa técnica. Paralelamente, as conversas informais funcionaram como um canal de escuta ativa, proporcionando uma compreensão mais aprofundada das experiências subjetivas dos utentes. Os testemunhos recolhidos evidenciam sentimentos de pertença, reconhecimento e satisfação com o apoio prestado, mas também revelam inquietações e sugestões relativamente a aspetos a melhorar no funcionamento da instituição. Estas informações estão sintetizadas na Tabela 3, que apresenta as notas de campo da observação não participante e das conversas informais.

Tabela 3

Notas de campo da Observação não participante e Conversas Informais

Semana	Atividades Observadas	Principais Observações	Conversas Informais
Semana 1	<ul style="list-style-type: none"> - Aula de ginástica com 14 utentes no ginásio - Exercícios sentados com uso de materiais adequados. - Observação na sala de convívio com atividades de pintura, bordado. - Supervisão de técnicos durante as atividades. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ginásio bem equipado e acessível. - Ambiente acolhedor, adaptado à mobilidade dos idosos. - Exercícios realizados ao ritmo de cada participante, promovendo a inclusão. - Interação social ativa entre os idosos durante a aula, com canto e conversas. - Sala de convívio organizada, materiais acessíveis e decoração com trabalhos dos utentes. 	<ul style="list-style-type: none"> - Idosos expressam satisfação por estarem na IPSS. - Valorizam o ambiente familiar e o cuidado da equipa técnica. - Referem sentir-se menos sozinhos, com atividades que preenchem o tempo livre. - Um utente contou que incentivou outro a pintar, criando laços de interajuda. - Dizem que levam os desenhos que fazem para casa para fortalecer a autoestima e os vínculos familiares. - Referem que as atividades favorecem a socialização e previnem o isolamento.

		<ul style="list-style-type: none"> - Flexibilidade para escolha da atividade que querem realizar (pintura, bordado). - Técnicos atentos, prestando auxílio constante. - Três carrinhas garantem o transporte dos utentes de casa até à IPSS e vice-versa. 	
Semana 2	<ul style="list-style-type: none"> - Observações em diferentes espaços: sala de convívio, ateliê, ginástica e sala de jogos. - Pintura e bordado pela manhã. - Ginástica com 11 utentes ao som de música, com exercícios para o corpo todo, - Jogos de dominó, cartas e sopa de letras. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ambiente acolhedor e organizado, com participação espontânea e entusiástica. - Pintura favorece a criatividade e expressão individual. - Atividades são interativas e respeitam o ritmo dos idosos. - Técnicas presentes para prestar apoio. - Exercícios da ginástica promovem coordenação, mobilidade e bem-estar. - Jogos estimulam a concentração e memória. - Fortes interações entre os idosos em todos os espaços da IPSS. 	<ul style="list-style-type: none"> - Utes consideram os dias na IPSS especiais. - Dizem que o ambiente é como uma “segunda família”, - Valorizam a autonomia nas atividades a atenção das técnicas. - A limpeza e organização dos espaços são classificadas positivamente. - Gostam imenso de ver os seus desenhos expostos na IPSS.
Semana 3	<ul style="list-style-type: none"> - Atividades de pintura e bordado. - Observação também na sala de jogos com dominó, cartas e sopa de letras. 	<ul style="list-style-type: none"> - Salas bem iluminadas, organização das mesas favorece o diálogo e a socialização. 	<ul style="list-style-type: none"> - Idosas relataram sentir-se acolhidas, respeitadas e valorizadas dentro da IPSS. - Reconhecem a boa socialização entre a IPSS.

		<ul style="list-style-type: none"> - Ambiente calmo, organizado, que estimula concentração. - Flexibilidade de participação nas atividades conforme o interesse. - Pintura com atenção aos detalhes, uso de cores vivas. - Jogos promovem o raciocínio lógico, memória e convívio dos utentes. - Existiu uma prática simbólica de aniversário de um utente com um postal assinado pelos colegas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Sugerem melhorias nos recursos materiais, nomeadamente nos lápis de cor que estão “gastos”. - Valorizam a liberdade para alternar atividades e os gestos simples como o postal de aniversário têm um “grande impacto emocional”.
Semana 4	<ul style="list-style-type: none"> - Atividades de pintura, ginástica, bordado e jogos tradicionais. - Espaços de descanso são usados pelos utentes para convivência informal. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aula de ginástica com exercícios adaptados em pé sentados ao som de música. - Participação animada e inclusiva, com cânticos e interação constante. - Grande envolvimento nas atividades artísticas e lúdicas que promovem a partilha entre os utentes. - Espaços bem utilizados para descanso e conversa informal. 	<ul style="list-style-type: none"> - Uteses relataram que queriam “mais passeios e atividades fora da IPSS”. - Reconhecem o trabalho atento e cuidadosa dos colaboradores.

<p>Semana 5</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Ginástica, com exercícios adaptados, pintura, bordado e jogos (dominó, cartas, sopa de letras). - Participação generalizada e ativa nas diferentes salas - Momentos de socialização espontânea. 	<ul style="list-style-type: none"> - Participação envolvida e entusiástica, mesmo com limitações físicas. - Pintura e o bordado atrai maior número de senhoras. - Jogos promovem o lazer e o fortalecimento de vínculos. - Espírito de grupo é fortalecido com as atividades diárias. - Expressão emocional muito presente nas interações dos idosos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Utentes expressam grande afeição pela IPSS, pois dizem frases como: “antes chorávamos por não querer ir, agora choramos por querer vir e ficar mais tempo”. - Os utentes revelam que as atividades diárias são vistas como essenciais para a manter o bem-estar. - Sentem-se mais ativos, valorizados e menos sozinhos na IPSS. - Reforçam a importância do convívio social como forma de combater o isolamento.
<p>Semana 6</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Pintura, bordado, jogos e descanso nos sofás e a ver TV. 	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de materiais adequada (“lápiz muito pequenos”). - Utentes elogiaram o espaço, pois conta com sofás, televisão, mesas e com casas de banho sempre perto. - Existe uma participação ativas nas atividades. - Pintura é uma das atividades mais realizadas pelas utentes. - Existe uma forte dimensão social e afetiva nas conversas durante as atividades. 	<ul style="list-style-type: none"> - Utentes sugerem mais atividades dinâmicas, como por exemplo, hidrogenástica. - Comentam entre todos que “é melhor vir à IPSS do que ficar em casa” reforçam a importância da convivência. - Sentem que as atividades ajudam a manter a mente ativa e o humor elevado.

		- Espaço confortável e com fácil acessibilidade.	
Semana 7	<ul style="list-style-type: none"> - Realização da atividade de pintura em duas salas, incluído a pintura em diamante, - Jogos de dominó, loto, cartas. - Realização de bordado de toalhas. - Lanche coletivo no refeitório. 	<ul style="list-style-type: none"> - Participação consoante o interesse dos utentes, com envolvimento espontâneo. - Jogos são realizados pelos utentes como forma de estimular a mente. - Pintura em diamante representa inovação nas atividades. - Equipa técnica supervisionam de forma cuidadosa e constante as atividades. 	<ul style="list-style-type: none"> - Comentários como: “o jogo da memória ajuda a cabeça e A melhor parte do dia é quando estamos aqui todos juntos” demonstram a valorização dos utentes pelas atividades. - Destacam o lanche como forma de convívio e socialização. - Sugerem a renovação dos desenhos exposto pelas salas. - Referem que a atividade de pintura ajuda a distrair de “dores e da solidão,”
Semana 8	<ul style="list-style-type: none"> - Atividades manuais: Pintura e crochê. - Jogos e Lazer. - Rastreio à Saúde dos utentes. 	<ul style="list-style-type: none"> - Participação ativa nas atividades por parte dos utentes - Alternância entre as atividades e o descanso. - Serviço de enfermaria: verificação de diabetes, peso e tensão arterial. - Ambientes bem equipados com TV, sofás, cadeirões. - Dinâmica solidária e respeitosa entre utentes. 	<ul style="list-style-type: none"> - Os utentes demonstram satisfação m levar, sempre que possível, as atividades manuais realizadas por eles para casa, a fim de partilhar com os familiares. - Consideram os espaços de descanso acolhedor. - Revelam que agradecem o apoio preventivo da IPSS à saúde dos utentes.

A análise da observação não participante, bem como das conversas informais, foi organizada em cinco categorias principais, mantendo-se coerente com os objetivos da investigação e emergindo dos dados empíricos recolhidos: serviços e atividades desenvolvidas na IPSS, profissionais da IPSS, desafios identificados, inclusão social, e reflexões e recomendações.

Para assegurar clareza e rigor na apresentação dos dados, as falas dos participantes foram identificadas por meio de siglas que indicam a sua origem, permitindo diferenciar entre os testemunhos dos utentes e as notas de campo da investigadora. Assim, utilizou-se “U” para designar os utentes, correspondendo às falas proferidas durante as conversas informais, e “I” para a investigadora, referentes às notas de campo.

7.2.1 Serviços e Atividades Desenvolvidos na IPSS

As atividades promovidas na IPSS ao longo das semanas observadas evidenciaram uma intervenção diversificada, adaptada e centrada nos interesses dos utentes. A oferta incluiu atividades físicas, cognitivas, manuais e momentos de descanso e lazer. A ginástica adaptada, realizada semanalmente, destacou-se como uma das práticas mais valorizadas, com exercícios ajustados às capacidades individuais e acompanhados tecnicamente. Observou-se que “os exercícios foram realizados ao ritmo de cada participante, promovendo a inclusão” (Semana 1 – I), e que havia “participação animada e inclusiva, com cânticos e interação constante” (Semana 4 – I). Os próprios utentes reconheceram a importância destas práticas, salientando que “ajudam a manter a mente ativa e o humor elevado” (Semana 6 – U), o que confirma o referido por Carvalho (2016), para quem “a prática de exercício físico ajuda a melhorar a sua força, flexibilidade e postura, otimizando a mobilidade, o equilíbrio e a coordenação motora da pessoa idosa” (p. 61).

As atividades manuais, como pintura, bordado e crochê, foram amplamente frequentadas, sobretudo pelas utentes do sexo feminino. Estas atividades funcionaram não apenas como estímulo cognitivo e motor, mas também como formas de expressão pessoal e de fortalecimento de vínculos familiares. Foi observado que “a pintura favorece a criatividade e expressão individual” (Semana 2 – I) e que as utentes se dedicavam “com atenção aos detalhes, uso de cores vivas” (Semana 3 – I). Para muitos, os trabalhos manuais assumiram ainda uma dimensão afetiva, pois era recorrente “levar os desenhos que fazem para casa para fortalecer a autoestima e os vínculos familiares” (Semana 1 – I). Assim, a existência de atividades manuais corrobora a perspetiva de Sousa (2013), que salienta que estas permitem a “estimulação da criatividade e imaginação, a promoção do trabalho cognitivo – atenção e concentração, o desenvolvimento da motricidade fina e a coordenação e precisão psicomotora” (p. 72).

As atividades lúdicas, como dominó, cartas, loto e sopa de letras, ocorrem com frequência e são percebidas como momentos de lazer, socialização e estimulação cognitiva.

Observou-se que os jogos “promovem o raciocínio lógico, memória e convívio dos utentes” (Semana 3 – I), sendo ainda relatado por um utente que o “jogo da memória ajuda a cabeça” (Semana 7 – U).

No mesmo seguimento, de acordo com Pereira (2020), a realização de “atividades lúdicas e criativas são também fundamentais para um bom desempenho em termos cognitivos, mentais e sociais. Estas atividades proporcionam à pessoa idosa uma maior autoconfiança, bem-estar e momentos de prazer e felicidade” (p. 24).

Além disso, verificou-se uma preocupação institucional com o bem-estar físico e emocional, demonstrada através da realização de rastreios de saúde (tensão arterial, diabetes e peso). Esta prática preventiva foi valorizada pelos utentes, que “agradecem o apoio [...] à saúde” (Semana 8 – U).

Os espaços da IPSS mostraram-se adequados, acessíveis e bem aproveitados, incluindo salas de atividades, ginásio, sala de jogos e áreas de descanso. A observação registou que “o ginásio é bem equipado e acessível” (Semana 1 – I) e que os espaços de lazer “são confortáveis e com fácil acessibilidade” (Semana 6 – I), dispondo de sofás, televisão e cadeirões. A organização física dos espaços favoreceu o diálogo e a socialização entre os utentes, uma vez que “a disposição das mesmas favorece o diálogo e a socialização” (Semana 3 – I), confirmando que o ambiente arquitetónico também funciona como promotor de relações interpessoais.

7.2.2 Profissionais da IPSS

A equipa técnica da IPSS assumiu-se como um elemento central na criação de um ambiente acolhedor, seguro e estimulante. Durante as observações, registou-se uma atuação contínua dos profissionais, tanto no apoio às atividades como no suporte emocional aos utentes.

As técnicas demonstraram uma postura de atenção constante, sendo frequentemente destacadas como “presentes para prestar apoio” (Semana 2 – I) e atuando com supervisão “cuidadosa e constante” (Semana 7 – I). Este acompanhamento próximo contribuiu para que os utentes se sentissem respeitados e valorizados, como referido por uma utente: “sentimo-nos acolhidas, respeitadas e valorizadas dentro da IPSS” (Semana 3 – U).

A relação com os profissionais foi descrita com afeto e proximidade, sendo comum a perceção de que a equipa é como uma família. Os utentes afirmaram que “o ambiente é

como uma segunda família” (Semana 2 – U) e “valorizam o ambiente familiar e o cuidado da equipa técnica” (Semana 1 – U). A escuta ativa e a flexibilidade também foram reconhecidas, já que os utentes “valorizaram a autonomia nas atividades e a atenção das técnicas” (Semana 2 – U).

Neste sentido, a atuação da equipa técnica reflete a perspetiva de Carvalho (2016) que enfatiza a importância de que:

Os profissionais desenvolvam o seu trabalho de forma a garantir uma vida melhor ao idoso. Estas respostas sociais devem estar preparadas não só para dar resposta às necessidades básicas do idoso, devendo também serem criativas e envolverem-se numa relação de mutualidade com o idoso que está a ser cuidado. (p. 11)

7.2.3 Desafios Identificados

Apesar da qualidade das atividades e da atuação profissional, emergiram alguns desafios pontuais, geralmente destacados pelos próprios utentes durante as conversas informais. Um dos principais refere-se à escassez de materiais de qualidade para as atividades manuais. Em mais de uma ocasião, os utentes referiram que os “lápiz de cor estão gastos” (Semana 3 – U), e que havia “falta de materiais adequados” (Semana 6 – U), incluindo o facto de pintarem com “lápiz muito pequenos”. Diante disso, torna-se fundamental que as IPSS otimizem a gestão dos seus recursos, garantindo não apenas a disponibilização de materiais adequados para atividades, mas também “assegurar a subsistência económica e financeira das instituições” (Sousa, 2012, p. 22), equilibrando a qualidade dos serviços e a sustentabilidade institucional.

Outro ponto recorrentemente mencionado foi o desejo por maior diversidade de atividades dinâmicas e ao ar livre. Um grupo de utentes relatou que gostaria de ter “mais passeios e atividades fora da IPSS” (Semana 4 – U) e sugeriu, por exemplo, “hidroginástica”. Estes relatos traduzem um interesse em diversificar experiências e em reforçar o contacto com o exterior, sinalizando a importância de práticas que ultrapassem os limites físicos da instituição.

7.2.4 Inclusão Social

As observações evidenciam que a IPSS promove uma inclusão social ativa e significativa, sobretudo através das dinâmicas de grupo, da liberdade de escolha e do estímulo à participação espontânea.

A autonomia dos utentes é respeitada, sendo recorrente a referência à possibilidade de escolher livremente entre pintura, bordado, jogos ou aulas de exercício físico. Observou-se, por exemplo, que havia “flexibilidade para escolha da atividade que querem realizar” (Semana 1 – I) e “flexibilidade de participação nas atividades conforme o interesse” (Semana 3 – I). Essas evidências corroboram a perspectiva de Queiroz (2012), que defende a importância de “promover mecanismos adaptativos, de aceitação e de autonomia, para que os indivíduos sejam capazes de uma tomada de consciência acerca do poder e controlo que têm sobre a sua vida” (p. 41).

O ambiente mostrou-se propício à criação de vínculos sociais fortes, como no caso em que “um utente contou que incentivou outro a pintar, criando laços de interajuda” (Semana 1 – U). Outros momentos simbólicos, como o “postal assinado pelos colegas para celebrar o aniversário de um utente” (Semana 3 – I), evidenciam a construção de relações afetivas genuínas e solidárias. Essas interações sociais são essenciais, pois permitem que os utentes mantenham:

O contacto com colegas durante os trabalhos, momentos de desabafo, resgate da necessidade de buscar no outro a completude do seu eu social, sorrir, conviver, realizar trocas, encontrar-se e encontrar ao outro, satisfação social na transmissão de informações e conhecimento, aprendizagem e ensino, criação de laços afetivos, divertimento. (Salgado, 2020, p. 24)

As frases recolhidas nas conversas informais reforçam o sentimento de pertença e a valorização da vida institucional. Afirmações como “antes chorávamos por não querer ir, agora choramos por querer vir e ficar mais tempo” (Semana 5 – U) e “é melhor vir à IPSS do que ficar em casa” (Semana 6 – U) confirmam a importância da IPSS enquanto espaço de convivência, apoio e combate à solidão.

7.2.5 Reflexões

A análise das observações e das conversas informais permite identificar pontos fortes e aspetos a melhorar, fundamentais para o fortalecimento da prática da IPSS dirigida à população idosa. Com base nos dados recolhidos e nas manifestações espontâneas dos utentes, apresentam-se as seguintes reflexões com o intuito de qualificar ainda mais a intervenção desenvolvida pela instituição.

Em primeiro lugar, foi mencionada a necessidade de reforçar e renovar os materiais utilizados nas atividades manuais. Observou-se, por exemplo, a “falta de lápis de cor” e de “materiais adequados” (Semana 3 e Semana 6 – I). Recomenda-se, assim, que a IPSS estabeleça um plano de reposição contínua para garantir a qualidade e o dinamismo destas atividades.

Em segundo lugar, embora as atividades oferecidas sejam frequentes e variadas, os utentes expressaram o desejo por experiências mais dinâmicas e externas à instituição. Isto é evidenciado por declarações como “queríamos mais passeios” (Semana 4 – U) e sugestões de aulas de “hidroginástica” (Semana 6 – U), revelando o interesse em diversificar o contacto com o meio exterior.

Outro ponto relevante prende-se com os momentos simbólicos, que assumem grande valor emocional. O gesto coletivo de assinar um postal de aniversário, por exemplo, foi descrito como tendo “grande impacto emocional” (Semana 3 – I), reforçando vínculos afetivos e contribuindo para o bem-estar dos idosos.

A valorização das produções artísticas também se destacou como fator de satisfação. A exposição dos trabalhos nas salas da IPSS é motivo de orgulho, já que os utentes “gostam imenso de ver os seus desenhos expostos” (Semana 2 – U). Contudo, foi sugerido que estas exposições fossem renovadas periodicamente, integrando produções mais recentes, o que demonstra não apenas apreço pelos trabalhos, mas também reconhecimento pela própria instituição.

Por fim, realça-se a forma como os profissionais da IPSS se relacionam com os utentes. De um modo geral, a escuta ativa e o respeito pelas preferências individuais foram aspetos frequentemente valorizados, reforçando a perceção de que a instituição constitui um espaço de apoio, confiança e inclusão.

7.3 Questionários

Os questionários foram aplicados através da plataforma Microsoft Forms, o que permitiu uma recolha de dados mais prática, rápida e eficiente junto dos colaboradores da IPSS. Todos os participantes aderiram de forma voluntária, após o preenchimento do termo de consentimento informado, constante no Apêndice E. Os questionários foram direcionados a três grupos profissionais distintos: técnico superior, assistente técnico e assistentes operacionais, e os guiões correspondentes encontram-se nos Apêndices 7, 8 e 9, respetivamente. Esta diversidade de grupos profissionais permitiu recolher perceções diferenciadas, enriquecendo a análise e contribuindo para uma compreensão mais ampla do papel da IPSS na inclusão social da população idosa.

7.3.1 Apresentação dos Dados do Questionário ao Técnico Superior

O presente subcapítulo apresenta a análise das respostas fornecidas por uma técnica superior, cuja caracterização pessoal e profissional (Tabela 4) revela ser do género feminino, com idade compreendida entre 35 e 44 anos, e com grau académico de licenciatura. A profissional exerce funções na IPSS há entre 4 e 7 anos, evidenciando experiência consolidada no setor.

Relativamente ao alinhamento com as estratégias da IPSS, a participante refere que o seu trabalho está “totalmente alinhado” com a missão institucional de promoção da inclusão social do idoso.

No que se refere às principais responsabilidades, a técnica superior destacou quatro dimensões centrais no planeamento e execução de atividades dirigidas à inclusão social dos idosos: planeamento de atividades, coordenação de parcerias externas, acompanhamento e avaliação dos idosos e envolvimento das famílias.

Por último, no âmbito da colaboração interinstitucional, a participante afirmou colaborar sempre com outros profissionais ou instituições, reforçando a importância do trabalho em rede na promoção da inclusão social.

Tabela 4*Caracterização Pessoal e Profissional*

Questão	Resposta	Frequência	Porcentagem
1. Género	Feminino	1	100%
2. Faixa etária	35-44 anos	1	100%
3. Grau académico	Licenciatura	1	100%
4. Tempo na IPSS	4-7 anos	1	100%
5. Alinhamento com as estratégias da IPSS	Totalmente alinhado	1	100%
6. Principais responsabilidades	Planeamento de atividades	1	25%
	Coordenação de Parcerias Externas	1	25%
	Acompanhamento e Avaliação	1	25%
	Envolvimento das Famílias	1	25%
7. Colaboração com outros profissionais/instituições	Sempre	1	100%

Relativamente à categoria “Estratégias de Inclusão Social na IPSS”, presente na Tabela 5, a participante considera que, para a instituição, a inclusão social é “sempre” uma prioridade. Ainda nesta dimensão, refere que revê “sempre” os planos de ação para garantir que estes são inclusivos e que os pedidos dos idosos são “sempre” considerados na definição das atividades.

No que diz respeito aos fatores que promovem a inclusão social dos idosos, a técnica superior destaca três aspetos centrais: participação em atividades culturais e recreativas, envolvimento da família e convívio com outras gerações.

Por fim, quanto aos benefícios resultantes da participação dos idosos nas atividades de inclusão social, a participante identifica, em proporções iguais (33,3% cada), a melhoria da saúde emocional e mental, a redução do isolamento social e o fortalecimento do sentimento de pertença e inclusão.

Tabela 5*Estratégias de Inclusão Social na IPSS*

Questão	Resposta	Frequência	Porcentagem
8. Inclusão Social é uma prioridade na IPSS	Sempre	1	100%
9. Revisão dos planos de ação para a inclusão	Sempre	1	100%
10. Consideração dos pedidos dos idosos na escolha de atividades	Sempre	1	100%
11. Fatores que promovem a inclusão social	Participação em atividades culturais e recreativas	1	33,33%
	Envolvimento da família	1	33,33%
	Convívio com outras gerações	1	33,33%
12. Benefícios para os idosos	Melhoria da saúde emocional e mental	1	33,33%
	Redução do isolamento social	1	33,33%
	Sentimento de pertença e inclusão	1	33,33%

Relativamente à categoria “Serviços e Programas” (Tabela 6), a participante considera que os serviços e programas oferecidos pela IPSS são “eficazes” para responder às necessidades dos idosos. Além disso, refere que a instituição recorre “frequentemente” a tecnologias ou métodos inovadores no desenvolvimento das suas práticas.

Quanto às melhorias necessárias, a participante destaca como prioridade a melhor formação dos colaboradores, evidenciando a importância da capacitação contínua para a qualidade dos serviços.

No que respeita à eficácia geral dos serviços e atividades na promoção da inclusão social dos idosos, esta é avaliada como “excelente”, enquanto o impacto dos serviços e programas oferecidos é considerado “muito positivo”.

Tabela 6*Serviços e Programas*

Questão	Resposta	Frequência	Porcentagem
13. Serviços e programas	Eficazes	1	100%
14. Uso de tecnologias ou métodos inovadores	Frequentemente	1	100%
15. Melhorias sugeridas nos serviços	Melhor formação para os colaboradores	1	100%
16. Avaliação geral da eficácia dos serviços	Excelente	1	100%
17. Impacto dos serviços e programas	Muito positivo	1	100%

No que se refere à categoria “Desafios Enfrentados pela IPSS” (Tabela 7), a participante pôde selecionar até três opções de um total de cinco. As dificuldades assinaladas foram: falta de recursos financeiros, resistência dos próprios idosos e problemas de mobilidade e transportes, cada uma representando 33,3% das respostas.

Apesar destes constrangimentos, a participante destaca que a IPSS adota medidas proativas para superar os desafios relacionados com a inclusão social, salientando como exemplo a adaptação das atividades às limitações de cada idoso.

Tabela 7*Desafios Enfrentados pela IPSS*

Questão	Resposta	Frequência	Porcentagem
18. Desafios enfrentados pela IPSS	Falta de recursos financeiros	1	33,33%
	Resistência dos próprios idosos	1	33,33%
	Problemas de mobilidade e transportes	1	33,33%
19. Adoção de medidas proativas para superar desafios	Sim	1	100%

20. Exemplos de medidas adotadas	Adaptação das atividades às limitações dos idosos	1	100%
-----------------------------------------	---------------------------------------------------	---	------

Relativamente à categoria “Impacto e Recomendações” (Tabela 8), a participante considera que o maior impacto da IPSS na vida dos idosos é, sem dúvida, “o combate ao isolamento social”, destacando o papel da instituição na promoção do convívio e da integração comunitária.

No que respeita às recomendações para fortalecer o papel da IPSS na inclusão social dos idosos (Tabela 8), a participante sugere a ampliação dos apoios prestados, nomeadamente no que se refere às refeições, cuidados de higiene pessoal e habitacional.

Tabela 8

Impacto e Recomendações da IPSS

Questão	Resposta	Frequência	Percentagem
21. Maior impacto da IPSS na vida dos idosos	Combater o isolamento social	1	100%
22. Recomendações para fortalecer a inclusão	Apoio nas refeições, higiene pessoal e habitacional	1	100%

7.3.2 Apresentação dos Dados do Questionário ao Assistente Técnico

Relativamente à categoria “Caracterização Pessoal e Profissional” (Tabela 9), a participante é do género feminino, tem idade compreendida entre 25 e 34 anos, possui o grau académico de mestrado e exerce funções na IPSS há entre 4 e 7 anos.

Tabela 9

Caracterização Pessoal e Profissional

Questão	Resposta	Frequência	Percentagem
1. Género	Feminino	1	100%
2. Idade	25-34 anos	1	100%
3. Grau Académico	Mestrado	1	100%
4. Tempo de Serviço na IPSS	4-7 anos	1	100%

No que respeita à categoria “Gestão e Apoio Administrativo” (Tabela 10), a participante considera que os serviços administrativos dispõem “frequentemente” de ferramentas adequadas para responder às necessidades da população idosa.

A comunicação interna entre os membros da equipa administrativa é avaliada como “muito eficiente” na organização de atividades, enquanto o suporte administrativo da IPSS à promoção da inclusão social dos idosos é considerado “bom”.

Adicionalmente, a participante afirma que o sistema de gestão da IPSS permite acompanhar de forma eficiente a participação e o impacto das atividades nos idosos. Por fim, refere que a parte administrativa não condiciona a realização das atividades, revelando uma perceção positiva do apoio organizacional.

Tabela 10

Gestão e Apoio Administrativo

Questão	Resposta	Frequência	Percentagem
5. Disponibilidade de ferramentas administrativas adequadas	Frequentemente	1	100%
6. Comunicação interna na equipa	Muito eficiente	1	100%
7. Avaliação do suporte administrativo	Bom	1	100%
8. Sistema de gestão e acompanhamento da participação e impacto das atividades	Sim	1	100%
9. Condicionantes administrativas	Não	1	100%

Relativamente à categoria “O Papel da IPSS na Inclusão Social dos Idosos” (Tabela 11), a participante reconhece que as atividades promovidas pela IPSS contribuem para a inclusão social e identifica as atividades de estimulação cognitiva como tendo maior impacto na socialização dos idosos.

No que respeita ao planeamento das atividades, refere que este “frequentemente” considera as preferências e necessidades dos idosos, acrescentando que os pedidos feitos pelos idosos são igualmente “frequentemente” levados em consideração.

A participante considera ainda que a IPSS possui recursos suficientes para promover a inclusão social através das atividades e serviços disponibilizados. Por fim, a avaliação geral da IPSS na inclusão social é classificada como “muito bom”, revelando uma percepção global positiva do papel da instituição.

Tabela 11

O Papel da IPSS na Inclusão Social dos Idosos

Questão	Resposta	Frequência	Porcentagem
10. As atividades promovem a inclusão social	Sim	1	100%
11. Impacto das atividades na socialização	Atividades estimulação cognitiva	1	100%
12. Consideração das preferências dos idosos no planejamento das atividades	Frequentemente	1	100%
13. Pedidos dos idosos nas atividades	Frequentemente	1	100%
14. Recursos institucionais para a promoção da inclusão social	Sim	1	100%
15. Avaliação do papel da IPSS na inclusão social dos idosos	Muito Bom	1	100%

No que se refere à categoria “Desafios e Áreas de Melhoria” (Tabela 12), a participante assinalou três principais desafios, cada um representando 33,3% das respostas: falta de recursos financeiros, resistência por parte dos próprios idosos e problemas de mobilidade e transporte. Estes fatores são identificados como constrangimentos na organização e administração das atividades de inclusão social.

Ainda que existam essas limitações, a participante reconhece que uma maior colaboração com outras organizações locais poderia contribuir para melhorar a inclusão social dos idosos na IPSS.

Na questão de resposta aberta, como sugestão de melhoria no planejamento e organização das atividades, destacou a necessidade de mais materiais para atividades de

estimulação cognitiva e para o atelier, bem como o maior envolvimento dos idosos em projetos sociais, dentro e fora da freguesia.

Tabela 12

Desafios e Áreas de Melhoria

Questão	Resposta	Frequência	Percentagem
16. Desafios identificados	Falta de recursos financeiros	1	33,33%
	Resistência dos próprios idosos	1	33,33%
	Problemas de mobilidade e transporte	1	33,33%
17. Colaboração com organizações locais	Sim	1	100%
18. Sugestões no planeamento de atividades	Ter mais materiais, tanto para as atividades de estimulação cognitiva, bem como para atividades no atelier. Envolver mais os idosos em projetos sociais (dentro e fora da freguesia).	1	100%

7.3.3 Apresentação dos Dados dos Questionários aos Assistentes Operacionais

Relativamente à categoria “Caracterização Pessoal e Profissional” (Tabela 13), observa-se que, quanto ao género, quatro dos seis participantes (67%) são do género feminino, enquanto os restantes dois (33%) são do género masculino. No que se refere à faixa etária, metade dos participantes (50%) encontra-se entre os 55 e 64 anos, enquanto as faixas etárias 25-34 anos, 35-44 anos e 45-54 anos são representadas por um participante cada (16,7%). Relativamente ao nível de escolaridade, verifica-se uma divisão equilibrada: três participantes (50%) possuem o ensino básico e os outros três (50%) o ensino secundário. Por fim, quanto ao tempo de serviço na IPSS, a maioria dos inquiridos (83%) refere trabalhar na instituição entre 4 e 7 anos, enquanto apenas um participante (17%) indica entre 1 e 3 anos.

Tabela 13*Caracterização Pessoal e Profissional*

Questão	Resposta	Frequência	Porcentagem
1. Género	Feminino	4	67%
	Masculino	2	33%
2. Idade	25-34 anos	1	16,66%
	35-44 anos	1	16,66%
	45-54 anos	1	16,66%
	55-64 anos	3	50%
3. Nível Escolaridade	Ensino Básico	3	50%
	Ensino Secundário	3	50%
4. Tempo de Serviço na IPSS	1-3 anos	1	17%
	4-7 anos	5	83%

Relativamente à categoria “Rotina e Cuidados Prestados aos Idosos” (Tabela 14), procurou-se compreender as perceções dos assistentes relativamente às condições de trabalho, recursos disponíveis e impacto das suas ações. Quanto às condições de trabalho, um participante (16,7%) classificou-as como “excelentes”, quatro (66,7%) como “muito boas” e um (16,7%) como “boas”.

No que se refere à existência de recursos suficientes, um assistente (16,7%) respondeu que existem “sempre”, quatro (66,7%) indicaram “frequentemente” e um (16,7%) afirmou que apenas existem “às vezes”. Relativamente ao impacto das ações desenvolvidas pelos assistentes na valorização dos idosos, cinco participantes (83%) avaliaram como “muito bom” e um (17%) como “excelente”.

No tocante às atividades diárias com maior impacto na vida dos idosos (resposta múltipla, 18 respostas no total), quatro (22,2%) destacaram a rotina de cuidados básicos, seis (33,3%) referiram o acompanhamento em atividades recreativas, outros seis (33,3%) indicaram atividades de socialização e dois (11,1%) mencionaram atividades de lazer.

Por fim, no que respeita à adequação das instalações da IPSS às necessidades dos idosos, dois participantes (33,3%) classificaram-nas como “excelentes”, dois (33,3%) como “muito boas” e dois (33,3%) como “boas”.

Tabela 14*Rotina e Cuidados Prestados aos Idosos*

Questão	Resposta	Frequência	Porcentagem
5. Condições de trabalho	Excelente	1	16,66%
	Muito Bom	4	66,66%
	Bom	1	16,66%
6. Disponibilidade de recursos suficientes	Sempre	1	16,66%
	Frequentemente	4	66,66%
	Às vezes	1	16,66%
7. Avaliação do impacto das ações na valorização dos idosos	Excelente	1	17%
	Muito Bom	5	83%
8. Atividades diárias com maior impacto na vida dos idosos	Rotina de cuidados básicos	4	22,22%
	Atividades recreativas	6	33,33%
	Atividades de socialização	6	33,33%
	Atividades de lazer	2	11,11%
9. Avaliação das instalações da IPSS	Excelente	2	33,33%
	Muito Bom	2	33,33%
	Bom	2	33,33%

Na categoria “Inclusão Social dos Idosos” (Tabela 15), analisou-se a forma como os idosos são envolvidos nas decisões e atividades da IPSS.

No que respeita à consideração dos pedidos dos idosos na escolha de atividades, cinco participantes (83%) referiram que estes são “frequentemente” levados em conta, enquanto um (17%) assinalou que isso acontece “às vezes”.

Relativamente à promoção da participação ativa dos idosos, todos os seis participantes (100%) acreditam que os serviços e programas da IPSS contribuem efetivamente para essa finalidade.

Quanto ao grau de envolvimento dos idosos nas atividades, quatro participantes (67%) classificaram-no como “moderado”, e dois (33%) como “alto”.

Por fim, na avaliação do impacto da IPSS na inclusão social dos idosos, um participante (17%) considerou-o “excelente”, três (50%) avaliaram como “muito bom” e dois (33%) como “bom”

Tabela 15*Inclusão Social dos Idosos*

Questão	Resposta	Frequência	Porcentagem
10. Pedidos dos idosos na escolha de atividades	Frequentemente	5	83%
	Às vezes	1	17%
11. Promoção da participação ativa dos idosos através de serviços e programas	Sim	6	100%
12. Grau de envolvimento dos idosos nas atividades	Alto	2	33%
	Moderado	4	67%
13. Avaliação do impacto da IPSS na inclusão social dos idosos	Excelente	1	17%
	Muito Bom	3	50%
	Bom	2	33%

A categoria “Desafios no Atendimento aos Idosos” (Tabela 16) procurou identificar os principais obstáculos enfrentados no dia a dia pelos assistentes operacionais.

Entre as 15 respostas registradas (questão de escolha múltipla), a maioria (40%) indicou como principal desafio os idosos com dificuldades de mobilidade. Em seguida, cinco respostas (33%) referiram a falta de colaboração dos idosos em atividades sociais, três (20%) apontaram a falta de recursos materiais e uma resposta (7%) destacou as dificuldades de comunicação.

No que diz respeito ao apoio desejado para enfrentar estes desafios, quatro participantes (67%) defenderam a necessidade de mais recursos materiais e financeiros, enquanto dois (33%) consideraram prioritária a formação e capacitação adicionais.

Tabela 16*Desafios no Atendimento aos Idosos*

Questão	Resposta	Frequência	Porcentagem
14. Desafios identificados	Idosos com dificuldade de mobilidade	6	40%
	Falta de colaboração em atividades sociais	5	33%
	Falta de recursos materiais adequados	3	20%
	Dificuldades de comunicação	1	7%
15. Apoios requeridos para enfrentar os desafios	Mais formação e capacitação	2	33%

	Mais recursos materiais e financeiros	4	67%
--	---------------------------------------	---	-----

Na categoria “Áreas de Melhoria” (Tabela 17), analisaram-se as ações que poderiam ser adotadas pela IPSS para reforçar a inclusão social dos idosos nas rotinas diárias.

Relativamente às ações de melhoria (13 respostas, escolha múltipla), quatro participantes (30,8%) apontaram a necessidade de criar mais atividades diversificadas e inclusivas, outros quatro (30,8%) sugeriram o maior envolvimento da família nas atividades sociais, mais quatro (30,8%) destacaram a ampliação das parcerias com a comunidade externa, e apenas um participante (7,7%) mencionou a melhoria das condições das infraestruturas.

No que respeita ao suporte adicional necessário para melhorar o desempenho diário, quatro participantes (66,7%) referiram a importância de mais materiais de apoio para as atividades (como livros, jogos e equipamentos), um participante (16,7%) sugeriu mais formação para lidar com necessidades específicas dos idosos, enquanto outro (16,7%) considerou que as condições já são suficientes. Por fim, relativamente às sugestões de mudanças nas rotinas de trabalho para aumentar a qualidade de vida e a inclusão dos idosos, surgiram propostas diversificadas, tais como: a realização de mais atividades de socialização, exercício físico, atividades ao ar livre, aquisição de materiais adequados aos interesses dos utentes e diversificação das atividades diárias.

Tabela 17

Áreas de Melhoria

Questão	Resposta	Frequência	Percentagem
16. Ações adotadas para promover a inclusão social dos idosos nas rotinas diárias	Melhorar as condições de infraestrutura (ex.: espaços mais acessíveis, zonas de convivência)	1	7,69%
	Criar mais atividades diversificadas e inclusivas	4	30,77%
	Melhorar o envolvimento da família nas atividades sociais	4	30,77%
	Ampliar as parcerias com a comunidade externa	4	30,77%

17. Suporte adicional desejado	Formação para lidar com necessidades específicas dos idosos	1	16,66%
	Materiais de apoio para as atividades (ex.: livros, jogos, equipamentos)	4	66,66%
	As condições são suficientes	1	16,66%
18. Sugestões de mudança nas rotinas diárias dos idosos	“N/a”	1	16,66%
	“Mais atividades ao ar livre”	1	16,66%
	“Ter mais materiais adequados para as atividades, de acordo com os gostos e necessidades de cada utente”	1	16,66%
	“Ter mais materiais para diversificar as atividades diárias”	1	16,66%
	“Ter outro tipo de atividades diárias”.	1	16,66%
	“Fazer mais atividades que estimulam a socialização, fazer mais exercício físico”	1	16,66%

7.3.4 Triangulação dos dados

A presente análise dos resultados baseia-se na triangulação de dados obtidos por meio de uma entrevista semiestruturada a um membro da direção da IPSS, questionários aplicados à técnica superior, à assistente técnica e aos assistentes operacionais, bem como observações não participantes e conversas informais com os utentes. Conforme Fortin (1999, citado por Costa, 2013, p. 64), a triangulação consiste na “combinação de métodos e perspetivas que permitem tirar conclusões válidas a propósito de um mesmo fenómeno”. Desta forma, a análise dos resultados foi organizada em categorias temáticas previamente definidas, alinhadas com os objetivos da investigação.

Os dados revelam que a IPSS disponibiliza uma variedade diversificada de serviços que contemplam áreas essenciais como assistência social, saúde, educação e lazer. A principal valência identificada é o Centro de Dia, responsável por assegurar cuidados de alimentação, saúde, transporte e atividades ocupacionais diárias para a população idosa. Esta informação evidencia-se na entrevista realizada ao membro da direção e é confirmada pela observação não participante e pelas conversas informais, que revelam um

envolvimento ativo dos utentes. Paralelamente, destaca-se o Polo de Emprego, que oferece formações modulares abertas à comunidade nas mais variadas temáticas, como refere o membro da direção da IPSS. A existência de projetos em expansão, como a Lavandaria Social, demonstra o dinamismo da IPSS e a sua capacidade de articular serviços que vão além do cuidado tradicional, aproximando-se de uma lógica de inclusão social alargada no contexto comunitário.

Esta abordagem vai ao encontro do pensamento de Soares (2012, citado por Mota, 2019), ao evidenciar o papel das IPSS como entidades que complementam a ação do Estado, promovendo a criação de oportunidades, nomeadamente através do emprego e da qualificação da população local. De igual modo, alinha-se com a perspetiva de Gómez et al. (2007), na medida em que valoriza a participação ativa da IPSS na resolução de problemas locais e, por conseguinte, no desenvolvimento comunitário.

Relativamente aos dados referentes aos tipos de atividades oferecidos à população idosa, a triangulação de dados revela que a IPSS promove um conjunto de atividades educativas, terapêuticas, culturais e de integração social, cuidadosamente planeadas e adaptadas às necessidades dos idosos. Dentre elas, destacam-se atividades de pintura, bordado, jogos de memória, dominó, cartas, sopa de letras, ginástica adaptada, dança sénior, passeios culturais e momentos de convívio com lanches coletivos.

As observações evidenciam uma forte participação dos utentes, mesmo entre aqueles com limitações de mobilidade. A liberdade de escolha nas atividades e o respeito pelos ritmos individuais são apontados como fatores de sucesso, promovendo autoestima, autonomia e bem-estar. Desta forma, todos os profissionais da IPSS reconhecem que as atividades realizadas são os principais motores da inclusão social, contribuindo para a redução do isolamento.

Contudo, importa referir que a maioria dos assistentes operacionais recomenda a introdução de outras atividades no quotidiano. Esta necessidade é igualmente corroborada por observações e conversas informais com os utentes, que demonstram interesse na diversificação da oferta, sugerindo, por exemplo, a implementação de atividades de hidroginástica. Essa sugestão construtiva reforça a ideia de que as atividades devem ser continuamente adaptadas, pois, como defende Paulo Freire, a escuta ativa e o diálogo com os sujeitos são essenciais para práticas significativas (Freire, 1996).

Em relação ao perfil e à atuação dos profissionais, verifica-se que a IPSS conta com uma equipa técnica estável e experiente, composta por colaboradores com diferentes níveis

de escolaridade. A técnica superior e a assistente técnica possuem formação superior e atuam na IPSS entre 4-7 anos. Os assistentes operacionais, em sua maioria com idades entre 55-64 anos, têm escolaridade entre o ensino básico e o ensino secundário e também apresentam uma trajetória institucional significativa, sendo que 83% trabalham na IPSS há 4-7 anos. A divisão funcional é bem definida: os técnicos são responsáveis pelo planeamento e avaliação, enquanto os assistentes operacionais asseguram o cuidado direto aos utentes. Assim, há um consenso sobre a importância da escuta ativa dos utentes, reconhecendo que a adaptação constante às suas necessidades é essencial. Por isso, embora os profissionais tenham acesso a formações internas mensais, manifestam a necessidade de mais ações formativas que apoiem as suas práticas diárias, pois, como afirma Lopes (1995, citado por Silva, 2023):

Os trabalhadores necessitam de ter competências cognitivas e relacionais mais elevadas para que possam ter uma maior capacidade de adaptação às alterações organizacionais das instituições onde desenvolvem a sua atividade profissional, devido às constantes flutuações do mercado de trabalho, das várias medidas políticas que vão surgindo e às consequências que delas advêm. (p. 25-26)

Relativamente à principal fonte de financiamento da IPSS, a entrevistada, membro da direção refere que é o contrato de programa com a Segurança Social, que assegura os custos relacionados com os recursos humanos, materiais e o funcionamento dos serviços. Como destacou a entrevistada, sem esse apoio não seria possível manter a estrutura nem as atividades diárias, o que demonstra a sua importância enquanto elemento estruturante da sustentabilidade da IPSS. Esta realidade cruza-se diretamente com os três pilares fundamentais sobre os quais assenta uma organização: o económico-financeiro, o dos recursos humanos e o dos valores. Tal como refere Ferreira (2020, citado por Reis & Veiga, 2023), “basta que um deles entre em colapso para que toda a instituição entre em perda de sustentabilidade” (p. 191).

Desta forma, o contrato de programa permite assegurar o primeiro pilar, garantindo a cobertura dos compromissos financeiros da IPSS. Simultaneamente, viabiliza o segundo pilar, ao assegurar os meios para gestão dos recursos humanos, bem como o envolvimento da comunidade. Por fim, este financiamento contribui para a concretização do terceiro pilar, que abrange valores éticos, legais e institucionais da IPSS, incluindo o cumprimento da legislação, dos estatutos e respeito por princípios básicos. Tal alinhamento vai ao encontro do que é defendido no artigo 5.º da Lei nº 30/2013, de 8 de maio, que estabelece que as IPSS devem pautar-se por princípios como: “da solidariedade, da igualdade e da não

discriminação, da coesão social, da justiça e da equidade, da transparência, da responsabilidade individual e social partilhada e da subsidiariedade” (Lei nº 30/2013, art. 5.º). Assim, é notório, de acordo com as palavras da entrevistada, que o contrato de programa não apenas financia, mas sustenta, na prática, a base sobre a qual se constrói a missão e a continuidade da IPSS.

Quanto aos recursos disponíveis na IPSS, a mesma dispõe de boas infraestruturas físicas, adequadas às necessidades da população idosa. As salas são bem equipadas, com acessibilidade adequada, incluindo espaços destinados ao lazer, um ginásio, uma sala de informática, casas de banho adaptadas, escritórios, uma sala de enfermaria e um refeitório. Essas instalações proporcionam um ambiente confortável e funcional para o desenvolvimento das atividades e para o cuidado dos utentes.

Apesar da qualidade das infraestruturas, foi identificada uma carência significativa de recursos materiais, como confirmado pelos utentes, que apontaram a falta de lápis de cor, e pelos profissionais, que também indicaram, através dos questionários, a insuficiência de recursos materiais e financeiros. Essa limitação foi reforçada na entrevista ao membro da direção da IPSS, que destacou a área social como particularmente desafiante devido à escassez de recursos.

Assim, este dado vai ao encontro do que é defendido por autores como Gouveia (2009) e Alves (2021), que salientam que, para suprir a necessidade de mais apoios, tem de haver responsabilidade e transparência no uso dos recursos disponíveis. Igualmente, esta perspetiva é reforçada pelo disposto no artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 11/2015/M, de 18 de dezembro, que refere a:

Colaboração das instituições entre si e com o Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM, e demais entidades e serviços da Região Autónoma da Madeira intervenientes na área da ação social em ordem à otimização das respostas e rentabilização dos meios existentes. (Decreto Legislativo Regional n.º 11/2015/M, 2015, art. 5.º)

No que diz respeito aos desafios estruturais e operacionais enfrentados pela IPSS, entre os desafios apontados por todos os participantes destaca-se a escassez de recursos materiais e financeiros, que limita a diversificação das atividades oferecidas e dificulta a aquisição de mais equipamentos necessários para o desenvolvimento de outro tipo de iniciativas. Essas constatações empíricas vão ao encontro das reflexões de Sousa (2018), que aponta que as IPSS enfrentam desafios significativos, como a sustentabilidade

financeira, a capacitação de recursos humanos e a adaptação das práticas às exigências da população idosa.

Outro desafio central é a resistência dos utentes à participação em algumas atividades, pois, como a entrevistada relatou, há pessoas que vêm experimentar e não se adaptam, mas há aqueles que reclamam, embora no fundo apreciem. Esse panorama evidencia a necessidade de reforçar estratégias motivacionais específicas e de um trabalho constante de adaptação para tentar envolver o maior número possível de utentes.

Essa realidade está diretamente ligada à ideia defendida por Gouveia (2009, citado por Almeida, 2015), segundo a qual a alteração do comportamento das pessoas depende da participação ativa dos membros da comunidade local, ou seja, para que o desenvolvimento comunitário seja eficaz, é necessário que os indivíduos mudem as atitudes e se envolvam ativamente nas iniciativas oferecidas. Isso implica não apenas oferecer atividades, mas também trabalhar na motivação e na adaptação contínua dessas propostas, de modo a aproveitar e potenciar os recursos locais.

Além disso, foram identificados desafios de mobilidade e transporte pelos profissionais. Embora a entrevistada reconheça avanços nesse campo, destacando que os utentes têm hoje acesso a um maior número de atividades graças à melhoria das condições de transporte, a mesma ressalta que esse aspeto ainda representa um desafio, pois existem alguns utentes com limitações físicas.

Contudo, importa referir que a entrevistada enfatiza que a proposta não deve ser excluir os que têm mais dificuldades, nem selecionar atividades em locais de difícil acesso para parte do grupo. Pelo contrário, a intenção é promover a inclusão plena, assegurando que todos, independentemente das suas limitações, possam participar das iniciativas em igualdade de condições.

Essa perspetiva está alinhada com o que defendem Costa et al. (2017), ao salientarem a necessidade de práticas coerentes com o conceito de cidade amiga das pessoas idosas, nas quais haja acessibilidade e qualidade de vida para os mais velhos. Nesse mesmo sentido, a ideia da entrevistada vai ao encontro de Robison (2002), que reforça que uma sociedade verdadeiramente inclusiva é aquela que não deixa ninguém à margem por falta de condições básicas de participação.

De forma adicional, outro desafio visível é a necessidade de formação contínua, mais robusta e contextualizada, para os profissionais, a fim de capacitá-los para a prática diária com os utentes. Embora muitos profissionais tenham acesso a formação, como foi

referido pela entrevistada, uma vez por mês, os mesmos sentem a necessidade de aprofundar e atualizar os seus conhecimentos, de modo a responder melhor às exigências do seu contexto de atuação. Esta preocupação é igualmente partilhada pela União das IPSS da Madeira (2022), que defende a importância de investir na formação contínua dos profissionais, destacando que tal investimento não só qualifica a intervenção direta com os utentes, como também contribui para uma gestão mais eficiente das instituições.

Por fim, constatou-se outro desafio ligado à necessidade de atividades mais diversas, acompanhadas da ampliação de parcerias externas, referidas tanto pelos profissionais como pelos utentes. Este pensamento reforça o que Almeida (2015) assinala, ao destacar que, desde o pós-Segunda Guerra Mundial, o Estado de Bem-Estar Social consolidou-se como um modelo que ampliou a oferta de serviços sociais por meio de colaborações estratégicas, reforçando o papel das parcerias na promoção de áreas essenciais da sociedade.

Nesse mesmo sentido, também os dados desta investigação confirmam o que Lacerda (2012) e Costa et al. (2017) defendem sobre a importância de estabelecer parcerias mais fortes entre as IPSS, o Estado e outras instituições, uma vez que tais colaborações geram benefícios significativos, como a ampliação da oferta dos serviços, o fortalecimento de parcerias locais, o aumento do número de profissionais e a reorganização dos espaços das instituições, fatores estes que contribuem diretamente para o desenvolvimento comunitário das regiões.

Em suma, é fundamental reconhecer que as IPSS desempenham um papel crucial enquanto agentes da Economia Social, evidenciando uma notável capacidade de identificar novas necessidades sociais e de lhes responder com soluções inovadoras e inclusivas. Estas instituições demonstram ainda grande aptidão para mobilizar recursos humanos e materiais, estabelecer redes de cooperação e promover o chamado capital social, ou seja, os laços de confiança, solidariedade e participação ativa no seio da comunidade, conforme afirmado por Costa et al. (2017).

Neste sentido, ao colocarem as pessoas e os valores democráticos no centro da sua atuação, as IPSS contribuem significativamente para o fortalecimento de uma cidadania ativa e solidária, promovendo uma economia orientada para o bem comum. Torna-se, por isso, indispensável valorizar e apoiar estas entidades, não apenas pela resposta social que oferecem à população idosa, mas também pelo seu contributo estruturante na criação de uma sociedade mais justa, acolhedora e unida.

Considerações Finais

O objetivo principal desta investigação foi analisar de forma detalhada como a Instituição Particular de Solidariedade Social contribui para a promoção da inclusão social da população idosa, inserindo-se num contexto socioeconómico e demográfico cada vez mais marcado pelo envelhecimento da população. Este fenómeno, que se verifica à escala nacional, representa um dos maiores desafios contemporâneos em termos sociais, políticos e económicos, exigindo a mobilização de políticas públicas eficazes e de uma rede de apoio institucional sólida e bem estruturada. Deste modo, como enfatiza Sousa (2009) e a European Commission (2023), enfrentar este desafio requer a mobilização coordenada de diversos atores sociais e a necessidade de respostas integradas, em que a inclusão se configure como pilar central das sociedades atuais. Assim, a inclusão social dos idosos, não pode ser compreendida apenas como um ideal normativo, mas sim como um imperativo e uma necessidade concreta para garantir uma sociedade mais justa, coesa e humanizada.

Num contexto em que o aumento da longevidade é acompanhado, muitas vezes, por fenómenos como a exclusão social, o enfraquecimento dos laços familiares e o declínio do envolvimento ativo dos idosos na vida comunitária, é imprescindível investir em estratégias que assegurem a integração efetiva dessa população nos diversos domínios da vida social.

A literatura especializada, com autores como Carvalho (2016) e Salgado (2023), destaca a importância da participação dos idosos em atividades sociais, culturais, recreativas, educativas e intergeracionais como meio eficaz de combater o isolamento, reforçar a autoestima, estimular a mente e o corpo e promover o bem-estar completo. Tais iniciativas não só reforçam os laços sociais, como também fomentam a formação de novas redes de apoio e convivência, essenciais para o envelhecimento ativo e saudável.

Deste modo, foi neste cenário que a presente investigação foi realizada, com o objetivo geral de analisar o papel desempenhado pela IPSS na promoção da inclusão social da população idosa, através de um estudo de caso na Região Autónoma da Madeira, e com objetivos específicos orientados para a caracterização dos serviços e atividades oferecidos, o perfil e tarefas dos profissionais envolvidos, as fontes de financiamento, os recursos disponíveis, bem como a identificação dos principais desafios enfrentados por essa instituição.

Através de uma metodologia mista, que envolveu métodos qualitativos e quantitativos, recorreu-se a várias técnicas de recolha de dados, como a entrevista

semiestruturada com o membro da direção da IPSS estudada, observação não participante e conversas informais com idosos utentes, além da aplicação de inquéritos por questionários aos técnicos superiores, assistentes técnicos e assistentes operacionais, o que permitiu obter uma compreensão abrangente, detalhada e multidimensional da realidade institucional analisada.

A relevância do tema escolhido é evidenciada em dois principais contextos: o académico e o prático. Academicamente, o estudo contribui para a ampliação do conhecimento sobre as estratégias de inclusão social dos idosos, proporcionando uma base teórica e empírica que pode orientar futuras pesquisas e o desenvolvimento de medidas e estratégias governamentais voltadas para a formulação de políticas sociais inclusivas. A nível prático, os dados e análises apresentados fornecem resultados concretos para a melhoria dos serviços prestados pela IPSS, apontando caminhos para o aperfeiçoamento das práticas profissionais, a otimização da gestão dos recursos disponíveis e a definição de estratégias eficazes de resposta às necessidades e expectativas da população idosa.

Neste sentido, a análise dos dados recolhidos evidencia que a IPSS em estudo oferece uma gama diversificada de atividades, com forte potencial de impacto positivo na qualidade de vida das pessoas idosas. Estas atividades, de natureza educacional, terapêutica, cultural, intergeracional e de integração social, têm como principal objetivo promover a autonomia dos utentes, o desenvolvimento de competências pessoais e sociais e o seu envolvimento ativo na vida comunitária, em consonância com as perspetivas de Gómez et al. (2007) e Costa et al. (2017) sobre o papel das IPSS no fortalecimento da coesão social e no desenvolvimento comunitário.

Ao proporcionar um conjunto de iniciativas estruturadas, a instituição não apenas garante o acesso a momentos de lazer e convívio, mas também cria oportunidades para que a população idosa se mantenha cognitivamente estimulada, fisicamente ativa e emocionalmente valorizada. O impacto destas ações vai além da esfera individual, repercutindo-se no contexto social mais alargado, uma vez que os idosos deixam de ser vistos apenas como destinatários de cuidados e passam a assumir um papel ativo e contributivo na esfera comunitária.

Algumas destas atividades assumem ainda um carácter intergeracional, promovendo o encontro, o diálogo e a partilha de experiências entre diferentes faixas etárias. Esta dimensão mostra-se particularmente relevante, pois permite a troca de saberes,

experiências e valores, ao mesmo tempo em que promove e fortalece a formação de uma sociedade fundamentada na cooperação e no respeito entre todos (Lousada, 2023).

Relativamente ao corpo técnico da Instituição Particular de Solidariedade Social em análise, verifica-se a existência de uma equipa multidisciplinar configura-se como um fator diferenciador e essencial para a qualidade da resposta social prestada. A experiência acumulada dos profissionais, aliada ao seu compromisso e forte sentido ético, garante uma intervenção orientada para a centralidade da pessoa idosa. Esta abordagem personalizada traduz-se na valorização da individualidade, da dignidade, do respeito e da autonomia, princípios fundamentais numa sociedade cada vez mais envelhecida, em que as necessidades específicas desta população exigem atenção redobrada.

Todavia, a análise permitiu identificar algumas fragilidades que, embora não comprometam a qualidade atual dos serviços, representam desafios estratégicos para o futuro da instituição. Entre estas, destaca-se a necessidade de investir na formação contínua dos profissionais, garantindo que estes possam atualizar-se face às transformações sociais, demográficas e tecnológicas que impactam a prestação de cuidados.

Como sublinha Sales et al. (2014), “a aprendizagem ao longo da vida é imprescindível para o desenvolvimento de competências sociais que, neste contexto, se tornam essenciais para responder com eficácia e sensibilidade às diferentes situações vividas pela população idosa” (p. XX).

Paralelamente, evidencia-se a importância de atualizar as práticas metodológicas, não apenas para integrar novas abordagens pedagógicas e terapêuticas, mas também para assegurar uma intervenção mais participativa. Este investimento deve ser complementado com o fortalecimento do trabalho em rede, numa lógica colaborativa e integrada.

Em termos estruturais, a Instituição Particular de Solidariedade Social estudada depende, em grande medida, de um contrato-programa celebrado com o Instituto da Segurança Social, o qual constitui a principal fonte de financiamento da instituição e garante a manutenção dos seus serviços, atividades e da sua estrutura operacional. No entanto, verificou-se que, apesar desse apoio, a sustentabilidade financeira continua a representar um dos principais desafios enfrentados pela instituição. A limitação de recursos materiais e financeiros compromete a eficácia na resposta às crescentes exigências da população idosa e obriga a Instituição Particular de Solidariedade Social a gerir com rigor e assertividade os recursos disponíveis, corroborando Gouveia (2009, citado por Almeida,

2015), para quem o desenvolvimento comunitário exige a participação ativa da população e o aproveitamento máximo dos recursos locais.

A ampliação e diversificação das fontes de financiamento, nomeadamente através da celebração de parcerias externas e da candidatura a programas de apoio público e comunitário, revela-se uma estratégia essencial para garantir a viabilidade e o desenvolvimento sustentável da instituição.

Neste sentido, autores como Lacerda (2012) e Costa et al. (2017) sublinham que a cooperação entre IPSS e o Estado é crucial para otimizar recursos, expandir serviços e fomentar benefícios não só para os utentes diretos, mas também para o desenvolvimento local.

Assim, ao potenciar parcerias com entidades públicas e privadas, a Instituição Particular de Solidariedade Social expande a sua capacidade de resposta e contribui para a construção de uma rede comunitária mais sólida e equitativa.

Entre os desafios mais relevantes identificados ao longo desta investigação, destacam-se a já referida carência de recursos materiais e financeiros, a resistência de utentes em participar nas atividades propostas, por vezes motivada por fatores emocionais, os problemas de mobilidade e transporte, que dificultam a adesão dos idosos às atividades, a necessidade de formação contínua dos profissionais para responder adequadamente às novas exigências da prática social e, finalmente, a necessidade de ampliar a oferta de atividades e serviços por meio do estabelecimento de novas parcerias com entidades externas, públicas e privadas.

De acordo com isto, os resultados obtidos nesta dissertação evidenciam a necessidade de políticas públicas mais robustas e integradas, que valorizem e fortaleçam a capacidade das IPSS de atuar como protagonistas estratégicos da inclusão social das pessoas idosas. Essa necessidade alinha-se com iniciativas já existentes, como a Rede Global de Cidades Amigas das Pessoas Idosas e o Plano de Ação 2023-2026, que incentivam a saúde, a autonomia e a aprendizagem contínua, reforçando uma abordagem inclusiva no apoio a esta população.

Nesse enquadramento, importa destacar que o envelhecimento, enquanto fenómeno inevitável e transversal à condição humana, não deve ser entendido como um processo de simples declínio, mas como uma etapa de continuidade. É neste período que se consolidam experiências, valores e contributos sociais de elevada relevância.

As diversas abordagens teóricas, aliadas às orientações da Organização Mundial da Saúde (2005) e da Organização das Nações Unidas (2005), assim como com os instrumentos contemporâneos de planeamento político, sublinham a urgência de uma perspetiva integrada que articule saúde, autonomia, independência, qualidade de vida e participação ativa.

A valorização destas dimensões permite compreender o envelhecimento ativo como um processo que ultrapassa a esfera individual e se projeta na esfera coletiva, promovendo sociedades mais inclusivas, solidárias e intergeracionais. Assim, longe de constituir apenas um desafio demográfico, o envelhecimento deve ser concebido como uma oportunidade de desenvolvimento humano e social, capaz de fortalecer os princípios de dignidade, equidade e coesão comunitária.

Neste seguimento, uma das recomendações desta investigação consiste na realização de um levantamento mais amplo e sistemático das IPSS na Região Autónoma da Madeira, de forma a mapear de maneira mais detalhada as práticas, os desafios e as necessidades destas instituições, possibilitando, posteriormente a expansão do estudo à Região Autónoma dos Açores, permitindo estabelecer uma comparação entre os dois contextos insulares e propor estratégias de intervenção ajustadas às especificidades territoriais e socioculturais de cada Região.

Em suma, esta investigação evidencia que as IPSS assumem um papel estruturante na construção de uma sociedade mais inclusiva, solidária e humanizada, onde os idosos não são apenas cuidados, mas também reconhecidos como cidadãos com direitos, saberes e capacidades. A valorização da sua experiência de vida, o estímulo à sua participação ativa e a criação de ambientes acolhedores e respeitadores são condições indispensáveis para assegurar um envelhecimento com dignidade, autonomia e bem-estar. O fortalecimento das IPSS, seja através de apoio institucional, financiamento adequado, formação profissional e parcerias estratégicas, é, portanto, uma condição essencial para garantir que todos os idosos, independentemente da sua condição socioeconómica, possam usufruir de uma vida plena, integrada e valorizada na comunidade onde vivem.

Referências

- Almeida, A. L. F. (2015). *Perceção do contributo das instituições da economia social no desenvolvimento social local: Um estudo de caso das IPSS do distrito de Bragança* [Dissertação de Mestrado em Economia Social, Universidade do Minho]. Repositório da Universidade do Minho. <https://hdl.handle.net/1822/36906>
- Agostinho, A. M. D. O. A. B. (2015). *O contributo do Estudo do Meio para uma abordagem integrada do currículo no 1.º ciclo do ensino básico* [Dissertação de Mestrado em Educação Pré-Escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico, Instituto de Educação e Ciências]. Repositório do Instituto de Educação e Ciências. <http://hdl.handle.net/10400.26/8689>
- Alves, P., Anes, E., Sousa, F, Rodrigues, C., & Teixeira, C. (2016). *Conceção dos idosos em relação à pessoa idosa. "Novas Abordagens no Cuidar"*. <http://hdl.handle.net/10198/16476>
- Alves, P. M. P. (2021). *O regime jurídico das instituições particulares de solidariedade social: Contributo para o estudo de alguns dos aspetos do seu estatuto jurídico* [Tese de Doutoramento em Direito Público, Universidade de Coimbra]. Repositório da Universidade de Coimbra. <https://hdl.handle.net/10316/102800>
- Barbosa, A. M. D. S. F. V. A. (2012). *A relação e a comunicação interpessoais entre o supervisor pedagógico e o aluno estagiário* [Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação, Escola Superior João de Deus]. Repositório Comum. <http://hdl.handle.net/10400.26/2472>
- Bento, V. A. (2013). *Triangulação na investigação qualitativa*. <https://et-al.pt/2013/09/29/triangulacao-na-investigacao-qualitativa>
- Bandeira, A. M. A., Ornelas, T., Meira, D., & Azevedo, G. (2020). Transparency of private institutions of social solidarity in the Autonomous Region of Madeira: Empirical study. *E3 – Revista de Economia, Empresas e Empreendedores na CPLP*, 6(1), 25–39. <https://doi.org/10.29073/e3.v6i1.257>
- Brito, A. R. C. (2021). *A tendência da desglobalização e o seu impacto: O caso português* [Dissertação de Mestrado em Ciências Empresariais, Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/23771>

- Caramelo, J. (2009). *Educação e desenvolvimento comunitário num processo de transição autogestionário* [Tese de Doutoramento em Ciências da Educação, Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/22341>
- Correia, J. A. H. (2011). *Os Sistemas de Financiamento das IPSS e a sua Relação com o Estado Providência em Portugal* [Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em Economia, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório do Iscte. <http://hdl.handle.net/10071/7659>
- Câmara, R. H. (2013). Análise de conteúdo: Da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. *Revista Interinstitucional de Psicologia*, 6(2), 179–191. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202013000200003
- Cardoso, J. (2013). Assistência, ação social e municípios: Apontamentos históricos e desafios atuais. *Revista Lusíada*, 1(41), 121–140. <https://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/is/article/view/1200/1311>
- Costa, L. M. P. (2013). *Vivências do processo supervisivo em incidentes críticos: Um olhar dos estudantes de enfermagem* [Dissertação de Mestrado em Enfermagem, Escola Superior de Enfermagem de Coimbra]. Repositório Científico da Escola Superior de Enfermagem de Coimbra. <https://repositorio.esenfc.pt/rc/>
- Carvalho, N. M. D. O. (2016). *A importância da realização de atividades no processo do envelhecimento ativo de idosos institucionalizados* [Dissertação de Mestrado em Serviço Social, Universidade Católica Portuguesa]. Repositório da Universidade Católica Portuguesa. <http://hdl.handle.net/10400.14/20844>
- Costa, A. S. D., Ribeiro, A., Varela, A., Alves, E. M., Regateiro, F., Elias, I., Porfírio, A., Miguel, J. P., Lopes, M., Oliveira, M., Festas, N., & Ferreira, P. S. (2017). *Estratégia nacional para o envelhecimento ativo e saudável 2017-2025: Proposta do grupo de trabalho interministerial*. <http://www.arsalentejo.min-saude.pt/arsalentejo/Noticias/Documents/Estratégia%20Nacional%20para%20o%20Envelhecimento%20Ativo%20e%20Saudável%202017-2025.pdf>
- Cárdenas, A. R., da Costa, T., Alperstedt, G. D., & Feuerschütte, S. G. (2018). O uso da triangulação em teses e dissertações de programas de pós-graduação em

- administração no Brasil. *Administração: Ensino e Pesquisa*, 19(2), 243–276.
<https://doi.org/10.13058/raep.2018.v19n2.853>
- Camilo, E. F. A. G. (2020). *Brincar para aprender e crescer em educação de infância* [Relatório de Projeto de Mestrado em Educação Pré-Escolar, Instituto Politécnico de Setúbal]. Repositório do Instituto Politécnico de Setúbal.
<http://hdl.handle.net/10400.26/34602>
- Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro. Diário da República n.º 46/1983, Série I.
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/119-1983-311401>
- Dias, C. M. (2009). Olhar com olhos de ver. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 43(1), 175–188. https://doi.org/10.14195/1647-8614_43-1_9
- Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro. Diário da República n.º 221/2014, Série I (Suplemento). <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/172-a-2014-58900566>
- Decreto Legislativo Regional n.º 11/2015/M, de 18 de dezembro. Diário da República n.º 247/2015, Série I. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-legislativo-regional/11-2015-72927557>
- Dias, P. A. B. (2022). *Literacia, resiliência e bem-estar financeiro nos estudantes do ensino superior* [Dissertação de Mestrado em Gestão de Empresas, Instituto Superior de Administração e Gestão]. Repositório Comum.
<https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/40957>
- DREM. (2023). *Estatísticas demográficas da Região Autónoma da Madeira 2022*.
<https://estatistica.madeira.gov.pt/download-now/social/popcondsoc-pt/demografia-pt/demografia-noticias-pt/4202-27-10-2023-drem-divulga-a-publicacao-estatisticas-demograficas-da-regiao-autonoma-da-madeira-2022-e-atualiza-a-serie-retrospectiva-da-demografia.html>
- Esteves, T. A. (2019). *Os idosos e a inclusão social: estudo do grau de sensibilização da população às campanhas de apoio aos idosos* [Dissertação de Mestrado em Economia Social, Universidade do Minho] Repositório da Universidade do Minho. <https://hdl.handle.net/1822/64132>
- European Commission. (2023). *The impact of demographic change in a changing environment*. https://commission.europa.eu/system/files/2023-01/Demography_report_2022_0.pdf

- Freire, P. (1996). *Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa*. <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Pedagogia-da-Autonomia-Paulo-Freire.pdf>
- Félix, J. R. P. (2015). *Educação e desenvolvimento comunitário local: Relato de uma experiência em Espanha* [Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação, Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/23438>
- Figueira, P. A. D. C. (2016). *Incentivos e benefícios fiscais nas IPSS: Caso de estudo LAAC* [Dissertação de Mestrado em Contabilidade, Universidade de Aveiro]. Repositório da Universidade de Aveiro. <http://hdl.handle.net/10773/17620>
- Freitas, D. E. N. (2023). *A importância das IPSS para o desenvolvimento local: A percepção dos diretores sobre a inclusão e o envelhecimento ativo* [Dissertação de Mestrado em Economia Social, Universidade do Minho]. Repositório da Universidade do Minho. <https://hdl.handle.net/1822/87397>
- Guimarães, D. M. (2006). *A metodologia das ciências sociais sob uma perspetiva integradora: Uma nova abordagem das vertentes qualitativas e quantitativas* [Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal de Minas Gerais]. Repositório da Universidade Federal de Minas Gerais. <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/47339>
- Gómez, C. A. J., Freitas, D. P. M. O., & Callejas, V. G. (2007). *Educação e desenvolvimento comunitário local: Perspetivas pedagógicas e sociais da sustentabilidade*. Profedições.
- Gabinete de Estratégia e Planeamento. (2010). *Carta social – rede de serviços e equipamentos* 2010. <https://www.cartasocial.pt/documents/10182/13834/csosocial2010.pdf/0621364f-ced0-48a6-aca6-848c12dfb16b>
- Gouveia, A., Rodrigues, G., & Freitas, A. G. (2010). *Estatísticas demográficas da Região Autónoma da Madeira 2010*. <https://estatistica.madeira.gov.pt/download-now/social/popcondsoc-pt/demografia-pt/demografia-publicacoes-pt/send/36-demografia-publicacoes/576-pdf-demografia-2010.html>
- Guerra, E. L. D. A. (2014). *Manual de pesquisa qualitativa*. <https://docente.ifsc.edu.br/luciane.oliveira/MaterialDidatico/Pós%20Gestão%20E>

[scolar/Legislação%20e%20Políticas%20Públicas/Manual%20de%20Pesquisa%20Qualitativa.pdf](#)

Galvão, M. C. B., Pluye, P., & Ricarte, I. L. M. (2017). Métodos de pesquisa mistos e revisões de literatura mistas: Conceitos, construção e critérios de avaliação. *Revista de Gestão e Avaliação Educacional*, 8(2), 4–24. <https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v8i2p4-24>

Gabinete de Estratégia e Planeamento. (2023). *Carta social – rede de serviços e equipamentos: Relatório* 2023. <https://www.cartasocial.pt/documents/10182/13834/Carta+Social+-+Relatório+2023.pdf/719607bd-9f1a-4373-b39d-15c2d8813d99>

Ilhéu, J. R. (2016). Ética na investigação social. *Revista de Desenvolvimento e Sociedade*, 1(1), 7–29. https://revistas.uevora.pt/index.php/desenvolvimento_sociedade/article/download/159/197

Instituto Nacional de Estatística. (2024). *Índice de envelhecimento por local de residência*. https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrC od=0004165&xlang=pt&contexto=bd&selTab=tab2

Lei n.º 17/2000, de 8 de agosto. Diário da República n.º 182/2000, Série I-A. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/17-2000-336156>

Lei n.º 30/2013, de 8 de maio. Diário da República n.º 88/2013, Série I. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/30-2013-260892>

Lopes, N. D. M. M. D. (2019). *Metodologia tradicional de ensino, Metodologia ativa de aprendizagem, Processo de ensino-aprendizagem* [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Rio Grande do Norte]. Repositório da UFRN. <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/41864>

Lima, J. P. R. D. (2019). *Estudo de caso*. Scribd. <https://pt.scribd.com/document/588172232/Estudo-de-Caso-Lima-2020>

Lima, M. (2020). *Empowerment: Uma estratégia de desenvolvimento comunitário em meio rural – O caso de S. Sebastião da Giesteira* [Dissertação de Mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária, Instituto Politécnico de Santarém]. Repositório do Instituto Politécnico de Santarém.

https://repositorio.ipsantarem.pt/bitstream/10400.15/3341/1/Dissertação%20Márcia%20Lima_MESIC%20-%20PDF.pdf

- Lousada, S. M. M. (2023). *A importância das Instituições Particulares De Solidariedade Social no Desenvolvimento Comunitário no distrito de Leiria* [Dissertação de Mestrado em Direção e Gestão das Organizações de Intervenção Social, Politécnico de Leiria]. Repositório Politécnico de Leiria. <http://hdl.handle.net/10400.8/9521>
- Moniz, J. B. (2014). Igreja Católica e caridade em Portugal: Do múnus bíblico de ajudar o outro à sua indispensabilidade no século XXI. *Revista Brasileira de História das Religiões*, 7(19), 223–256. <https://doi.org/10.4025/rbhranpuh.v7i19.23790>
- Maciel., M. T. (2015). *Reflexões Sociológicas E Jurídicas Sobre A Inclusão Social* [Dissertação de mestrado em Direitos Fundamentais, no âmbito do curso de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa]. Repositório Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10451/26129>
- Mota, A. E. P. D. (2019). *As IPSS e a inclusão social: A sua contribuição para a inclusão da população sénior: Caso prático Associação Gerações* [Relatório de Estágio de Mestrado em Economia Social, Universidade do Minho]. Repositório da Universidade do Minho. <https://hdl.handle.net/1822/64563>
- Maior, C. S. P. S. (2020). *Longevidade, Políticas Sociais e Proteção de Pessoas Idosas: Um Estudo Exploratório sobre Comissões de Proteção e Promoção dos Direitos dos Idosos* [Dissertação de Mestrado em Gerontologia Social, Instituto Politécnico de Viana do Castelo]. Repositório Instituto Politécnico de Viana do Castelo. <http://hdl.handle.net/20.500.11960/2428>
- Nosella, P. (2008). Ética e pesquisa. *Educação & Sociedade*, 29(102), 255–273. <https://www.scielo.br/j/es/a/9HTpY96qdgMhfhYsWsnBQh/?lang=pt>
- Novais, A. S. F. E. (2021). *Parcerias e Inovação: Um Estudo empírico aplicado às Organizações da Economia Social*. [Dissertação de Mestrado em Administração Pública Área de especialização em Gestão Pública e Políticas Públicas, Universidade do Minho]. Repositório Universidade do Minho. <https://hdl.handle.net/1822/72086>

- Oliveira, M. C., Ponte, V. M. R., & Barbosa, J. V. B. (2006). Metodologias de pesquisa adotadas nos estudos sobre balanced scorecard. *Anais do Congresso Brasileiro de Custos – ABC*. <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/1701>
- Ornelas, T. I. M. D. (2018). *Transparência das IPSS na Região Autónoma da Madeira: Estudo empírico* [Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Finanças, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto]. Repositório ISCAP. <http://hdl.handle.net/10400.22/13192>
- Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). (2023) Guia dos programas nacionais de cidades e comunidades amigas das pessoas idosas. Disponível em: <https://doi.org/10.37774/9789275727928>
- Pinto, P. C. A. (2009). *Bem-estar no trabalho: Um estudo com assistentes sociais* [Dissertação de Mestrado em Serviço Social, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório Iscte. <http://hdl.handle.net/10071/2109>
- Pinheiro, F. A. (2014). *Índice de desempenho das cidades amigas do idoso: proposta de modelo* [Tese submetida para a obtenção do grau de Doutor em Segurança e Saúde Ocupacionais, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/84689/2/32935.pdf>
- Parrinha, V. A. (2018). *As IPSS e a sua relação com as políticas públicas na provisão de bem-estar social: O caso do Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Luz – Lar da Sagrada Família* [Dissertação de Mestrado em Economia e Políticas Públicas, Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10400.5/17301>
- Páscoa, G. M. G., & Gil, H. M. P. T. (2019). As universidades seniores e o envelhecimento ativo: os impactos junto das pessoas idosas em Portugal. *Revista Kairós-Gerontologia*, 22(1), 41-58. <https://doi.org/10.23925/2176-901X.2019v22i1p41-58>
- Pereira, J. M. D. S. (2020). *O Impacto das atividades lúdicas e criativas na saúde psicológica e global nos idosos: Um Estudo Retrospetivo* [Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde, Universidade Fernando Pessoa]. Repositório da Universidade Fernando Pessoa. <http://hdl.handle.net/10284/8694>
- Pordata. (2024). *Índice de envelhecimento na Europa*. <https://www.pordata.pt/pt/documentos->

[indicadores?f%5B0%5D=document_sub_temas%3A643&f%5B1%5D=document_theme%3A275](#)

- Queiroz, M. D. F. (2012). *Formação profissional e qualidade nas IPSS (s) um estudo comparativo*. [Dissertação de Mestrado em Formação de Adultos e Desenvolvimento Local, Instituto Politécnico de Portalegre]. Repositório Comum. <http://hdl.handle.net/10400.26/15472>
- Rocha, A. M. P. D. (2013). *Envelhecimento Ativo e Redes de Suporte Social em Idosos Portugueses* [Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Psicologia, Especialização em Psicologia Clínica e da Saúde, Universidade Católica Portuguesa]. Repositório Universidade Católica Portuguesa. <http://hdl.handle.net/10400.14/17088>
- Rodrigues, L. (2023). Ética e a investigação científica. *Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem-Estar (RECH)*, 7(2), 126–139. <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/rech/article/view/12890>
- Rodrigues, H. A. (2024). *O Trabalho Em Rede E A Importância Da Comunicação Nas Organizações Sociais* [Dissertação defendida em provas públicas para obtenção do Grau de Mestre no Curso de Mestrado em Serviço Social, Universidade Lusófona]. Repositório Universidade Lusófona <http://hdl.handle.net/10437/15129>
- Reis, F. L. D., & Veiga, V. M. L. (2023). Sustentabilidade económico-financeira das instituições particulares de solidariedade social: Paralisia cerebral. *Revista Temas Sociais*, 4, 190–213. https://doi.org/10.53809/TS_ISS_2023_n.4_190-213
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 14/2024, de 12 de janeiro. *Diário da República, Série I*, n.º 9/2024. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/14-2024-836495389>
- Sousa, R. M. V. D. (2009). *Envelhecimento da população portuguesa: Algumas decorrências económicas* [Dissertação de Mestrado em Ciências Económicas, Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior de Economia e Gestão]. Repositório da Universidade Técnica de Lisboa. <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/1728>
- Siquelli, S. A. (2011). *Aspectos éticos em dissertações e teses do PPGE/UFSCar à luz da Resolução CNS 196/96* [Tese de Doutoramento em Educação, Universidade Federal de São Carlos]. Repositório Institucional da UFSCar.

<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2273>

Sousa, S. M. T. R. D. (2013). *Participação dos idosos nas atividades de desenvolvimento pessoal*. [Relatório de estágio para a obtenção de grau de mestre em Gerontologia Social, Instituto Superior de Serviço Social do Porto]. Repositório Comum. <http://hdl.handle.net/10400.26/6252>

Sousa, S. (2012). *As instituições particulares de solidariedade social num contexto de crise económica*. Federação das Entidades de Apoio. <https://www.fea.pt/fileadmin/Recursos/Documentos/30a83a6e1c7495224ffff10a4287448101c88047.pdf>

Sousa, S. M. T. R. D. (2013). *Participação dos idosos nas atividades de desenvolvimento pessoal* [Relatório de estágio apresentado para à obtenção de grau de mestre em Gerontologia Social, Instituto Superior de Serviço Social do Porto]. Repositório Comum. <http://hdl.handle.net/10400.26/6252>

Sales, M. B., Mazzali, B. R., Amaral, M. A., Rocha, R. G. O., & Brito, R. (2014). Inclusão digital de pessoas idosas: relato de experiências de utilização de software educativo. *Revista Kairós-Gerontologia*, 17(4), 63–81.

<https://doi.org/10.23925/2176-901X.2014v17i4p63-81>

Silva, A. R. M. D. (2015). *Integração e Inclusão em Creche e Jardim de Infância* [Relatório do Projeto de Investigação Mestrado em Educação Pré-Escolar Escola Superior de Educação. Repositório Comum. <http://hdl.handle.net/10400.26/10607>

Silva, A. (2018). *O setor dos serviços e os desafios da segurança social*. Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP).

Sousa, D. C. A. D. (2018). *Atividade física e saúde mental em pessoas idosas institucionalizadas da Beira Interior* [Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde, Universidade da Beira Interior]. Repositório UBI. https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/9738/1/6647_14289.pdf

Silveira, T. S. D. (2020). *O apoio social para a qualidade de vida da pessoa idosa* [Dissertação de Mestrado em Psicologia, Universidade do Porto]. Repositório da Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/130917/2/433779.pdf>

- Salgado, B. M. (2020). *O impacto da prática de atividades artísticas na saúde e bem-estar subjetivo de seniores* [Dissertação de mestrado, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório do Iscte. <http://hdl.handle.net/10071/21521>
- Santos, R. J., & Henriques, S. (2021). Inquérito por questionário: Contributos de conceção e utilização em contextos educativos. <https://doi.org/10.34627/3s9s-k971>
- Silva, S. C. L. D. S. (2023). *A importância da formação dos colaboradores de instituições particulares de solidariedade social em Portugal, no cuidado aos mais velhos* [Dissertação de Mestrado em Gerontologia Social Aplicada, Universidade Católica Portuguesa]. Repositório UCP. <http://hdl.handle.net/10400.14/43780>
- Silva, R. M. F. D. (2024). *Envelhecimento Ativo E Respostas Sociais O Papel Do Serviço Social Face Às Novas Exigências* [Dissertação de Mestrado em Serviço Social, Instituto Superior Miguel Torga]. Repositório Instituto Superior Miguel Torga. <https://repositorio.ismt.pt/handle/123456789/1575>
- Tavares, M. S., de Menezes, S. L. S., Rodrigues, C. T., Guimarães, T. T., Dias, L. A., de Moura, P. H., Magalhães, E. M. M., d'Avila, J. da C. P., & Moreno, A. M. (2024). A inserção social do idoso: reflexões sobre a inclusão, saúde e bem-estar. *Cuadernos De Educación Y Desarrollo*, 16(2), e3496. <https://doi.org/10.55905/cuadv16n2-113>
- UIPSS Madeira. (2022). *União das Instituições Particulares de Solidariedade Social da Madeira*. <https://uipssmadeira.pt/sobre-uipssmadeira/>
- Veloso, A. S. T. (2015). *Envelhecimento, Saúde e Satisfação Efeitos do Envelhecimento Ativo na Qualidade de Vida* [Dissertação de Mestrado em Gestão e Economia da Saúde, apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra]. Repositório da Universidade de Coimbra. <https://hdl.handle.net/10316/29711>
- Vilarinho, B. J. (2019). *Capítulo III: Metodologia*. <https://docplayer.com.br/114781109-Capitulo-ii-metodologia.html>
- Yazan, B. (2016). Três abordagens do método de estudo de caso em educação: Yin, Merriam e Stake. *Revista Meta Avaliação*, 8(22), 149–177. <http://dx.doi.org/10.22347/2175-2753v8i2>

Apêndices

Apêndice A: Pedido de autorização para estudo de caso em investigação científica



FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE UM ESTUDO DE CASO
NO ÂMBITO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

Exmo. Senhor Presidente [REDACTED]

[REDACTED]

Carla Patrícia Martins Gonçalves, Professora Auxiliar Convidada no Departamento de Ciências da Educação da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade da Madeira, na qualidade de orientadora de Luana Maria Teixeira Sousa (n.º 2071320), estudante do Mestrado em Educação e Desenvolvimento Comunitário, vem, por este meio, solicitar autorização para a realização de uma investigação científica na Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), [REDACTED]

Esta investigação insere-se na dissertação intitulada "O Papel da Instituição Particular de Solidariedade Social na Promoção da Inclusão Social da População Idosa - Estudo de Caso na Região Autónoma da Madeira", cujo objetivo é analisar detalhadamente o papel da IPSS na inclusão da população idosa.

Na qualidade de orientadora, validei a metodologia de investigação proposta, bem como os instrumentos de recolha de dados. A abordagem metodológica adotada é de natureza mista, integrando os métodos qualitativos e quantitativos para assegurar uma análise abrangente e fundamentada.

Relativamente aos instrumentos de recolha de informação, pretende-se realizar uma entrevista a um membro da direção [REDACTED] inquéritos por questionários aos técnicos superiores, assistentes técnicos e assistentes operacionais da IPSS.

Para maior transparência, disponibiliza-se, em anexo, o guião da entrevista e os formulários dos questionários.

Solicita-se, ainda, a autorização para que a investigadora possa realizar momentos de observação não participante nas instalações da IPSS, duas vezes por semana, sendo que o início da observação ficará sujeito à obtenção dos pareceres necessários. Os horários serão combinados oportunamente com a direção, com uma duração prevista de 2 a 3 horas por visita. A observação não participante e as conversas informais serão direcionadas aos utentes da IPSS, respeitando os seus interesses e garantindo um ambiente confortável. Durante a investigação, serão rigorosamente cumpridas as disposições aplicáveis, incluindo as recomendações da Declaração de Helsínquia, da União Europeia, da Organização Mundial de Saúde, do Regulamento Geral de Proteção de Dados, do Código de Conduta da Universidade da Madeira e da restante legislação aplicável no que respeita a estudos que envolvem seres humanos, animais e/ou dados pessoais.

Funchal e UMa, 28 de janeiro de 2025



The image shows a handwritten signature in blue ink, which appears to be "Paula Patrícia Martins Gonçalves". The signature is written over a circular stamp. The stamp contains the text "UNIVERSIDADE" at the top and "MADEIRA" at the bottom. In the center of the stamp, the word "Orientadora" is written in a smaller font. The signature is written across the stamp, with the word "Orientadora" partially obscured by the ink.

Apêndice B: Consentimento informado, esclarecido e livre para participação em estudos de investigação



Consentimento Informado, Esclarecido e Livre para Participação em estudos de Investigação

Identificação do Investigador: Luana Maria Teixeira Sousa

Título do estudo: O Papel da Instituição Particular de Solidariedade Social na Promoção da Inclusão Social da População Idosa Estudo de caso na Região Autónoma da Madeira

Enquadramento: O envelhecimento populacional tem sido uma realidade crescente, impulsionada pelo aumento da longevidade e pela redução das taxas de natalidade. Esse cenário impõe desafios sociais e estruturais, como a necessidade de cuidados específicos, o combate ao isolamento social e a criação de políticas e iniciativas que garantam a inclusão da população idosa na sociedade. As Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) assumem um papel fundamental nesse contexto, desenvolvendo programas e serviços que promovem o bem-estar e a participação ativa dos idosos na comunidade. Essas instituições oferecem diversas iniciativas, como centros recreativos, serviços de apoio domiciliário e projetos intergeracionais, que visam fortalecer os laços comunitários e reduzir o isolamento social. A inclusão social dos idosos traz benefícios tanto individuais, como a melhoria do bem-estar psicológico e emocional, quanto coletivos, ao valorizar o conhecimento e a experiência dessa população.

Explicação do estudo: O objetivo deste estudo é analisar o papel da Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) na promoção da inclusão social dos idosos. Para alcançar esse objetivo, será utilizada uma abordagem de recolha de dados de natureza mista, envolvendo questionários, entrevistas, observações não participantes e conversas informais. A recolha de dados será realizada por meio de três estratégias principais. Primeiramente, será conduzida uma entrevista a um membro da direção da IPSS em análise. As entrevistas serão realizadas em ambiente profissional, com duração estimada de 45 minutos cada, e gravadas em formato de áudio. As gravações serão destruídas após a análise dos dados, no prazo máximo de 9 meses. Em segundo lugar, será aplicado um questionário online com perguntas mistas (abertas e fechadas) aos técnicos superiores, assistentes técnicos e assistentes operacionais da IPSS. Este questionário será administrado via plataforma Microsoft Forms e tem como objetivo recolher dados quantitativos e qualitativos, permitindo avaliar perceções, experiências e opiniões dos profissionais que atuam diretamente na instituição. A duração do preenchimento do questionário será de aproximadamente 10 minutos. Por fim, serão realizadas conversas informais com os idosos nas instalações da IPSS, acompanhadas de observações não participantes. Essas conversas e observações não participantes ocorrerão duas vezes por semana (terças e quartas-feiras), com duração de 2 a 3 horas por sessão, durante um período de 2 meses. Os dados recolhidos serão destruídos

aproximadamente 9 meses após a transcrição das entrevistas, análise dos questionários e conclusão da investigação.

Condições e financiamento: Não há pagamentos de deslocação ou contrapartidas, sendo que é a própria investigadora quem financia o estudo. A participação neste estudo é de caráter voluntário, havendo a ausência de prejuízos, assistenciais ou outros. Este estudo obteve parecer favorável da Comissão de Ética da Universidade da Madeira.

Anonimato e confidencialidade: O inquérito por questionário dirigido aos técnicos superiores, assistentes técnicos e assistentes operacionais da IPSS será realizado através da plataforma Microsoft Forms. Os dados recolhidos serão armazenados com segurança no computador pessoal da investigadora e usados exclusivamente para fins científicos. Quanto ao membro da direção da IPSS em análise, os dados também serão armazenados e utilizados com a mesma finalidade, em conformidade com o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD). No caso das conversas informais com os idosos da IPSS e das observações não participantes, as informações serão registadas em notas de campo e posteriormente codificadas para garantir o anonimato dos participantes. Esses dados também serão armazenados com segurança no computador da investigadora e utilizados exclusivamente para fins científicos. Além disso, serão adotados códigos alfanuméricos para identificar os participantes de forma a preservar a confidencialidade das suas respostas. Os participantes serão informados de forma clara sobre os procedimentos adotados para garantir a segurança dos dados, assegurando que nenhuma informação seja divulgada sem o seu consentimento explícito. A confidencialidade dos dados será garantida pelo cumprimento rigoroso das normas éticas e legais aplicáveis, incluindo as diretrizes da Declaração de Helsínquia, as recomendações da União Europeia e da Organização Mundial de Saúde, bem como o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD). Serão seguidas ainda as normas do Código de Conduta da Universidade da Madeira e da legislação vigente, assegurando que os dados estejam protegidos contra acessos não autorizados e sejam utilizados exclusivamente para a investigação. O anonimato dos participantes será assegurado através da adoção de estratégias que impedem a sua identificação a partir dos dados recolhidos. Não serão registadas informações pessoais identificáveis, e serão usados códigos alfanuméricos. Na apresentação e análise dos resultados, os dados serão tratados de forma agregada, de modo a garantir que nenhuma identidade seja revelada, direta ou indiretamente. Além disso, durante as entrevistas, será utilizado um programa de distorção de voz para minimizar a identificação dos participantes.

Por favor, leia com atenção esta informação. Se achar que algo está incorreto ou que não está claro, não hesite em solicitar mais informações.

Se concorda com a proposta que lhe foi feita, queira assinar este documento.

Assinatura de quem pede consentimento: _____

Declaração de Consentimento do Participante

Eu, _____
declaro ter lido e compreendido este documento, bem como as informações verbais que me foram fornecidas pela/s pessoa/s que acima assina/m. Foi-me garantida a possibilidade de, em qualquer altura, recusar participar neste estudo sem qualquer tipo de consequências. Desta forma, aceito participar neste estudo e permito a utilização dos dados, que de forma voluntária forneço, confiando em que apenas serão utilizados para fins científicos e publicações que delas decorram e com as garantias de confidencialidade e anonimato que me são dadas pelo/a investigador/a.

Assinatura legível e manuscrita: _____

Data: ___ / ___ / _____

Apêndice C: Consentimento informado, esclarecido e livre dirigidos aos sujeitos participantes idosos



Consentimento Informado, Esclarecido e Livre dirigidos aos sujeitos participantes idosos

Identificação do Investigador: Luana Maria Teixeira Sousa

Título do Estudo: O Papel da Instituição Particular de Solidariedade Social na Promoção da Inclusão Social da População Idosa - Estudo de Caso na Região Autónoma da Madeira

Enquadramento: O envelhecimento populacional tem sido uma realidade crescente, impulsionada pelo aumento da longevidade e pela redução das taxas de natalidade. Esse cenário impõe desafios sociais e estruturais, como a necessidade de cuidados específicos, o combate ao isolamento social e a criação de políticas e iniciativas que garantam a inclusão da população idosa na sociedade. As Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) assumem um papel fundamental nesse contexto, desenvolvendo programas e serviços que promovem o bem-estar e a participação ativa dos idosos na comunidade. Essas instituições oferecem diversas iniciativas, como centros recreativos, serviços de apoio domiciliário e projetos intergeracionais, que visam fortalecer os laços comunitários e reduzir o isolamento social. A inclusão social dos idosos traz benefícios tanto individuais, como a melhoria do bem-estar psicológico e emocional, quanto coletivos, ao valorizar o conhecimento e a experiência dessa população.

Objetivo do Estudo: O objetivo deste estudo é analisar o papel da Instituição Particular de Solidariedade Social na promoção da inclusão social dos idosos. Para alcançar esse objetivo, será utilizada uma abordagem de recolha de dados de natureza mista, envolvendo questionários, entrevistas, observações não participantes e conversas informais. A sua participação é muito valiosa para ajudar a compreender esta realidade e melhorar os serviços prestados a esta população. Deste modo, a sua participação envolve duas atividades principais:

- **Conversas informais** com a investigadora, com o propósito de recolher as suas perceções espontâneas sobre a experiência na IPSS;
- **Observação não participante** das suas atividades quotidianas no âmbito institucional.

Condições e financiamento: Não há pagamentos de deslocação ou contrapartidas, sendo que é a própria investigadora quem financia o estudo. A participação neste estudo é de carácter voluntário, havendo a ausência de prejuízos, assistenciais ou outros. Este estudo obteve parecer favorável da Comissão de Ética da Universidade da Madeira.

Anonimato e confidencialidade: A sua participação neste estudo é totalmente voluntária, podendo desistir a qualquer momento, sem qualquer consequência ou prejuízo. No caso das conversas informais e da observação não participantes com os idosos da IPSS, as informações serão registadas em notas de campo e codificadas, garantindo o anonimato dos participantes. Não serão recolhidos dados pessoais identificáveis, sendo adotados códigos alfanuméricos para preservar a confidencialidade.

Os dados serão armazenados com segurança no computador da investigadora e utilizados exclusivamente para fins científicos. Os participantes serão informados, de forma clara, sobre os procedimentos adotados para assegurar a proteção da informação recolhida, não sendo divulgada qualquer informação sem o seu consentimento explícito. As notas de campo resultantes das conversas informais e da observação não participante serão destruídas aproximadamente nove meses após a conclusão da análise e da investigação. A confidencialidade dos dados será garantida pelo cumprimento rigoroso das normas éticas e legais aplicáveis, incluindo as diretrizes da Declaração de Helsínquia, as recomendações da União Europeia e da Organização Mundial de Saúde, bem como o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD). Serão seguidas ainda as normas do Código de Conduta da Universidade da Madeira e da legislação vigente, assegurando que os dados estejam protegidos contra acessos não autorizados e sejam utilizados exclusivamente para a investigação.

Na apresentação e análise dos resultados, os dados serão tratados de forma agregada, de modo a garantir que nenhuma identidade seja revelada, direta ou indiretamente.

Por favor, leia com atenção esta informação. Se achar que algo está incorreto ou que não está claro, não hesite em solicitar mais informações. Se concorda com a proposta que lhe foi feita, queira assinar este documento.

Assinatura de quem pede consentimento: _____

Declaração de Consentimento do Participante

Eu, _____, declaro ter lido este documento, bem como as informações verbais que me foram fornecidas pela/s pessoa/s que acima assina./m. Foi-me garantida a possibilidade de, em qualquer altura, recusar participar neste estudo sem qualquer tipo de consequências. Desta forma, aceito participar neste estudo e permito a utilização dos dados, que de forma voluntária forneço, confiando em que apenas serão utilizados para fins científicos e publicações que delas decorram e com as garantias de confidencialidade e anonimato que me são dadas pelo/a investigador/a.

Assinatura do Participante: _____

Data: _/_____/

Apêndice D: Consentimento informado, esclarecido e livre dirigidos aos funcionários



Consentimento Informado, Esclarecido e Livre dirigidos aos funcionários

Identificação do Investigador: Luana Maria Teixeira Sousa

Título do Estudo: O Papel da Instituição Particular de Solidariedade Social na Promoção da Inclusão Social da População Idosa - Estudo de Caso na Região Autónoma da Madeira

Enquadramento: O envelhecimento populacional tem sido uma realidade crescente, impulsionada pelo aumento da longevidade e pela redução das taxas de natalidade. Esse cenário impõe desafios sociais e estruturais, como a necessidade de cuidados específicos, o combate ao isolamento social e a criação de políticas e iniciativas que garantam a inclusão da população idosa na sociedade. As Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) assumem um papel fundamental nesse contexto, desenvolvendo programas e serviços que promovem o bem-estar e a participação ativa dos idosos na comunidade. Essas instituições oferecem diversas iniciativas, como centros recreativos, serviços de apoio domiciliário e projetos intergeracionais, que visam fortalecer os laços comunitários e reduzir o isolamento social. A inclusão social dos idosos traz benefícios tanto individuais, como a melhoria do bem-estar psicológico e emocional, quanto coletivos, ao valorizar o conhecimento e a experiência dessa população.

Objetivo do Estudo: O objetivo deste estudo é analisar o papel da Instituição Particular de Solidariedade Social na promoção da inclusão social dos idosos. Para alcançar esse objetivo, será utilizada uma abordagem de recolha de dados de natureza mista, envolvendo questionários, entrevistas, observações não participantes e conversas informais. A sua participação é muito valiosa para ajudar a compreender esta realidade e melhorar os serviços prestados a esta população. Assim, a sua participação neste estudo consistirá, concretamente na:

- **Observação não participante** das suas atividades quotidianas no âmbito institucional.

Condições e financiamento: Não há pagamentos de deslocação ou contrapartidas, sendo que é a própria investigadora quem financia o estudo. A participação neste estudo é de caráter voluntário, havendo a ausência de prejuízos, assistenciais ou outros. Este estudo

obteve parecer favorável da Comissão de Ética da Universidade da Madeira.

Anonimato e confidencialidade: A sua participação neste estudo é totalmente voluntária, podendo desistir a qualquer momento, sem qualquer consequência ou prejuízo. No caso da observação não participante com os funcionários da IPSS, as informações serão registadas em notas de campo e codificadas, garantindo o anonimato dos participantes. Não serão recolhidos dados pessoais identificáveis, sendo adotados códigos alfanuméricos para preservar a confidencialidade.

Os dados serão armazenados com segurança no computador da investigadora e utilizados exclusivamente para fins científicos. Os participantes serão informados, de forma clara, sobre os procedimentos adotados para assegurar a proteção da informação recolhida, não sendo divulgada qualquer informação sem o seu consentimento explícito. As notas de campo resultantes da observação não participante serão destruídas aproximadamente nove meses após a conclusão da análise e da investigação.

A confidencialidade dos dados será garantida pelo cumprimento rigoroso das normas éticas e legais aplicáveis, incluindo as diretrizes da Declaração de Helsínquia, as recomendações da União Europeia e da Organização Mundial de Saúde, bem como o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD). Serão seguidas ainda as normas do Código de Conduta da Universidade da Madeira e da legislação vigente, assegurando que os dados estejam protegidos contra acessos não autorizados e sejam utilizados exclusivamente para a investigação.

Na apresentação e análise dos resultados, os dados serão tratados de forma agregada, de modo a garantir que nenhuma identidade seja revelada, direta ou indiretamente.

Por favor, leia com atenção esta informação. Se achar que algo está incorreto ou que não está claro, não hesite em solicitar mais informações. Se concorda com a proposta que lhe foi feita, queira assinar este documento.

Assinatura de quem pede consentimento: _____



Declaração de Consentimento do Participante

Eu, _____, declaro ter lido este documento, bem como as informações verbais que me foram fornecidas pela/s pessoa/s que acima assina./m. Foi-me garantida a possibilidade de, em qualquer altura, recusar participar neste estudo sem qualquer tipo de consequências. Desta forma, aceito participar neste estudo e permito a utilização dos dados, que de forma voluntária forneço, confiando em que apenas serão utilizados para fins científicos e publicações que delas decorram e com as garantias de confidencialidade e anonimato que me são dadas pelo/a investigador/a.

Assinatura do Participante: _____

Data: __/__/__

Apêndice E: Declaração de consentimento informado (questionário *on-line*)



Declaração de Consentimento Informado (questionário *on-line*)

Se aceitar participar neste estudo por favor assinale no(s) itens abaixo:

- Tenho 18 anos ou mais
- Declaro que li e compreendi as informações que me foram fornecidas, considero-me devidamente esclarecida(o) acerca dos objetivos e das condições de participação voluntária neste estudo, entendo que posso desistir a qualquer momento de participar neste estudo sem qualquer prejuízo e aceito os termos e condições deste estudo.

Nota: *Embora possa ser concedido o acesso ao conteúdo do instrumento de colheita de dados antes de responder às questões, para uma tomada de decisão mais informada, a submissão do questionário só deve ser permitida após o preenchimento dos campos de seleção referentes à declaração de consentimento explícito que podem constar no início.*

Apêndice F: Guião de entrevista semiestruturada a um membro da direção da instituição particular de solidariedade social

Tema: O Papel da Instituição Particular de Solidariedade Social na Promoção da Inclusão Social da População Idosa Estudo de caso na Região Autónoma da Madeira

Objetivos Geral: Analisar o papel da IPSS na promoção da inclusão social dos idosos.

Nota: A entrevista durará no máximo 45 minutos e, a qualquer momento, o participante pode desistir, sendo-lhe garantido o anonimato e a confidencialidade dos dados

Categoria 1: Perfil Profissional/ Pessoal

1. Há quanto tempo desempenha funções na área social e qual foi o motivo que o levou a colaborar na direção desta IPSS?

Categoria 2: Serviços e Atividades

2. Quais são os principais serviços e atividades prestados pela IPSS à população idosa?
3. Que infraestruturas, recursos e tecnologias foram implementados para melhorar a qualidade dos serviços?

Categoria 3: Profissionais na IPSS

4. Quais os critérios utilizados para selecionar profissionais da IPSS, nomeadamente as qualificações, formações e experiências exigidas?
5. De que forma é que os profissionais da IPSS participam na criação de estratégias de inclusão social?
6. Existe formação contínua para os profissionais? Que tipos de programas de formação têm maior impacto no trabalho com a população idosa?

Categoria 4: Financiamento e Desafios

7. Quais são as principais fontes de financiamento da IPSS?
8. Que desafios estruturais enfrentam e como são resolvidos?

Categoria 5: Inclusão Social

9. Como define inclusão social no contexto da IPSS? Pode partilhar um exemplo de projeto de inclusão social desenvolvido no âmbito da população idosa?
10. Quais as políticas sociais que impactam a inclusão da população idosa na IPSS e como elas podem ser melhoradas para aumentar a eficácia local?
11. De que forma é que a colaboração entre a IPSS e a Segurança Social influencia a eficácia dos programas de inclusão social?

Categoria 6: Inovação e Resultados

12. Existem iniciativas específicas para a promoção de atividades educativas, culturais ou de desenvolvimento pessoal para os idosos?
13. Que resultados foram obtidos a partir dessas iniciativas na vida dos idosos e na comunidade?

Categoria 7: Supervisão e Regulação

14. Quais os critérios utilizados para avaliar a eficácia dos serviços da IPSS e que mecanismos de supervisão garantem a qualidade dos mesmos?

Categoria 8: Reflexões Finais e Recomendações

15. Que recomendações daria para fortalecer o impacto e a qualidade das ações da IPSS nos próximos anos?

Apêndice G: Inquérito por questionário dirigido aos assistentes operacionais



No âmbito da dissertação de Mestrado em Educação e Desenvolvimento Comunitário na Universidade da Madeira, este questionário integra um estudo sobre o papel da Instituição Particular de Solidariedade Social na promoção da inclusão social da população idosa. A sua colaboração é essencial para o sucesso desta investigação, pelo que solicito que responda a todas as questões de forma sincera e ponderada. Gostaria de destacar que a sua participação é voluntária, não envolve qualquer compensação financeira e é de extrema importância para este estudo, sendo as suas respostas totalmente confidenciais e anónimas, utilizadas exclusivamente para fins científicos e estatísticos no âmbito desta dissertação. Este inquérito será realizado online, através da plataforma Microsoft Forms, e os dados fornecidos não serão rastreáveis, garantindo que a sua identidade será sempre preservada. Durante toda a investigação, serão rigorosamente cumpridas as disposições éticas e legais aplicáveis, incluindo as diretrizes internacionais como a Declaração de Helsínquia, as recomendações da União Europeia e da Organização Mundial de Saúde, o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), o Código de Conduta da Universidade da Madeira e a restante legislação aplicável a estudos envolvendo seres humanos e dados pessoais. Agradeço, desde já, a sua disponibilidade e o tempo dedicado ao preenchimento deste questionário, pois a sua participação contribuirá para a melhoria contínua dos serviços prestados pela IPSS e para o avanço do conhecimento científico.

Muito obrigada.

CONSENTIMENTO

Se concordar em participar nesta investigação, por favor, assinale com uma X (cruz) os itens abaixo:

- Declaro ter 18 anos ou mais.
- Declaro estar plenamente informado/a sobre os objetivos e as condições da minha participação voluntária nesta investigação.

Declaro que posso retirar-me a qualquer momento, sem qualquer consequência adversa.

Instruções Gerais:

Por favor, leia atentamente cada questão antes de responder. **Selecione apenas uma opção por pergunta, exceto quando indicado o contrário.**

Categoria 1: Caracterização Pessoal / Profissional

1.1. Género (selecione apenas uma opção).

- Masculino
- Feminino
- Outro
- Prefiro não responder

1.2 Idade (selecione apenas uma opção).

- Menos de 25 anos
- 25-34 anos
- 35-44 anos
- 45-54 anos
- 55-64 anos
- 65 anos ou mais

1.3 Qual é o seu nível de escolaridade? (selecione apenas uma opção).

- Ensino Básico
- Ensino Secundário
- Licenciatura
- Pós-Graduação
- Mestrado
- Doutoramento

1.4 Há quanto tempo trabalha nesta IPSS? (selecione apenas uma opção).

- Menos de 1 ano
- 1-3 anos
- 4-7 anos
- 8-10 anos
- Mais de 10 anos

Categoria 2: Rotinas e Cuidado Prestados ao Idosos

2.1 Como avalia as condições de trabalho oferecidas pela IPSS para realizar as suas tarefas com os idosos? (selecione apenas uma opção).

- Excelente
- Muito Bom
- Bom
- Suficiente
- Insuficiente

2.2 Considera que a IPSS possui recursos suficientes (materiais e humanos) para atender às necessidades dos idosos? (selecione apenas uma opção).

- Sempre
- Frequentemente
- Às vezes
- Raramente
- Nunca

2.3 Como avalia o impacto das suas ações (ex.: assistência em atividades, estímulo à interação) na valorização dos idosos? (selecione apenas uma opção).

- Excelente
- Muito Bom
- Bom
- Suficiente
- Insuficiente

2.4 Quais são atividades realizadas no dia a dia que têm maior impacto positivo na vida dos idosos? (Selecione as opções que se apliquem):

- Rotinas de cuidados básicos
- Acompanhamento em atividades recreativas
- Atividades de socialização

Atividades de lazer

Outras especifique: _____

2.5 Como avalia a adequação das instalações da IPSS para atender às necessidades dos idosos? (selecione apenas uma opção).

Excelente

Muito Bom

Bom

Suficiente

Insuficiente

Categoria 3: Inclusão Social dos Idosos

3.1 Com que frequência os pedidos dos idosos são levados em consideração na escolha das atividades? (selecione apenas uma opção).

Sempre

Frequentemente

Às vezes

Raramente

Nunca

3.2 Considera que os serviços e programas da IPSS promovem a participação ativa dos idosos? (selecione apenas uma opção).

Sim

Não

3.3 Qual o grau de envolvimento dos idosos nas atividades propostas pela IPSS? (selecione apenas uma opção).

Muito alto

Alto

Moderado

Baixo

Muito Baixo

3.4 Como avalia o impacto da IPSS na inclusão social dos idosos? (selecione apenas uma opção).

Excelente

Muito Bom

Bom

Suficiente

Insuficiente

Categoria 4: Desafios no Atendimento aos Idosos

4.1 Quais são os maiores desafios que encontra no atendimento diário aos idosos? (Selecione as opções que se apliquem):

Idosos com dificuldade de mobilidade

Falta de colaboração dos idosos em atividades sociais

Falta de recursos materiais adequados

Falta de apoio da família

Dificuldade de comunicação

Outra especifique: _____

4.2 Há algum tipo de apoio que gostaria de receber para enfrentar melhor aos desafios anteriormente referidos? (selecione apenas uma opção).

Mais formação e capacitação

Mais recursos materiais e financeiros

Mais apoio de outros profissionais da IPSS (ex. psicólogos, terapeutas)

Não, com os recursos atuais consigo lidar

Categoria 5: Áreas de Melhoria

5.1 Quais são as ações que podem ser adotadas pela IPSS para melhorar a inclusão social dos idosos, especificamente nas suas rotinas diárias? (Selecione as opções que se apliquem):

Melhorar as condições de infraestrutura (ex. espaços mais acessíveis, zonas de convivência)

Criar mais atividades diversificadas e inclusivas

Melhorar o envolvimento da família nas atividades sociais

Ampliar as parcerias com a comunidade externa

Outra especifique: _____

5.2 Existe algum tipo de suporte adicional (ex. material, psicológico ou de outro tipo) que ajudaria no seu trabalho diário para promover a inclusão dos idosos? (selecione apenas uma opção).

Sim, mais apoio psicológico

Sim, mais formação para lidar com necessidades específicas dos idosos

Sim, mais materiais de apoio para as atividades (ex. livros, jogos, equipamentos)

Não, considero que as condições são suficientes

5.3 Que mudanças sugere nas rotinas diárias de trabalho para melhorar a qualidade de vida e a inclusão social dos idosos na IPSS?

Apêndice H: Inquérito por questionário dirigido aos técnicos superiores



No âmbito da dissertação de Mestrado em Educação e Desenvolvimento Comunitário na Universidade da Madeira, este questionário integra um estudo sobre o papel da Instituição Particular de Solidariedade Social na promoção da inclusão social da população idosa. A sua colaboração é essencial para o sucesso desta investigação, pelo que solicito que responda a todas as questões de forma sincera e ponderada. Gostaria de destacar que a sua participação é voluntária, não envolve qualquer compensação financeira e é de extrema importância para este estudo, sendo as suas respostas totalmente confidenciais e anónimas, utilizadas exclusivamente para fins científicos e estatísticos no âmbito desta dissertação. Este inquérito será realizado online, através da plataforma Microsoft Forms, e os dados fornecidos não serão rastreáveis, garantindo que a sua identidade será sempre preservada. Durante toda a investigação, serão rigorosamente cumpridas as disposições éticas e legais aplicáveis, incluindo as diretrizes internacionais como a Declaração de Helsínquia, as recomendações da União Europeia e da Organização Mundial de Saúde, o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), o Código de Conduta da Universidade da Madeira e a restante legislação aplicável a estudos envolvendo seres humanos e dados pessoais. Agradeço, desde já, a sua disponibilidade e o tempo dedicado ao preenchimento deste questionário, pois a sua participação contribuirá para a melhoria contínua dos serviços prestados pela IPSS e para o avanço do conhecimento científico.

Muito obrigada.

CONSENTIMENTO

Se concordar em participar nesta investigação, por favor, assinale com uma X (cruz) os itens abaixo:

- Declaro ter 18 anos ou mais.
- Declaro estar plenamente informado/a sobre os objetivos e as condições da minha participação voluntária nesta investigação.
- Declaro que posso retirar-me a qualquer momento, sem qualquer consequência adversa.

Instruções Gerais:

Por favor, leia atentamente cada questão antes de responder. **Selecione apenas uma opção por pergunta, exceto quando indicado o contrário.**

Categoria 1: Caraterização Pessoal / Profissional.

1.1. Género (selecione apenas uma opção).

- Masculino
- Feminino
- Outro
- Prefiro não responder

1.2 Idade (selecione apenas uma opção).

- Menos de 25 anos
- 25-34 anos
- 35-44 anos
- 45-54 anos
- 55-64 anos
- 65 anos ou mais

1.3 Qual é o seu nível de escolaridade? (selecione apenas uma opção).

- Ensino Básico
- Ensino Secundário
- Licenciatura
- Pós-Graduação
- Mestrado
- Doutoramento

1.4 Há quanto tempo trabalha nesta IPSS? (selecione apenas uma opção).

- Menos de 1 ano
- 1-3 anos
- 4-7 anos
- 8-10 anos

Mais de 10 anos

1.5 Considera que o seu trabalho está alinhado com as estratégias da IPSS para promover a inclusão social do idoso? (selecione apenas uma opção).

Nada alinhado

Pouco alinhado

Moderadamente alinhado

Bastante alinhado

Totalmente alinhado

1.6 Quais são as principais responsabilidades que tem no planeamento e execução de atividades centradas para inclusão social dos idosos? (Selecione as opções que se aplicam)

Planeamento de atividades

Coordenação de parcerias externas

Acompanhamento e avaliação dos idosos

Envolvimento das famílias

Outro (especifique): _____

1.7 Com que frequência colabora com os outros profissionais ou instituições para promover a inclusão social dos idosos? (selecione apenas uma opção).

Sempre

Frequentemente

Às vezes

Raramente

Nunca

Categoria 2: Estratégias de Inclusão Social na IPSS

2.1 Na sua opinião, a inclusão social é uma prioridade para esta IPSS? (selecione apenas uma opção).

Sempre

Frequentemente

Às vezes

Raramente

Nunca

2.2 Com que frequência revê os planos de ação para garantir que são inclusivos? (selecione apenas uma opção).

Sempre

Frequentemente

Às vezes

Raramente

Nunca

2.3 Com que regularidade os pedidos dos idosos são levados em considerações na escolha das atividades? (selecione apenas uma opção).

Sempre

Frequentemente

Às vezes

Raramente

Nunca

2.4 Quais são os principais fatores que promovem a inclusão social dos idosos na IPSS? (Selecione até 3 opções)

Participação em atividades culturais e recreativas

Acesso a atividades de lazer e cultura

Apoio emocional e psicológico

Envolvimento da família

Serviços de apoio psicológico

Convívio com outras gerações

Acesso a recursos comunitários

2.5 Na sua opinião, quais são os benefícios que os idosos obtêm ao participarem em atividades de inclusão social promovidas pela IPSS? (Selecione as opções que se apliquem):

- Melhoria da saúde emocional e mental
- Redução do isolamento social
- Maior envolvimento familiar
- Sentimento de pertença e inclusão
- Outro (especificar): _____

Categoria 3: Serviços e Programas

3.1 Os serviços e programas oferecidos pela IPSS são eficazes para responder às necessidades dos idosos? (selecione apenas uma opção).

- Muito eficazes
- Eficazes
- Neutro
- Pouco eficazes
- Nada eficazes

3.2 A instituição utiliza nos seus serviços e programas tecnologia ou métodos inovadores para a promover a inclusão social dos idosos? (selecione apenas uma opção).

- Sempre
- Frequentemente
- Às vezes
- Raramente
- Nunca

3.3 Que melhorias podem ser feitas nos serviços e programas oferecidos de forma a promover uma maior inclusão social dos idosos? (Selecione até 3 opções)

- Melhoria na oferta de atividades sociais
- Melhor formação para os colaboradores
- Maior envolvimento das famílias
- Maior integração com a comunidade local
- Mais recursos humanos, financeiros, materiais

3.4 Como avalia a eficácia dos serviços e atividades da IPSS na promoção da inclusão social dos idosos? (selecione apenas uma opção).

- Excelente
- Muito Bom
- Bom
- Suficiente
- Insuficiente

3.5 Em que medida avalia o impacto dos serviços e programas oferecidos aos idosos? (selecione apenas uma opção).

- Muito positivo
- Positivo
- Neutro
- Negativo
- Muito negativo

Categoria 4: Desafios

4.1 Quais são os desafios que enfrenta na promoção de atividades de inclusão social dos idosos? (Selecione até 3 opções)

- Falta de recursos financeiros

Falta de formação para os profissionais

Resistência dos próprios idosos

Insuficiência de atividades adaptadas

Problemas de mobilidade e transporte

4.2 Na sua opinião, a IPSS adota medidas proativas para superar os desafios relacionados à inclusão social? (selecione apenas uma opção).

Sim

Não

Se respondeu sim, dê um exemplo de uma medida eficaz adotada:

Categoria 5: Impacto e Recomendações

5.1 Na sua opinião, qual é o maior impacto das IPSS na vida dos idosos no contexto da inclusão social? Por exemplo, considera que contribuem mais para o combate à solidão, para a promoção da participação ativa na comunidade ou para o reforço dos laços familiares?

5.2 Quais seriam as suas recomendações para fortalecer o papel da IPSS na promoção da inclusão social dos idosos?

Apêndice I: Inquérito por questionário dirigido aos assistentes técnicos



No âmbito da dissertação de Mestrado em Educação e Desenvolvimento Comunitário na Universidade da Madeira, este questionário integra um estudo sobre o papel da Instituição Particular de Solidariedade Social na promoção da inclusão social da população idosa. A sua colaboração é essencial para o sucesso desta investigação, pelo que solicito que responda a todas as questões de forma sincera e ponderada. Gostaria de destacar que a sua participação é voluntária, não envolve qualquer compensação financeira e é de extrema importância para este estudo, sendo as suas respostas totalmente confidenciais e anónimas, utilizadas exclusivamente para fins científicos e estatísticos no âmbito desta dissertação. Este inquérito será realizado online, através da plataforma Microsoft Forms, e os dados fornecidos não serão rastreáveis, garantindo que a sua identidade será sempre preservada. Durante toda a investigação, serão rigorosamente cumpridas as disposições éticas e legais aplicáveis, incluindo as diretrizes internacionais como a Declaração de Helsínquia, as recomendações da União Europeia e da Organização Mundial de Saúde, o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), o Código de Conduta da Universidade da Madeira e a restante legislação aplicável a estudos envolvendo seres humanos e dados pessoais. Agradeço, desde já, a sua disponibilidade e o tempo dedicado ao preenchimento deste questionário, pois a sua participação contribuirá para a melhoria contínua dos serviços prestados pela IPSS e para o avanço do conhecimento científico.

Muito obrigada.

CONSENTIMENTO

Se concordar em participar nesta investigação, por favor, assinale com uma X (cruz) os itens abaixo:

- Declaro ter 18 anos ou mais.
- Declaro estar plenamente informado/a sobre os objetivos e as condições da minha participação voluntária nesta investigação.
- Declaro que posso retirar-me a qualquer momento, sem qualquer consequência adversa.

Instruções Gerais:

Por favor, leia atentamente cada questão antes de responder. **Selecione apenas uma opção por pergunta, exceto quando indicado o contrário.**

Categoria 1: Caracterização Pessoal / Profissional

1.1. Género (selecione apenas uma opção).

- Masculino
- Feminino
- Outro
- Prefiro não responder

1.2 Idade (selecione apenas uma opção).

- Menos de 25 anos
- 25-34 anos
- 35-44 anos
- 45-54 anos
- 55-64 anos
- 65 anos ou mais

1.3 Qual é o seu nível de escolaridade? (selecione apenas uma opção).

- Ensino Básico
- Ensino Secundário
- Licenciatura
- Pós-Graduação
- Mestrado
- Doutoramento

1.4 Há quanto tempo trabalha nesta IPSS? (selecione apenas uma opção).

- Menos de 1 ano
- 1-3 anos
- 4-7 anos
- 8-10 anos

Mais de 10 anos

Categoria 2: Gestão e Apoio Administrativo

2.1 Os serviços administrativos dispõem de ferramentas adequadas para satisfazer as exigências ou necessidades dos idosos? (selecione apenas uma opção).

Sempre

Frequentemente

Às vezes

Raramente

Nunca

2.2 A comunicação entre os membros da equipa administrativa é eficiente na organização de atividades? (selecione apenas uma opção).

Muito eficiente

Eficiente

Neutro

Pouco eficiente

Nada eficiente

2.3 Como avalia o suporte administrativo da IPSS para promover a inclusão social dos idosos? (selecione apenas uma opção).

Excelente

Muito Bom

Bom

Suficiente

Insuficiente

2.4 O sistema de gestão da IPSS permite acompanhar de forma eficiente a participação e o impacto das atividades nos idosos? (selecione apenas uma opção).

Sim

Não

2.5 Considera que a parte administrativa condiciona a realização das atividades? (selecione apenas uma opção).

Sim

Não

Se respondeu sim, refira de que forma restringe: _____

Categoria 3: Papel da IPSS na Inclusão Social dos Idosos

3.1 Na sua opinião, as atividades promovidas pela IPSS contribuem para inclusão social dos idosos? (selecione apenas uma opção).

Sim

Não

Se respondeu sim, diga uma atividade ou iniciativa que, na sua opinião, tem o maior impacto na socialização dos idosos: _____

3.2 O planeamento/organização das atividades tem em consideração as preferências e necessidades dos idosos? (selecione apenas uma opção).

Sempre

Frequentemente

Às vezes

Raramente

Nunca

3.3 Com que frequência os pedidos dos idosos são levados em considerações na escolha das atividades? (selecione apenas uma opção).

Sempre

Frequentemente

Às vezes

Raramente

Nunca

3.4 Considera que a IPSS apresenta recursos suficientes para promover através das atividades e dos serviços a inclusão social dos idosos? (selecione apenas uma opção).

Sim

Não

3.5 De um modo geral, como avalia o papel da IPSS na inclusão social dos idosos? (selecione apenas uma opção).

Excelente

Muito Bom

Bom

Suficiente

Insuficiente

Categoria 4: Desafios e Áreas de Melhoria

4.2 Quais são os desafios que enfrenta na organização e administração das atividades de inclusão social dos idosos? (Selecione até 3 opções):

Falta de recursos financeiros

Falta de formação para os profissionais

Resistência dos próprios idosos

Insuficiência de atividades adaptadas

Problemas de mobilidade e transporte

Outra especifique: _____

4.3 Acredita que uma maior colaboração com outras organizações locais poderia melhorar a inclusão social dos idosos na IPSS? (selecione apenas uma opção).

Sim

Não

4.4 O que poderia ser melhorado no planeamento e organização das atividades para aumentar a inclusão social dos idosos? (Resposta aberta):

**Apêndice J: Análise de conteúdo da entrevista semiestruturada (membro da
direção da IPSS)**

Tabela 18

Análise de conteúdo da entrevista ao membro da direção da IPSS

Categoria	Questões	Unidades Análise de Conteúdo
1.Perfil Profissional/Pessoal	1.1: Há quanto tempo desempenha funções na área social e qual foi o motivo que o levou a colaborar na direção desta IPSS?	<p>“Eu sou licenciada em educação social e desde 2006 que comecei a fazer o meu estágio profissional. Durante um ano estive na área social sempre. Depois tive parada. Tive 2 anos que trabalhei numa outra área relacionada com os recursos humanos e depois voltei em 2010, voltei à área social, até então, portanto, decorrido. São 15 anos”.</p> <p>“Por achar que é um trabalho nobre, que se faz pela população da freguesia e principalmente neste caso pela população mais idosa.”</p>
2.Serviços e Atividades	2.1: Quais são os principais serviços e atividades prestados pela IPSS à população idosa?	<p>“Relativamente, aos principais serviços que esta IPSS presta nós temos a valência de Centro de Dia que é realmente o nosso grande serviço. Mas temos também o Polo de Emprego que tem algumas formações que são feitas numa parceria com a Secretaria de Agricultura, que dão aqueles cursos que são modulares, que qualquer pessoa da freguesia pode inscrever. Neste momento, eu creio que temos as rendas que já estão a terminar, mas já tivemos de cozinhas, já teve doces, arranjos florais e uma série deles. Estas atividades que são feitas em parceria com a Secretaria da Agricultura, são para qualquer pessoa idosa ou não, que seja da freguesia. Há um período em que as pessoas podem inscrever e depois o curso tem uma duração de início, uma data de fim e durante esse tempo pode ser 1 vez por semana ou 2 vezes por semana. Isso depois depende da disponibilidade do formador também”.</p>

	<p>2.2: Que infraestruturas, recursos e tecnologias foram implementados para melhorar a qualidade dos serviços?</p>	<p>“Este edifício ele já existia e servia para outro tipo de serviços, que era também relacionado com a parte de educação. Mas quando passou para a IPSS, foram feitas algumas obras na infraestrutura. Numa primeira fase, foi feita a parte de cima, que é toda esta área de cozinha, tem os escritórios esta parte aqui das salas de convívio, casas de banho. Numa segunda fase, já o centro de dia estava em funcionamento. Já se desenvolviam as atividades cá foi feito um melhoramento da parte de baixo do centro de dia, que tem balneários, tem ginásio e tem uma sala de informática equipada. Portanto, eu acho que em termos de infraestruturas e equipamentos está muito bom. As acessibilidades também acho que são muito boas e acho que em termos de infraestruturas está muito bem equipado.”</p>
<p>3. Profissionais na IPSS</p>	<p>3.1: Quais os critérios utilizados para selecionar profissionais da IPSS, nomeadamente as qualificações, formações e experiências exigidas?</p>	<p>“E assim para o Centro de Dia, que é a valência, que tem realmente maior número de pessoas contratadas existe a legislação que diz que temos de ter pessoas com determinadas funções, e é então obedecendo a essas regras, que vamos fazendo a seleção das pessoas que cá trabalham”.</p>
	<p>3.2: De que forma é que os profissionais da IPSS participam na criação de estratégias de inclusão social?</p>	<p>“Ninguém melhor do que as pessoas que trabalham diariamente com os utentes sabem o que é que eles precisam. Portanto, há um plano de atividades que é feito no início de cada ano e pressupõe-se que esse plano de atividades seja desenvolvido durante o ano. Claro que na área social, com qualquer faixa etária, há sempre e acontece termos de ir adaptando às realidades e ver as respostas que nos vão sendo dadas também pela parte do utente e tentar adequar o plano de atividades o mais possível isto falando no centro de dia, porque depois há outras atividades que são da IPSS que o não são propriamente desenvolvidas aqui no</p>

		<p>espaço, mas que tem a ver com a freguesia, mas não para este público-alvo idoso, mais para os fregueses. Para este público-alvo idoso o simples facto de conseguirmos tirá-los de casa, fazê-los vir até cá passar o dia, e se conseguirmos que ainda participem ativamente nas atividades, isso depois vai depender também da idade e também da forma de ser e de estar de cada um. Mas penso que a inclusão, o simples facto de eles virem até cá, conhecerem novas pessoas, fazerem amizades com essas pessoas. Estamos também a trabalhar em inclusão e depois, para além disso, tem todas as atividades que são feitas, tem atividades ao exterior e tem exposições que são feitas no Centro de dia, que trazem pessoas de fora. Acho que tudo isso vai promovendo a inclusão”.</p>
	<p>3.3: Existe formação contínua para os profissionais? Que tipos de programas de formação têm maior impacto no trabalho com a população idosa?</p>	<p>“Há formação, os funcionários têm formação. Eles têm tido inclusive, uma vez por mês, uns módulos de formações dentro da temática do trabalho sénior que estava previsto agora para estas próximas 3, mas vão ser adiadas por uma questão também da capacidade dos formadores, mas têm tido 1 vez por mês todos os funcionários da IPSS têm formação aqui no espaço. É formação que é oferecida pela entidade neste caso instituição”.</p>
<p>4.Financiamento e Desafios</p>	<p>4.1: Quais são as principais fontes de financiamento da IPSS?</p>	<p>“Esta IPSS é a segurança social aqui o que nos dá um grande financiamento. É feito um plano de atividades que é enviado para a segurança social e todos os meses é feito também um mapa de presenças dos utentes que é enviado para a segurança social e a partir dessas presenças, há um apoio que é dado pelo número de utentes e há um contrato de programa, porque sem o apoio do contrato de programa, não haveria cabimento orçamental para fazer o pagamento dos funcionários e para termos fonte de rendimento do</p>

		<p>dia a dia para as atividades que são necessárias. Mas é um contrato de programa.”</p>
	<p>4.2: Que desafios estruturais enfrentam e como são resolvidos?</p>	<p>“O desafio é realmente os recursos financeiros a área social é uma área um pouco complicada, mas prontos temos este apoio e sem o apoio do contrato programa não seria possível de forma alguma. Relativamente, algum problema relacionado com algum utente, alguma situação em específico é falado em equipa é discutido principalmente entre as duas pessoas que estão formadas à frente do grupo de utentes e tentar desenvolver estratégias que sejam adequadas e tentando ver o que é que funciona, ir adaptando. Sabemos que há pessoas que vêm experimentar e não se adaptam, não gostam, não querem ficar. Outras adoram e querem vir sempre. Isto ninguém agrada a todos e há pessoas que realmente são muito resistentes ao vir e depois de vir já não querem outra coisa e há outras que vêm e estão sempre reclamando que não gostam, mas adoram. E há um bocadinho de tudo da mesma maneira que há pessoas que experimentam e isso não acontece muito, mas já houve uma situação ou outra de pessoas que experimentam não se adaptam ou não gostam. Depois, há pessoas que ainda são uma idade relativamente mais jovem, que ainda têm muita capacidade. E depois o grupo tem uma parte que também já é mais idosa e às vezes. E sabemos que no grupo de utentes há uns que têm mais dinâmica do que outros, por isso é tentar trabalhar com eles de uma forma e é se adaptar ao grupo”.</p> <p>“O desafio neste momento nós gostávamos muito de aumentar o número de utentes e isso vai ser um desafio, porque vai ser uma nova adaptação de mais elementos.”</p>

<p>5.Inclusão Social</p>	<p>5.1: Como define inclusão social no contexto da IPSS? Pode partilhar um exemplo de projeto de inclusão social desenvolvido no âmbito da população idosa?</p>	<p>“A inclusão social para mim é darmos a todos a igualdade de oportunidades. Todos terem as mesmas oportunidades, independentemente do que é que seja. Para mim, a palavra de ordem para a inclusão é a igualdade de oportunidades, porque depois dadas oportunidades, as pessoas vão saber aproveitá-las. Uns vão aproveitá-las de uma forma. Uns vão aproveitar de outra, mas terem todos o mesmo direito de ter uma oportunidade, porque a partir daí quem souber tirar proveito dessa oportunidade vai aí depois desenvolver outros direitos, outras competências, uma série de outras coisas. Em relação à população idosa, refiro mesmo mais ao centro de dia, porque as outras atividades que temos e acho que são inclusivas porque elas abrangem a freguesia toda. Relativamente aos idosos era como eu estava a dizer eles, eles veem cá eles têm por exemplo, a parte da dança sénior, que é também uma porta de se conhecerem de uma outra forma, os passeios eu acho que são realmente as partes mais inclusivas. Aqui nos idosos eu vejo muito, como dizia, há pouco é o facto de eles saírem e virem até cá e aqui escolherem uma atividade que gostam mais que querem participar naquela e têm a oportunidade de participar ou têm a oportunidade e o direito de escolher não participar. Estamos também aí a fomentar um pouco da inclusão”.</p> <p>“Temos outros projetos a iniciar também o da parte da lavandaria social, que é um projeto que foi ganho pela antiga direção e financiado pela OPRAM (Orçamento Participativo da Região Autónoma da Madeira). Será para servir os fregueses e os utentes do centro de dia, sendo que numa primeira fase, a ideia é servir os utentes do centro de dia terá valores muito sociais. Depois de vermos como é que corre passar para</p>
---------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

		<p>fregueses que sejam encaminhados pela junta de Freguesia, pessoas com maior carência social, que terão preços que estarão tabelados e ajustados a realidade.”</p>
<p>5.2: Quais as políticas sociais que impactam a inclusão da população idosa na IPSS e como elas podem ser melhoradas para aumentar a eficácia local?</p>		<p>“Nós, enquanto IPSS, enquanto todo o outro trabalho que se faz, nós damos um grande foco, sem dúvida, ao centro de dia não vou dizer que todas as pessoas que queiram estar integradas no centro de dia podem estar porque não, têm número limite, porque a equipa técnica tem uma capacidade. Mas damos uma prioridade às pessoas aqui da nossa freguesia o poder em escolher ficar aqui connosco em relação ao centro de dia. Há uma preocupação em fazer atividades, porque, no fundo, a inclusão do trabalho que é feito aqui vai-se dar através das atividades. Sim, há uma preocupação de adaptar aquela população em específico. Eu acho que melhorar podemos melhorar sempre o que não significa que aquilo que seja feito não é bom, não significa. Melhorar podemos sempre, também podemos piorar, mas não é essa a intenção. O que eu quero dizer é que quando temos uma equipa muito motivada, mas também quando conseguimos cativar os nossos utentes, porque nem sempre nos podemos nos desdobrar de todas as formas e muitas vezes não os conseguimos cativar. Porque, quando conseguimos cativá-los, conseguimos fazê-los interagir, conseguimos fazê-los participar e aí acho que conseguimos melhorar cada vez mais, porque também se nos disserem o que é que lhes interesse e se conseguirmos ir observando, o que é que lhes dá mais gozo o que é que lhes faz ficarem mais felizes também conseguirmos melhorar.”</p>

	<p>5.3: De que forma é que a colaboração entre a IPSS e a Segurança Social influencia a eficácia dos programas de inclusão social?</p>	<p>“Influencia tudo porque é realmente a situação do contrato de programa que temos com a segurança social do apoio que é dado para além do contrato de programa pelo número de utentes que temos a frequentar a instituição sem esse valor nós não conseguiríamos de outra forma alguma. Não havia cooperação possível para conseguirmos manter a equipa técnica e sem equipa técnica não haveria nada.”</p>
<p>6. Inovação e Resultados</p>	<p>6.1: Existem iniciativas específicas para a promoção de atividades educativas, culturais ou de desenvolvimento pessoal para os idosos?</p>	<p>“Sim, eles têm muito e estão a ter cada vez mais também porque temos mais condições em termos de transporte. Mas eles têm muitos passeios ao exterior. Estamos a tentar que sejam mais, mas nem sempre também é assim tão simples, porque são pessoas com alguma dificuldade, uns até não têm, outros têm maior dificuldade de mobilidade, mas a ideia é que vão todos. Não é deixar para aqui os que têm mais dificuldade e os outros vão ou escolhermos para fazer uma atividade num lugar onde não é acessível a todos. Não é assim.” “Mas são feitos muitos passeios ao exterior e veem cá também pessoas do exterior fazer uma série de atividades que, como estávamos a ver ali. Aquela lá de fora por exemplo, é feita com a Câmara do Funchal e para além, vêm os técnicos da Câmara e vem os meninos da escola, portanto, é uma tarde que eles passam com os meninos e que passam com os técnicos e há uma interação.”</p>
	<p>6.2: Que resultados foram obtidos a partir dessas iniciativas na vida dos idosos e na comunidade?</p>	<p>“Aqui para a comunidade o simples facto de as pessoas terem onde deixar os pais, os tios, os seus idosos da sua família poderem deixá-los no lugar onde sabem que eles estão bem, que estão seguros e que têm alimentação adequada, têm pessoas que vão cuidar bem deles. No nosso caso, até muitos deles têm transporte que os vai buscar e que os vai levar a casa. Pronto, o simples facto de termos que não é</p>

		<p>simples, mas as famílias saberem que podem deixar em segurança o idoso cá acho que isso é muito importante. Para os idosos é realmente o ter um objetivo o saber que nesse dia têm de se levantar aquela hora, porque o senhor da carrinha vai buscá-los àquela hora e depois vem sabem que vão tomar o pequeno-almoço que vão ter o convívio e que vão fazer isto todos os dias. E nós vemos aqui as senhoras quando estão em atividade tem grupos de faixas etárias diferentes, mas vem-nos muito o gosto que elas têm de mostrar as coisas que fazem umas às outras ou mesmo quando vemos que lá vão buscar as coisas para nos mostrar, algumas senhoras são os bordados e tem uma senhora que faz uma pintura com umas pedrinhas”.</p>
<p>7. Supervisão e Regulação</p>	<p>7.1: Quais os critérios utilizados para avaliar a eficácia dos serviços da IPSS e que mecanismos de supervisão garantem a qualidade dos mesmos?</p>	<p>“Existe um dossiê cada utente tem o seu processo e nesse processo é feito um preenchimento de grelhas, é feita uma observação e as colegas que estão na parte responsáveis por esta área fazem uma avaliação periódica ao desenvolvimento ou infelizmente alguns podem não ter uma grande evolução e vão anotando tanto para bom como para mau, para as regressões que são feitas, que também acontecem muito nesta faixa etária. A segurança social, uma vez que também tem o contrato programa e que é uma parte que é financiada por eles. Eles fazem visitas periódicas e são vistos os dossiês dos utentes se têm a documentação, porque as pessoas quando vêm para cá é feito um processo. E nesse processo contém uma série de coisas relativamente à vida de cada um. Há uns papéis que são obrigatórios e que eles têm de ter e depois têm a parte das grelhas, das avaliações e do desenvolvimento que tem sido feito desde o dia que entra e vão sempre fazendo. Ver se está tudo em ordem, se há alguma coisa que esteja sem</p>

		alguma não conformidade se está tudo correto, se não esta. É feito desta forma a supervisão.”
<p>8. Reflexões Finais e Recomendações</p>	<p>8.1: Que recomendações daria para fortalecer o impacto e a qualidade das ações da IPSS nos próximos anos?</p>	<p>“Eu acho que está para já a funcionar muito bem. Nós também temos aqui esta direção que está aqui muito recente, foi em dezembro que chegamos e, portanto, ainda estamos também nós a tentar ficar por dentro dos assuntos. Cada membro da direção cada tem áreas diferentes áreas de formação e de trabalho e então vamos tentando nos inteirar das coisas aos poucos, porque também já tem algum tempo, mas não tem assim tanto tempo. O que nós achamos é que isto funciona muito bem em relação ao trabalho que é feito com a equipa dos idosos. Há também novos projetos que acho que me esqueci de falar, que serão feitos em parceria com a escola Doutor Eduardo Brazão de Castro, que estão relacionados com a parte informática porque também temos uma sala de informática, então terá uma parte de formações modulares. E pronto, esta nova direção em sintonia com a equipa técnica que cá trabalha, temos vontade de fazer umas coisas novas que já estão em projeto. Agora vamos ver. Há a vontade de alargar o número de utentes e tendo em conta as nossas infraestruturas que são muito boas e temos aqui muito espaço que pode ser rentabilizado para os utentes também, sempre pensando nos nossos idosos. Estamos com algumas ideias que ainda está no papel e que queremos ver desenvolvidas, mas ainda está na cabeça e no papel.”</p>

Anexos

Anexo A: Parecer Positivo do Encarregado de Proteção de Dados



PARECER

Na qualidade de Encarregado de Proteção de Dados da Universidade da Madeira, e após análise pela equipa de proteção de dados desta instituição, do Projeto de Investigação ***“O Papel da Instituição Particular de Solidariedade Social na Promoção da Inclusão Social da População Idosa Estudo de caso na Região Autónoma da Madeira”*** é nosso parecer que o mesmo cumpre com o Regulamento Geral da Proteção de Dados.

Funchal, 17 de fevereiro de 2025

Encarregado de Proteção de Dados

Assinado por: **Filipa Isabel Sousa Mota**
Num. de Identificação: 10993715
Data: 2025.02.18 09:54:11+00'00'

Anexo B: Parecer Positivo da Comissão de Ética



PARECER N.º 196A/CEUMA/2025, DE 26 DE JUNHO

Sobre o pedido de apreciação pela Comissão de Ética da UMa do projeto de investigação: “O Papel da Instituição Particular de Solidariedade Social na Promoção da Inclusão Social da População Idosa – Estudo de caso na Região Autónoma da Madeira”.

A - RELATÓRIO

O pedido de apreciação do documento n.º 196A de 2025 diz respeito ao projeto de investigação intitulado: “**O Papel da Instituição Particular de Solidariedade Social na Promoção da Inclusão Social da População Idosa – Estudo de caso na Região Autónoma da Madeira**”, a ser desenvolvido no âmbito de um Mestrado, tendo como Principal Investigador a Licenciada **Luana Maria Teixeira Sousa**, aluna do Mestrado (2.º Ciclo) em Educação e Desenvolvimento comunitário, da Universidade da Madeira, sob a orientação da Prof.ª Doutora Carla Patrícia Martins Gonçalves, Professora Auxiliar Convidada do Departamento de Ciências da Educação, da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade da Madeira.

O pedido em análise é constituído pelos documentos dirigidos à Prof.ª Doutora Liliana Rodrigues de Góis, Presidente da CEUMa, enviados por correio eletrónico no dia 6 de junho de 2025, que integram o formulário do pedido, a saber:

- a) Parecer n.º 196/CEUMa/2025, de 15 de maio;
- b) *Curriculum Vitae* de Luana Maria Teixeira Sousa;
- c) *Curriculum Vitae* de Carla Patrícia Martins Gonçalves;
- d) Consentimento Informado, Esclarecido e Livre dirigido aos funcionários;
- e) Consentimento Informado, Esclarecido e Livre dirigido aos sujeitos participantes idosos.

B - CONCLUSÃO

Por considerar que este pedido de parecer, com os documentos que o integram, satisfaz o solicitado na justificação da votação do anterior P196, tal como consta na Ata da reunião número cinquenta e quatro da Comissão de Ética da Universidade da Madeira, realizada no dia quinze de maio de 2025, a saber:

a) Não constam nos documentos anexos: -Curriculum vitae da principal investigadora; -Curriculum vitae da Orientadora, sendo que o Ciência ID registado não é identificável por navegação digital.

b) No formulário de pedido de parecer à CEUMa e no pedido de autorização ao Presidente [REDACTED] menciona “conversas informais direcionadas aos idosos, acompanhadas de observações não participantes, com o objetivo de captar as suas perceções espontâneas sobre a vivência na instituição” que “permite avaliar como os serviços impactam sua qualidade de vida, saúde e bem-estar”. O pedido de autorização à IPSS prevê momentos de observação não participante, duas vezes por semana, num período de dois meses com previsão de duas a três horas por visita”. Refere que o “início da observação ficará sujeito aos pareceres necessários”, porém não explicita a forma de obtenção de consentimento informado dos participantes observados (funcionários e idosos), que garanta a autorização e a natureza voluntária para a participação e o direito de desistir a qualquer momento.

C-CONCLUSÃO Considerando os pressupostos indicados pela Investigadora e a documentação apensa ao pedido de parecer, a CEUMa, por unanimidade, deliberou não emitir parecer por falta dos elementos supracitados no ponto B.

A CEUMa delibera agora emitir um **parecer favorável** à realização deste estudo, tendo em conta os pressupostos indicados pelo Principal Investigador.

Relator: Prof. Doutor Telmo Corujo dos Reis

Aprovado por unanimidade, em reunião do dia 26 de junho de 2025

A Presidente da CEUMa

Assinado por: **Liliana Maria Gonçalves Rodrigues de Góis**
Num. de Identificação: 10084399
Data: 2025.06.27 11:43:39+01'00'



Professora Doutora Liliana Rodrigues